

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação

Rômulo Ferreira Pereira

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO PARA A COMUNIDADE
LGBTQIAPN+ NO PRIMEIRO ANO DA PANDEMIA DE COVID-19

BELO HORIZONTE
2022

Rômulo Ferreira Pereira

**MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO PARA A COMUNIDADE LGBTQIAPN+ NO
PRIMEIRO ANO DA PANDEMIA DE COVID-19**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida Moura

BELO HORIZONTE
2022

P436m

PEREIRA, Rômulo Ferreira.

Mediação da informação para a comunidade LGBTQIAPN+ no primeiro ano da pandemia de COVID-19 [recurso eletrônico] / Rômulo Ferreira Pereira. - 2022.

1 recurso online (118 f. : il., color.) : pdf.

Orientadora: Maria Aparecida Moura.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 104-106.

Apêndices: f. 107-116.

Exigência do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Mediação informacional – Teses. 3. Pessoas LGBTQ+ – Teses. 4. Redes sociais on-line – Teses. 5. COVID-19 Pandemia, 2020- – Teses. I. Moura, Maria Aparecida. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da Informação. III. Título.

CDU:02:316.77

Ficha catalográfica: Elaine Diamantino Oliveira - CRB6: 2742
Biblioteca Prof.^a Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Às 09:30 horas, do dia 12 de dezembro de 2022, ECI/UFMG - sala 1000, realizou-se a sessão pública para a defesa da dissertação de RÔMULO FERREIRA PEREIRA, número de registro 2020656951. A presidência da sessão coube a Profa. Maria Aparecida Moura - orientadora. Inicialmente, a presidente fez a apresentação da Comissão Examinadora assim constituída: Profa. Alcenir Soares dos Reis - (aposentada - ECI/UFMG), Profa. Lorena Tavares de Paula (ECI/UFMG), Prof. Fabrício José Nascimento da Silveira (ECI/UFMG), e Profa. Maria Aparecida Moura - orientadora (ECI/UFMG). Em seguida, o candidato fez a apresentação do trabalho que constitui sua dissertação de mestrado, intitulada: "*Mediação da informação para a comunidade LGBTQIAPN+ no primeiro ano da pandemia de covid-19*". Seguiu-se a arguição pelos examinadores e logo após, a Comissão reuniu-se, sem a presença do candidato e do público e decidiu considerar aprovada a dissertação de mestrado. A banca indicou a necessidade da incorporação dos ajustes indicados na versão final do trabalho que será encaminhada às bibliotecas e ao repositório Institucional da UFMG. O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a presidente encerrou a sessão e lavrou a presente ata que, depois de lida, se aprovada, será assinada pela Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2022.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Maria Aparecida Moura, Professora do Magistério Superior**, em 19/12/2022, às 20:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabricio Jose Nascimento da Silveira, Professor do Magistério Superior**, em 20/12/2022, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lorena Tavares de Paula, Professora do Magistério Superior**, em 20/12/2022, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alcenir Soares dos Reis, Professora Magistério Superior - Voluntária**, em 23/12/2022, às 13:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1952679** e o código CRC **80FB97DE**.

DEDICATÓRIA

Primeiramente às pessoas LGBTQIAPN+ que me antecederam e a todes que contribuem cotidianamente para as reais versões de mim.

À Andrea Fontoura e Natanael Oliveira pelos três anos de parceria, dedicação e profundidade à organização da informação, colaborando para que eu pudesse enxergar indiretamente às possibilidades da Ciência da Informação.

Às pessoas que cooperaram para minhas inscrições e entrega de documentos, quando ainda não residia em Belo Horizonte, Márcio José e Thiago Alfenas são apenas duas delas.

Às mulheres de minha família (tias e primas) pelo esforço permanente em me educar, especialmente à minha mãe Raimunda Ferreira, minha irmã Raiane Ferreira, e a minha prima Mirelly da Silva, pela revisão para a qualificação.

Ao tio Antônio Carlos Alves de Lima (in memoriam) e a tia Maria Moraes de Lima pelas conversas, oportunidades, acolhidas, alegrias, conselhos. E as primas e primos que garantiram minhas idas à instituição de ensino e retornos para casa. Este aqui é apenas um dos resultados que vocês contribuíram para que pudesse realizar.

As instituições LGBTQIAPN+ do Brasil pela potência, reconhecimento e poder informacional, que prezam pela vida, saúde, emprego, moradia, informação.

Dedico as pessoas do Coletivo Empatia Clarifranciscana, as da Família Franciscana do Brasil, às mais de 680 mil vítimas da pandemia de COVID-19, e especialmente as pessoas que apoiam as pessoas LGBTQIAPN+ de sua família, trabalho, escola...

AGRADECIMENTOS

Ao parceiro que formou o nosso nó(s), Washington Lima dos Santos, pelo constante apoio, coragem, inteligência, disponibilidade, compreensão.

A Nely Ferreira e Carolina Palhares, da Secretaria da ECI pelos auxílios presenciais e digitais.

Ao professor Fabricio José Nascimento da Silveira por ter aceitado o meu pedido para cursar uma disciplina isolada e ser o parceiro para minha identificação com o PPGCI da UFMG.

A professora Maria Aparecida Moura pela paciência, diálogo e momentos exigentes desta jornada, e proposta desafiante de compreender Judith Butler.

Aos professores e professoras Lorena Tavares de Paula, Carlos Alberto Ávila Araújo, René Lommez Gomes, Alcenir Soares dos Reis e aos colegas de turma 2020.

A equipe que compõe o ambiente e a energia sagrada da biblioteca Professora Etelvina Lima.

À CAPES por possibilitar minha dedicação e financiar esta pesquisa.

Agradeço as várias formas de Deus, de Franciscos e Claras que estão na mesma bolha que pertenco e em busca de um país de pesquisa, educação, respeito, saúde, proteção à fauna e flora e pela vida em abundância.

Por fim, agradeço a Thalia Madalena pelo auxílio para a qualificação, além de Thaís Santos e Thiago Alfenas pelas conversas e discussões.

[...] Agora chegou o momento de eu dar um novo sentido ao meu corpo.

Linn da Quebrada

RESUMO

As redes sociais digitais no Brasil têm permitido aos atores e sujeitos informacionais expandir a abrangência do termo mediação da informação, em especial devido aos novos formatos de mídias nessas redes, por meio do uso de dispositivos digitais, o que promoveu um crescimento durante o isolamento social como prevenção a COVID-19. Esta pesquisa teve a intenção de identificar quem são e por meio de quais conteúdos os principais perfis digitais coletivos LGBTQIAPN+ do Brasil atuaram como mediadores da informação em relação ao poder que constitui o sujeito, durante o primeiro ano da pandemia. Seu principal objetivo foi compreender a mediação da informação no primeiro ano da pandemia realizada por perfis digitais coletivos LGBTQIAPN+ e os seus liames com a Teoria de Poder e Reconhecimento em Judith Butler, apoiado pelos objetivos específicos: identificar e organizar a mediação informacional realizada em *lives* de perfis digitais LGBTQIAPN+ no primeiro ano da pandemia; sistematizar a Teoria de Poder e Reconhecimento em Judith Butler para compreender o processo de formação e condição de existência do sujeito LGBTQIAPN+ expresso em perfis digitais coletivos, e por fim, analisar a mediação da informação em perfis digitais coletivos LGBTQIAPN+ no YouTube e sua relação com a Teoria de Poder e Reconhecimento com ênfase na potencialização da ação do sujeito e as pautas de mobilização dos perfis. Para a execução desta pesquisa foi utilizada uma abordagem qualitativa estruturada em dois estágios principais: estágio de amostragem e estágio analítico. Por se tratar de uma pesquisa social, com uma população específica e tendo vastas possibilidades de amostragem das redes sociais, optou-se por selecionar uma pequena parcela representativa de canais digitais coletivos no YouTube. A pesquisa revelou os perfis: ABGLT e Conselho Nacional Popular LGBTI+. Posteriormente, com o auxílio da análise de conteúdo e de redes elaborou-se um panorama das seis *lives* selecionadas aos olhos das categorias sobressaídas da Teoria de Poder e Reconhecimento: sujeição, agência, sujeito social, performatividade, invisibilidade, precariedade e luto, além das interações identificadas. Com isso, foi possível aferir que as categorias performatividade e precariedade se sobressaíram em todas as *lives* analisadas, não por ser o primeiro ano da pandemia COVID-19, mas pela invisibilidade que a comunidade possui, além da sujeição que o Estado força aos sujeitos. Notou-se que as categorias Agência e Sujeito Social têm garantido às pessoas LGBTQIAPN+ conquistas no legislativo e judiciário. Nesta modalidade, as interações entre especialistas e audiência tem promovido além de esclarecimentos, identificação e repercussões de poder nos sujeitos, seja quem estava ao vivo, ou quem tenha assistido a live de forma assíncrona. O destaque volta-se para a mediação da informação que além da evidente dimensão dialética, contribuem para futuras análises política e ética, em virtude do atual cenário pandêmico. A iniciativa das entidades permitiu a conscientização da população por meio das *lives* realizadas no YouTube e a formação de sujeitos como agência e sujeitos sociais críticos e abertos ao acesso e apropriação da informação.

Palavras-chave: mediação da informação; teoria de poder e reconhecimento - Judith Butler; LGBTQIAPN+; redes sociais digitais - youtube – *lives*; pandemia covid-19.

ABSTRACT

INFORMATION MEDIATION FOR THE LGBTQIAPN+ COMMUNITY IN THE FIRST YEAR OF THE COVID-19 PANDEMIC

Digital social networks in Brazil have enabled actors and informational subjects to expand the outreach of the term “information mediation”, especially due to the new media format in such networks, by utilizing digital devices, which fostered the access to platforms while social distancing was in force to prevent COVID-19. This study had the purpose of identifying who are and by means of what contents the main collective digital LGBTQIAPN+ profiles in Brazil they served as information mediators in relation to the power that que form the subject along the first year of the pandemic. Its main objective was to understand informational mediation, in the first year of the pandemic, conducted by collective digital LGBTQIAPN+ profiles and their links with the Theory of Power and Recognition by Judith Butler, supported by the specific objectives: to identify and organize the informational mediation performed in *lives* streams by LGBTQIAPN+ digital profiles in the first year of the pandemic; systematize the Theory of Power and Recognition in Judith Butler to understand how and under what existing condition the LGBTQIAPN+ is formed and expressed in collective digital profiles and, finally, analyze the informational mediation in collective digital LGBTQIAPN+ profile in YouTube and their relation with the Theory of Power and Recognition, emphasizing the potential of the subject’s action and the agendas to mobilize the profiles. In order to conduct this study, a structured qualitative approach was used in two main stages: the sampling stage and the analytical stage. As this is a social research, with a specific population and having wide possibilities of sampling in the social networks, the choice was to select a small representative portion of the collective digital channels in YouTube. The research revealed the profiles ABGLT and National Popular LGBTI+ Council. Afterwards, with the aid of the analysis of contents and networks, a panorama of the six live streams was developed, which were selected in the sight of the outstanding categories of the Theory of Power and Recognition: subjection, agency, social subject, performativity, invisibility, precariousness, and mourning, in addition to the interactions identified. Thus, it was possible to determine that the categories performativity and precariousness stood out in all the live streams analyzed, not because it was the first year of the COVID-19 pandemic but due to the invisibility of the community, in addition to the subjection the State imposes onto the subjects. It was noted that the categories agency and social subject have ensured LGBTQIAPN+ people with achievements in the Legislative and Judiciary branches. In this area, the interactions between experts and the audience have fostered, in addition to clarifications, the identification and repercussions of power in the subjects, either those who followed the live stream or those who watched the stream after, asynchronously. Highlight falls upon the informational mediation which, besides the apparent dialectical dimension, contributes for future political and ethical analyses, by virtue of the current pandemic scenario. The initiative undertaken by the organizations has allowed to make the population more aware by means of the live stream conducted through YouTube and the formation of subjects as agency and social subjects that are critical and open to access and appropriate the information.

Keywords: information mediation; theory of power and recognition - Judith Butler; LGBTQIAPN+; digital social networks - youtube – live streams; covid-19 pandemic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Amostragem de 1º de março de 2020 a 31 de março de 2021 com os termos “live” e “ao vivo” no Google.....	28
Figura 2 - Amostragem de 1º de março de 2020 a 31 de março de 2021 com os termos “live” e “ao vivo” no YouTube.....	29
Figura 3 - Judith Butler.....	35
Figura 4 - Processo de agenciamento no sujeito	44
Figura 5 - Processo de constituição do sujeito social aos olhos de Judith Butler	47
Figura 9 - Estágios e etapas metodológicas	58
Figura 10 - Grafo Atores Sociais e Categorias de Poder e Reconhecimento.	96
Figura 11 - Grafo Categorias de Poder e Reconhecimento e <i>Lives</i>	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Critérios de seleção de <i>lives</i>	60
Quadro 2 - <i>Lives</i> selecionadas.....	61
Quadro 3 - Categorias de análise da Teoria de Poder e Reconhecimento.....	66

LISTA DE ABREVIATURAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
ALBL	Articuladora da Liga Brasileira de Lésbicas
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
BSH	Brasil sem Homofobia
CI	Ciência da Informação
CNCD	Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos Humanos de LGBT
CNP	Conselho Nacional Popular
COVID-19	Coronavirus Disease ou (SARS-CoV-2
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECOSOC	Conselho Econômico e Social
GGB	Grupo Gay da Bahia
ILGA	Associação Internacional de Gays e Lésbicas
PSF	Programas Saúde da Família
LGBT	Lésbicas, Gays, Bi, Trans
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
MI	Mediação da Informação
NUH	Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT
ONU	Organizações das Nações Unidas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO	21
2.1 Breve introdução aos termos e conceito de mediação da informação.....	21
2.2 A categorização do termo na CI.....	22
2.3 A concepção de mediação.....	25
2.4 <i>Lives</i> como recursos midiáticos.....	27
2.5 <i>Lives</i> como mediação da informação.....	31
3 TEORIA DE PODER E RECONHECIMENTO EM BUTLER	34
3.1 A subordinação, subjetivação e sujeição como formação do poder.....	38
3.2 O que é poder.....	41
3.3 A potência do poder no sujeito.....	43
3.4 Condição de existência como agência.....	44
3.5 Sujeito social.....	47
3.6 Sujeito silenciados e vidas que (não)importam.....	49
4 METODOLOGIA	58
4.1 Estágio de amostragem: seleção de dados e pré-análise.....	59
4.2 Atores 62	
4.3 Categorias de análise a partir da teoria de poder.....	64
4.4 Análise de conteúdo.....	67
5 UM PANORAMA DOS MEDIADORES INFORMACIONAIS NO CONTEXTO DIGITAL PARA O SEGMENTO LGBTQIAPN+ AOS OLHOS DA TEORIA DE PODER E RECONHECIMENTO	68
5.1 Subordinação.....	68
5.2 Agência 71	
5.3 Sujeito Social.....	76
5.4 Performatividade.....	78
5.5 Invisibilidade.....	78

5.6 Precariedade.....	82
5.7 Luto	87
5.8 Interações on-line nas <i>lives</i>	89
5.9 Considerações finais.....	99
REFERÊNCIAS.....	105
APÊNDICE A – Relação de <i>lives</i> selecionadas para análise	108
APÊNDICE B – Relação geral de <i>lives</i> das instituições selecionadas para análise no período de 2020.....	111

1 INTRODUÇÃO

As redes sociais digitais no Brasil têm permitido aos atores e aos sujeitos informacionais expandir a abrangência do termo mediação da informação, em especial devido aos formatos de mídias virtuais, por meio do uso de dispositivos digitais, permitindo a proliferação de compartilhamentos, encaminhamentos de notícias, memes, vídeos, imagens e depoimentos.

Decorrente do coronavírus, a Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (SARS-CoV-2) escancarou uma emergência de saúde pública de nível internacional, originando-se em dezembro de 2019, em Wuhan, na China. No Brasil, o contexto da COVID-19 iniciou-se em 2020, sob o registro do primeiro caso de contaminação em fevereiro. No mês seguinte, o país reconheceu o estado de pandemia devido à rápida proliferação. Por mais que o alerta de mais alto nível publicado tenha ocorrido no fim de janeiro do mesmo ano, a caracterização do vírus como pandemia ocorreu em 11 de março, ambos pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Nesta realidade pandêmica desafiadora, o Brasil lançou a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e várias medidas de proteção à COVID-19, entre elas o isolamento social, a quarentena, o uso obrigatório de máscara e a higienização das mãos com álcool gel, com o intuito de promover a proteção coletiva.

Tal cenário se estendeu com a população trabalhando de forma remota, escolas e alunos de instituições públicas com limitações tecnológicas e no acesso à internet; em algumas realidades, com toque de recolher, devido à quantidade de pessoas infectadas na cidade. Nesse cenário, a internet, as redes sociais e as plataformas digitais se popularizaram por serem a única ferramenta com a possibilidade de acompanhar as variadas realidades que a pandemia trouxe, como dificuldade econômica, educacional e política, além da constante ligação com a família, o trabalho, o desenvolvimento de pesquisas, entre outros. As vacinas, após vários testes e criada em tempo recorde, chegaram ao Brasil apenas em janeiro de 2021¹ e, por mais protetivas que sejam, o vírus continua se disseminando. Em outubro de 2022, o Brasil totaliza mais de 680 mil mortes e mais de 6.5 milhões no mundo².

¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/01/17/ha-um-ano-sp-vacinava-1a-pessoa-contr-a-covid-no-brasil-veja-o-que-mudou-e-projecoes-para-o-futuro.ghtml>

² Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/10/26/brasil-registra-163-novas-mortes-por-covid-media-movel-volta-a-indicar-alta.ghtml>

Uma parcela da população que carece de maior atenção e tem ao longo dos últimos anos saído do armário e conquistado acesso à pesquisa, informação e políticas públicas é a comunidade LGBTQIAPN+. Com o advento das redes sociais digitais e a organização das pessoas LGBTQIAPN+ a atualmente de perfis digitais tem se destacado no período pandêmico.

Com o alinhamento de experiências pessoais voltadas a população LGBT e orientações de leituras indagadoras de Judith Butler, filósofa contemporânea ativista que contribui diretamente com este público a partir de seu livro “Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade” e de modo especial para esta pesquisa com sua obra “A vida psíquica do poder: Teorias da sujeição” onde aborda os poderes sociais e individuais, consciência reflexiva, agência, ressignificação, subordinação, performatividade, precariedade, luto entre outros.

Por efeito, busca-se investigar e responder a seguinte questão de pesquisa: quem são e por meio de quais conteúdos os principais perfis digitais coletivos LGBTQIAPN+ do Brasil atuaram como mediadores da informação durante o primeiro ano da pandemia?

Objetiva-se, com isso, compreender a mediação da informação, no primeiro ano da pandemia, realizada por perfis digitais coletivos LGBTQIAPN+ e os seus liames com a Teoria de Poder e Reconhecimento em Judith Butler, por meio dos seguintes passos: identificar e organizar a mediação informacional realizada em *lives* de perfis digitais LGBTQIAPN+ no primeiro ano da pandemia; sistematizar a Teoria de Poder e Reconhecimento em Judith Butler para compreender o processo de formação e condição de existência do sujeito LGBTQIAPN+ expresso em perfis digitais coletivos e analisar a mediação da informação em perfis digitais coletivos LGBTQIAPN+ no YouTube e sua relação com a Teoria de Poder e Reconhecimento, com ênfase na potencialização da ação do sujeito e nas pautas dos perfis.

Baseado neste contexto, o segundo capítulo expõe a extrema importância para a pesquisa na ciência da informação, a partir de que a mediação da informação ocupa-se dos processos culturais, de compartilhamentos e de geração de significações, especialmente em sua dimensão dialógica, além da ética, da política e das demais dimensões.

A mediação da informação, além de uma ação de interferência, busca como fim a apropriação da informação do sujeito mediado, satisfazendo sua necessidade

informacional. Diante do primeiro ano da pandemia de COVID-19, neste contexto, visualiza-se as *lives* como entretenimento de interferência.

Diante do exposto, é possível identificar a dimensão cognitiva da mediação, baseada em relatos e notícias advindos dos meios de comunicação, possibilitando aos telespectadores (audiência) padrões de representação do mundo. Uma característica fundamental desta mediação cognitiva é o caráter ideológico, visto como poder que autoriza ou não a oportunidade de tal conhecimento, como afirma Martins (2010).

Por meio de uma linguagem descontraída e coloquial, própria das redes sociais digitais, as *lives* são transmissões síncronas de conteúdo que se tornam possíveis diante de inúmeras metodologias que partem de abordagens individuais ou coletivas. Não se trata de um recurso exclusivo, mas predominante nas redes sociais digitais. No Brasil, houve inúmeras iniciativas “de *lives*” com fins para arrecadação de donativos para pessoas em situação de vulnerabilidade, a exemplo, de doações a pessoas LGBTQIAPN+.

A mediação ultrapassa a dimensão comunicacional quando atinge dimensões de discurso e poder. Nesse sentido, está alocada aos processos de desenvolvimento humano e cognitivo, com permanência na aprendizagem, que, a partir do olhar do sujeito, o desperta para movimento, informação, ressignificado, transformação e instituição, ou seja, novas perspectivas para o contexto social em que está inserido, seja por meio de modelos de operação de recursos e práticas, seja na busca do desenvolvimento e da resolução de conflitos.

O terceiro capítulo desenvolve outra frente de discussão desta pesquisa e visa apresentar a filósofa Judith Butler, que em suas obras discute poder e desenvolve sua teoria frente aos corpos invisíveis da sociedade, em especial aos corpos LGBTQIAPN+.

Um termo que se sobressai neste capítulo é o poder, partindo da Teoria de Poder e Reconhecimento de Judith Butler, que o tem como um conjunto de condições sociais impostas ao sujeito garantindo-lhe existência e dependência, que o abriga e o preserva, assegurando-lhe exercício de sua cidadania como sujeito social. Por outro lado, porém, pode silenciar seu gênero, sua performance e tornar sua vida precária e invisível (BUTLER, 2019a; BUTLER, 2019b).

Devido às implicações que os corpos LGBTQIAPN+ sofrem no país, esta comunidade vive um estigma de injustiça, tida como não importante e invisível. Não

obstante, a ascensão de poder, por meio de vidas silenciadas, tem despertado uma ambivalência de poderes no sujeito. Para compreender os termos e os conceitos teóricos e sistematizar esses conflitos e ações de poder, buscou-se, através de leituras selecionadas, categorizar os processos de formação e condição de existência do sujeito, os poderes a que o sujeito é submetido, a potencialização da agência, as dinâmicas e as práticas impostas pela política envolta do poder, com ênfase para a invisibilidade, a vida precária e o luto.

Nas últimas décadas, houve um bombardeamento no desenvolvimento de dispositivos tecnológicos e com recursos que nos permitem realizar diversas atividades através de um smartphone, por exemplo. Isso possibilitou um avanço exponencial, mas que ainda apresenta carências, reveladas pelo isolamento social como medida de proteção à COVID-19, especialmente no Brasil. O isolamento social promoveu a produção de uma infinidade de dados na rede digital e potencializou recursos próprios das redes sociais digitais, a exemplo, stories, reels e *lives*.

Um dos segmentos sociais mais afetados pelo isolamento social, devido aos preconceitos por parte da sociedade, que são incentivados por falas de várias pessoas do atual governo federal (presidente, ministros e ministras), é a comunidade LGBTQIAPN+, que encarou situações precárias e, conseqüentemente, promoveu um voltar ao “armário”, visto que um dos principais espaços em que mais se pratica violência contra essa população é em casa de familiares, que deveria ser um espaço seguro.

Com isso, a partir da mediação da informação no contexto digital realizada por este segmento específico, a comunidade LGBTQIAPN+, e das categorias da Teoria de Poder e Reconhecimento de Butler identificadas, esta pesquisa configura-se como qualitativa, em que a particularidade do pesquisador e dos atores sociais estudados está direcionada de forma intrínseca ao processo investigativo, conforme apresentado no quarto capítulo.

Por meio deste direcionamento, o desvelar dos processos sociais pode apontar novas abordagens, revisões e categorizações. A chave desta pesquisa consiste em problematizar sobre a mediação da informação exercida por entidades LGBTQIAPN+ no contexto digital, em *lives* no Youtube, via análise de conteúdo das falas discursivas de atores convidados, bem como das interações, e de outras frentes, no sentido da análise de redes sociais.

O contexto dos dados analisados é particular, na consideração do primeiro ano da pandemia de COVID-19 no Brasil. O processo analítico se desenvolveu ao considerar as categorias adotadas a partir da Teoria de Poder e Reconhecimento em Judith Butler, além das considerações teóricas da mediação da informação e da Análise de Redes Sociais no bojo da Ciência da Informação.

As entidades que resultaram são a ABGLT e o CNP LGBTI+, tratadas nesta pesquisa como atores. Ao passo que, pela atuação informacional proporcionada por estes, via temáticas escolhidas, formação acadêmica, atuação profissional dos convidados e demais participantes da *live* na capacidade de interação com a audiência, considera-se, também, como mediadores da informação no contexto digital. Com isso, foram selecionadas seis *lives*. Cada *live* (8 ABGLT, 9 ABGLT, 10 ABGLT, 5 CNP, 23 CNP e 27 CNP) foi analisada levando-se em conta a atuação de cada sujeito informacional integrante dela, destacando a interação com o público por meio do recurso do chat ativo e, conseqüentemente, das diversas temáticas abordadas. Nesse viés, conforme a Teoria de Poder e Reconhecimento, foram elencadas as seguintes categorias: subordinação, agência, sujeito social, invisibilidade, performatividade, precariedade e luto.

Por fim, o quinto capítulo apresenta um panorama dos mediadores informacionais no contexto digital para o seguimento LGBTQIAPN+ aos olhos da Teoria de Poder e Reconhecimento, por meio da análise de conteúdo. O resultado é apresentado conforme a categorização da Teoria de Poder e Reconhecimento ao trazer um panorama das seis *lives* analisadas.

A análise de conteúdo, junto à análise de redes sociais, compõe nesta pesquisa as frentes utilizadas na comprovação que as entidades LGBTQIAPN+ são mediadoras da informação no contexto digital, tendo as seguintes questões orientadoras: quais fontes foram consideradas e apresentadas durante as *lives*; em se tratando da pandemia COVID-19, quais questões foram mencionadas; havia envolvimento das pessoas especialistas com o público (audiência); a noção de mediação da informação e poder estão latentes; é possível identificar alterações no emprego do termo mediação da informação durante o primeiro ano da pandemia; como a comunidade LGBTQIAPN+ experimentou o primeiro ano da pandemia; como ela se organizou e como podem ser percebidas as mediações que operam na ação informacional das entidades.

Observou-se, nas três *lives* realizadas pela ABGLT, uma forte consistência de dados, visto que os atores sociais convidados que compunham as mesas possuem forte capital social dentro da comunidade LGBTQIAPN+ e dos temas expostos, diante da representatividade da entidade que compõem. Por sua vez, as três *lives* do CNP LGBTI+ trataram da partilha de experiências e da análise de conjunturas de sujeitos em situação de agência e sujeitos sociais na promoção do combate à precariedade e à invisibilidade voltadas para as pessoas LGBTQIAPN+. Uma iniciativa que se destaca é o lançamento da Carta Compromisso.

Por fim, no atual contexto da mediação da informação, nota-se uma carência na abordagem da mediação da informação no contexto digital, tratando atores sociais como mediadores.

2 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Realiza-se neste capítulo uma breve introdução conceitual aos termos mediação e informação, bem como a expressão “mediação da informação”, com posterior enfoque a discussão dentro do campo da Ciência da Informação (CI). Em seguida, busca-se desenvolver, a partir das contribuições apresentadas, a mediação da informação voltada para o segmento de transmissões ao vivo ou *lives*, recurso potencializado no primeiro ano da pandemia COVID-19, com recorte nacional e realizada por atores Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais / Transgêneros / Travestis, Queer, Intersexual, Assexual, Pansexual (LGBTQIAPN+).

2.1 Breve introdução aos termos e conceito de mediação da informação

No *Dicionário de Filosofia* organizado por Abbagnano (2007), ao recorrer à Filosofia Antiga partindo de Aristóteles, é descrita a função mediadora do termo “mediação”, advinda do silogismo, utilizando-se do raciocínio para compreender o plano real. Na Antiguidade, cabia aos demônios mediar entre os deuses e os homens.

Já na Filosofia Moderna, a lógica de Port-Royal trata a mediação como indispensável às divergências de raciocínio e à necessidade de intermediação. Hegel ressaltou que um conteúdo quando não mediado por outra pessoa não pode ser tido como verdade, em virtude da singularidade de sujeitos, sendo necessário uma terceira contribuição. Relacionando-se a afirmativa de Hegel e de Port-Royal, Siqueira (2013) aponta que o termo deriva etimologicamente de *médium* (meio), apresentando-se entre dois ou mais sujeitos, conforme exposto no *Glossário de CI e Comunicação*.

Para pensar o real, a mediação torna-se uma categoria de desenvolvimento por meio da dialética baseada na filosofia de Hegel e de Marx (MARTINS, 2014; MARTINS, MARTELETO, 2021). Com isso atua na relação entre os atores sociais, vinculando-se à ideia de processo e movimento.

Com uma vasta gama de práticas e possibilidades envolvidas por pesquisas acerca da mediação da informação, despertou-se quatro vertentes de ação: a primeira vinculada à produção do sujeito (ontológica), a segunda relacionada à estruturação do pensamento (lógica), a terceira ligada a construção do conhecimento a longo prazo (epistemológica), e por fim, a metodológica, percurso para chegar ao conhecimento (MARTINS, 2019a; MARTINS, MARTELETO, 2021).

Voltada para a mediação da informação, Gomes *et al.* (2017) em uma perspectiva prática e protagonista, revelam as dimensões: dialógica, estética, formativa, ética e política.

Na dimensão dialógica, segundo Gomes (2020), há a possibilidade de os sujeitos se reconhecerem no processo potencializado por meio da reflexão com o outro sujeito. Desse modo a informação garante um fortalecimento crítico em torno do respeito que torna possível a reciprocidade diante no auxílio no manifestar-se e no interpelar-se.

Por meio da categoria dialética o conceito de mediação pode ser compreendido pelas sociedades capitalistas como aquela responsável por perceber articulações que operam com resistência, contribuindo para compreensões cognitivas do sujeito envolvido por uma leitura, explanação e análise de conjunturas atuais, afirmam Martins e Marteleto (2021).

Porém a mediação tem um papel fundamental em ordenar a realidade, quando traz evidências que contradizem por meio informacional, o que eleva o nível cognitivo real da tríade: mudança cultural, organização social e ferramentas tecnológicas (MARTINS, 2019b; MARTINS, MARTELETO, 2021).

Em uma abordagem contemporânea, corroborando com Gomes (2020), a mediação advinda de Paulo Freire evidencia a construção do protagonismo social envolto de vivências, exercícios, atividades, interlocuções realizadas em espaços geográficos e sobre si mesmo voltando-se conscientemente para a formação dos sujeitos, concluindo-se na transformação do olhar empírico e social.

Dessa forma, no percurso conceitual que advém da filosofia a mediação se revela diretamente relacionada aos sujeitos que atuam em sociedade, ao ressaltar a forma individual e coletiva protagonizada pelos sujeitos sociais. Aspecto que Moraes e Almeida (2020) apontam como uma perspectiva transdisciplinar entrelaçada pela mediação.

2.2 A categorização do termo na CI

Para Siqueira (2013) a *informação* deriva-se da Teoria da Comunicação sugerida por Shannon e Weaver na década de 40 e conceitua-se como um conjunto de dados em um determinado contexto comunicacional. É tida como um elemento ímpar nos sistemas de transmissão de mensagens; além disso, a autora destaca que

na contemporaneidade, por meio de pesquisas acerca da cibernética proposta por Norbet Wiener, a informação constitui os sistemas de informática que abarca a comunicação, matemática, transmissão de mensagens e nas últimas décadas, a comunicação no contexto digital.

A constituição da categoria mediação no campo teórico utilizada na CI está relacionada de forma histórica às transformações sociais advindas dos movimentos do sistema capitalista a partir da década de 70, implicando na vida social, cultural e política da sociedade (MARTINS, 2019b).

A noção do termo veio da Escola de Chicago, em virtude da possibilidade de ser aplicada na dimensão dialógica envolvida pela receptividade e produção para o desenvolvimento de sentidos e ressignificações do sujeito (SIQUEIRA, 2013). Na América Latina e nos Estados Unidos, Jesus Martín-Barbero e Habermas, respectivamente, são os principais teóricos associados ao termo.

Martins (2019b) relata que a categoria mediação começou a circular na CI brasileira a partir da década de 80 envolvendo a compreensão das novas relações informacionais entre estado e sociedade, com tendência para a promoção pública e democrática das bibliotecas.

Neste campo, Martins (2019) expressa que a mediação nos últimos anos, foi tomada como objeto de discussões teóricas, investigações e sistematizações. A identificação dos termos “mediação”, “mediações”, “mediadores” são derivações do ponto de partida que tem colaborado com pesquisas e despertado para importantes categorias na área de CI.

Diante disto, a mediação se localiza como uma ação advinda de um sujeito que atua na sociedade por meio das relações com outros sujeitos, entidades jurídicas, coletivos, redes sociais digitais, mídias sociais e diversos outros dispositivos advindos do capitalismo que interferem no comportamento da sociedade (MORAES, ALMEIDA, 2013; GOMES, 2014; MARTINS, 2021).

Para Gomes (2014) e Martins (2021), dentro da CI, a mediação da informação corresponde a uma ação de interferência iniciada por um profissional da informação, tendo como fim a apropriação da informação, seja de forma (in)direta; singular ou plural; (in)consciente; e até mesmo individual ou coletiva. O sujeito mediador busca satisfazer a necessidade informacional, vinculado entre dois sujeitos ou elementos, por exemplo, um sujeito e um livro, vídeo ou apresentação,

expressando-se como um intermediário, não impondo ou coagindo os sujeitos envolvidos.

Por mais que o profissional da informação seja agente de um leque de mediações advindas das relações com conteúdo físicos e digitais, dispositivos informacionais além de sua subjetividade, o mesmo se encontra em vários processos de renovação, ressignificados e identidades baseados no conhecimento (GOMES, 2014, MARTINS, 2021).

Com as recentes afirmativas explanadas acerca da mediação da informação, Almeida Júnior (2015 citado por ARAÚJO *ET AL.*, 2020) assinala que estes profissionais interferir direta ou indiretamente proporcionando ao sujeito a apropriação da informação, ação está denominada mediação da informação.

Diante disso, a formulação mediação mais informação (mediação informacional), origina um processo em que os sujeitos “em inter-relação e situados em campos histórico-culturais de conflito e contradição, negociam, disputam e confrontam sentidos simbólicos destinados à leitura, apreensão, nomeação e significação do real” (MARTINS, 2010, p. 209).

Dessa forma, à medida que a realidade seja estabelecida por uma variedade de acontecimentos de ordens de conhecimento e diversidade simbólica, cuja possibilidade de visibilidade e acesso sejam reguladas permanentemente por mecanismos intelectuais práticos e poderosos, o acesso à determinadas informações se mostra extremamente desigual. A pandemia COVID-19 é exemplo de uma realidade estabelecida de agravamento dessa desigualdade.

Diante dessas realidades de desigualdade, cabe a mediação da informação aproximar a população como um todo no acesso à informação, em especial, se tratando da condição econômica, cultural e social do sujeito, haja vista que o acesso à informação além de esclarecer dúvidas, orientar em serviços, reduzir incertezas, oferecer apreensão de conhecimento, também transforma o sujeito social por meio de pensamentos, linguagens, percepções, memórias, raciocínio (estrutura cognitiva) e estruturas sociais.

Diante da breve introdução e contextualização do termo *mediação*, assim como o emprego do termo *informação*, a categoria mediação carece de uma explanação transdisciplinar, haja vista que a própria é tratada sem proposições teóricas específicas em diversos campos de pesquisa e profissionais. Em outras literaturas, mesmo que o termo esteja presente, não há o aprofundamento conceitual

e prático necessário para o campo informacional, o que impossibilita sua contextualização no campo da CI e a explanação de pesquisadoras e pesquisadores, assim como a de profissionais que poderiam contribuir com a discussão e a apreensão do termo no contexto informacional.

Em virtude da história, da transdisciplinaridade proposta e do atual cenário apresentado, busca-se a seguir expor sua definição, eixos e práticas.

2.3 A concepção de Mediação

Tais características de mediação, informação e mediação informacional requerem ao sujeito profissional integração e envolvimento ao perfil do público ou comunidade que atende e à temática, mantendo-se aberto à integração de estratégias e ferramentas singulares com a possibilidade de o sujeito da informação, permeado por esta relação, demonstrar desenvolvimento proativo, individual, crítico e social (SIQUEIRA, 2013).

Dessa forma, evidencia-se que os mediadores são sujeitos ou agentes com o objetivo de realizar um processo de mudança social, seja em sujeitos individuais, instituições, coletivos e em processos políticos. Concorda-se com Gomes (2019) quando argumenta que de acordo com as práticas de comunicação, a mediação da informação ocupa-se dos processos de compartilhamento culturais com vista para a geração de significações na dimensão dialógica da mediação da informação.

Nesta conjuntura, nota-se uma hiperprodução e hiperconsumo de arquivos informacionais ofertada por dispositivos tecnológicos, em destaque as redes sociais digitais.

Gomes (2014) denomina este objeto implícito na mediação da informação como “desenvolvimento do protagonismo social”, quando busca compreender a mediação como um ato destinado ao protagonismo diante da dependência dialógica de aproximação e do nível de conscientização do sujeito quem conduz o seu próprio papel, constituindo-se um sujeito estético, ético e promotor do cuidado. Esta agregação de valores, com possibilidade de vivências de “processos culturais, informacionais ou comunicacionais, gerando ganhos em termos de conhecimento aos sujeitos envolvidos” (ALMEIDA, 2018, p. 229).

A mediação está além dos dispositivos comunicacionais, quando colabora com questionamentos e possibilidades de ajustes originários de normas

conservadoras culturais em conflito com tecnologias inovadoras permitindo uma nova visão racional e social, a partir de inúmeros lugares de falas potencializados pelas redes sociais digitais que contribui para a interpretação para igualdade de acesso e fortalecimento da equidade entre pares.

Gomes (2020, p. 04) contribui ao afirmar que o:

projeto da transmissão auxilia a construção da história, a geração do patrimônio social, preservando o conhecimento e a cultura. Enquanto nas ações de comunicação os dispositivos de mediação dão suporte às interfaces necessárias a interação imediata e ao estabelecimento de redes sociais, nas ações de transmissão, os dispositivos de mediação auxiliam a retomada, a qualquer tempo, do resultado da ação de compartilhamento (comunicação), permitindo que outros interagentes, em períodos distintos da história, possam entrar em cena, acessando as representações geradas naquela comunicação.

Diante disto, é possível identificar a dimensão cognitiva da mediação, baseada em relatos e notícias advindas dos meios de comunicação, possibilitando aos telespectadores (audiência) padrões de representação do mundo. Uma característica fundamental desta mediação cognitiva é o caráter ideológico visto como poder que autoriza ou não a oportunidade de tal conhecimento, afirma Martins (2010).

É na mediação da informação que os sujeitos sociais movimentam a realidade cotidiana por meio de confrontos informacionais que permitem apreender e intervir na informação de forma individual ou coletiva.

Em virtude das diferentes dimensões da mediação, faz-se necessária destacar que a mesma deve ser construída por meio de interações e diálogos, com intuito de promover diversidade seja de espaço ou de vozes, operando para a construção de problemas que lidam com o respeito às diferenças e acolha, com cuidado, a expressão, o gênero, a performatividade, a agência, e a sujeição de todas as pessoas que integram a ação (GOMES, 2020; ALMEIDA, 2022).

Além da dimensão dialógica levantada por Martins e Gomes, destaca-se na literatura de Gomes (2020) a dimensão política da mediação da informação que visa contribuir para uma sociedade construtora da humanidade, sendo impulsionada a lutar por respeito à alteridade, pela democracia, pelo combate à desinformação, que por diversas outras resistências de espaços e ações operam contra o fortalecimento da justiça e da inclusão social, alicerces da humanidade civilizada.

O processo de mediação agrega significados no próprio sujeito, em vista de apropriar-lhe informação. Durante o primeiro ano da pandemia Covid-19 por meio da potencialização das *lives* em virtude do isolamento social como medida de

proteção, orientado mundialmente pela Organização Mundial da Saúde (OMS) observa-se uma crescente no emprego do termo. Já no contexto acadêmico, os termos que sobressaíram foram *assíncrono* (em tempos diferentes) e *síncrono* (ao mesmo tempo, ao vivo).

A autora Martins (2021) afirma que é necessário compreender e perceber as mediações que promovem alienação sobre o sujeito neoliberal e que tornaram possível a reprodução do sistema capitalista sendo um desafio epistemológico, ético, político de grande profundidade que perpassa os campos da Comunicação e da CI.

Corroborando com Moraes e Almeida (2013) deve-se capacitar os sujeitos para atuarem de forma ativa nos processos além dos espaços já sedimentados como a biblioteconomia e a CI, promovendo interdisciplinaridade, transdisciplinaridade em não apenas nas ciências sociais aplicadas, mas na tecnologia da informação, comunicação, administração, engenharias e a própria filosofia contemporânea. Dessa forma, colabora para a emancipação de espaços mediadores da informação e do conhecimento com capacidade crítica, analítica e manuseadoras de recursos técnicos.

2.4 Lives como recursos midiáticos

No período de 2017 a 2021, tem se potencializado, a partir da linguagem da internet, o termo *live*, definido como uma transmissão ao vivo, composta por áudio e vídeo com possibilidade de interação e até mesmo participação do público (audiência) durante a própria transmissão, que pode se dar por áudio e vídeo ou por mensagens via comentários ou chat. Ao contrário de uma radiodifusão analógica, iniciada pela televisão, com custo elevado e estrutura complexa, a *live* utiliza-se de uma conexão digital, internet, e torna o processo acessível simples e de longo alcance por meio de dispositivos tecnológicos *mobile* (*smartphones* e *tablets*) de quem assiste, exigindo microfone e câmera ou a própria *webcam* dos dispositivos *notebooks*, *tablets* e *smartphones* (BEZERRA, 2020).

Por meio de uma linguagem descontraída e coloquial, própria das redes sociais digitais, as *lives* são transmissões síncronas de conteúdo que se tornam possíveis diante de inúmeras metodologias que partem de abordagens individuais ou coletivas. Não se trata de um recurso exclusivo, mas predominante nas redes sociais digitais. Após sua conclusão, a mesma pode ser excluída ou mantida

permanentemente no perfil do sujeito ou da entidade na rede social digital, passando de síncrona para assíncrona.

Na internet, existem plataformas específicas além das redes sociais digitais que possibilitam uma transmissão simultânea em vários canais como no YouTube, Facebook, LinkedIn, Twitter, sendo uma delas a *StreamYard*. Em seu plano gratuito, a plataforma oferece recursos exclusivos e transmissões de 20h por mês, a exibição de comentários na tela, compartilhamento de tela, arquivos para apresentação em PDF ou PPTX, vídeos, músicas de fundo entre outros recursos.

Para Costa *et al.* (2021, p. 174), as *lives* anunciam “novas formas de ser e estar no mundo-vida, novas formas de se relacionar com o outro, com as coisas e com o meio ambiente, novos modelos de trabalho via Internet, a inclusão de sistema *Home Office* para vários tipos de trabalho”. As *lives* podem ser acessadas inúmeras vezes, como mencionado anteriormente, a partir do *hiperlink* disponibilizado nas plataformas onde foi realizada, ou por meio de um potente recurso informacional, o compartilhamento, em forma assíncrona.

Um dos recursos do Google, o *Trends* permitiu realizar uma amostragem de 1º de março de 2020 a 31 de março de 2021 com os termos “*live*” e “*ao vivo*”, nota-se no início de março de 2020 um significativo crescimento nas buscas realizadas no Google, ferramenta de pesquisa, conforme Figura 1.

FIGURA 1 - Amostragem de 1º de março de 2020 a 31 de março de 2021 com os termos “live” e “ao vivo” no Google



Fonte: Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=2020-03-01%202021-03-31&geo=BR&q=live,ao%20vivo>

Posteriormente, utilizando os mesmos termos de busca e tempo cronológico, com exclusividade para pesquisas realizadas no YouTube, apresenta-se na Figura 2, o mesmo perfil de crescimento.

FIGURA 2 - Amostragem de 1º de março de 2020 a 31 de março de 2021 com os termos “live” e “ao vivo” no YouTube



Fonte: Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=2020-03-01%202021-03-1&geo=BR&prop=youtube&q=live,ao%20vivo>

Diante do crescimento do interesse dos termos de busca “ao vivo” e “live” potencializados pelo período da pandemia COVID-19, vários sujeitos passaram a adotá-la como meio de informação, não mais como um recurso secundário, mas como um potente recurso de fluxo informacional que incorpora conteúdos digitais consumidos pelos usuários e sujeitos informacionais (LUPINACCI, 2020).

Com destaque, esta mesma pesquisa de Lupinacci Amaral (2020) revelou que foi incluída nas *lives* interfaces de sites e aplicativos no YouTube, Twitch, Facebook Live, Instagram Live Stories, RPA, que passou a notificar os sujeitos informacionais possibilidade a sincronicidade.

Em virtude da forte orientação devido à crise sanitária, a população passou a viver em isolamento social por um período indeterminado. Houve uma complexidade nas formas de se fazer presente, o que provocou a ascensão das tecnologias de informação e comunicação, que ganharam espaço diário nas rotinas dos sujeitos em isolamento social, sendo a forma de ser “transportados” para outros ambientes socioculturais.

Além das *lives* de artistas que contribuíram para o entretenimento do público, em uma escala mundial, das 10 *lives* mais assistidas em 2020, 07 foram de artistas do Brasil. A nível nacional houve inúmeras iniciativas “de *lives*” com fins para arrecadação de donativos para pessoas em situação de vulnerabilidade, a exemplo, de doações a pessoas LGBTQIAPN+.

No Brasil, Reis (2020)³ destaca que de março a junho de 2020 houve mais de 120 apresentações virtuais com o intuito de captar recursos para minimizar os impactos da pandemia. O total de visualizações de *lives* artísticas, no Brasil, em 2020 ultrapassou 85 milhões de telespectadores digitais, o que gerou mais de R\$ 17,6 milhões em doações, consequência da aproximação de organizações da sociedade civil e artistas. Com isso, parte dos recursos captados foram direcionados aos programas Mães da Favela (CUFA e ONU), Fome de Música (Mesa Brasil), Hospital do Amor de Barretos e para a ONG Amigos do Bem, pontua a jornalista.

Além dessas, inúmeras entidades LGBT promoveram *lives* de solidariedade, somando a arrecadação de kits de higiene para pessoas em situação de vulnerabilidade, a exemplo do festival “Marsha! Entra na Sala”, o “Festival Parada Livre em Casa”, além da “Parada pela Solidariedade”⁴.

Dentre os modelos de *lives* apresentados por Lupinacci Amaral (2020) com particular importância para esta pesquisa, encontra-se a *live conversacional*, que apresenta como objetivo promover uma interação dialógica entre dois ou mais sujeitos, assemelhando-se a uma entrevista informal, síncrona. O conteúdo é conduzido por um convidado que apresenta questões sobre determinado tema ou problema específico, competindo aos outros sujeitos realizarem suas contribuições por meio de comentários em caráter de resposta e informação, sendo crucial manter o vínculo comunicativo com o público (audiência).

Em outra vertente, devido o acesso à internet ser um direito humano, a questão da inclusão digital retoma seu lugar nos ambientes de discussão, uma vez que instituições de pesquisa sobre a pandemia contribuem para a manutenção da vida dos sujeitos que estão em isolamento social.

³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2020/06/lives-levantaram-r-176-milhoes-em-doacoes-durante-a-pandemia.shtml>

⁴ Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/07/03/parada-pela-solidariedade-artistas-lgbt-fazem-live-beneficente.htm>

Conforme Costa *et al.* (2021), cabe ao poder público potencializar por meio dos mais diversos campos do saber, a garantia do acesso aos direitos humanos por meio de políticas públicas que potencializem uma convergência hiper midiática ao movimento LGBTQIAPN+, mulheres, povos originários, negros respondendo a dificuldade no acesso, apreensão e apropriação da informação.

Os movimentos sociais, redes de pesquisa, iniciativas coletivas de solidariedade fomentaram a inclusão e a dimensão dos temas abordados pelas ciências humanas, em especial a saúde pública, permitindo um olhar empírico, para diversos contextos da realidade brasileira.

Esta abordagem qualitativa do fenômeno *live* acadêmico-científico colabora para a compreensão em relação ao termo ciência e tecnologia diante de uma transformação dos cotidianos com a dinâmica social impactada pela contaminação da COVID-19 no Brasil. A participação dos movimentos sociais, das redes de solidariedade, das redes de pesquisadores nessas *lives* em tempos de pandemia foi fundamental para ampliar a apreensão e a dimensão das temáticas praticadas pelas ciências humanas e, assim, tecer um olhar qualitativo em pesquisa.

Nesta pesquisa, porém, considera-se os atores sociais como mediadores da informação, ao passo que se apropriam destas plataformas a partir dos recursos disponibilizados com vistas para a democratização e apropriação da informação.

2.5 Lives como Mediação da Informação

Ao considerar os processos de mediação voltados exclusivamente para os dispositivos tecnológicos, Fideles e Gomes (2022) acentuam que o compromisso dos profissionais da informação deve acompanhar as mudanças sociais por meio de uma mediação consciente e aberta à novas formas de atuação.

Corroborando com Martins (2010), o processo de interação por meio de tecnologias permite o entrecruzamento de informações, sujeitos, pensamentos contribuindo para a construção de sentidos, pensamentos e processos que são ativados por meio da mediação informacional contribuindo para discursos e práticas de poder nas redes digitais apresentando duas possibilidades como fim: modelar o sujeito ou empoderá-lo socialmente.

A mediação ultrapassa a dimensão comunicacional quando atinge dimensões de discurso e poder. Nesse sentido, está alocada aos processos de

desenvolvimento humano e cognitivo, com permanência na aprendizagem que a partir do olhar do sujeito, o desperta para movimento, informação, ressignificado, transformação e instituição, ou seja, novas perspectivas para o contexto social que está inserido, seja por meio de modelos de operação de recursos e práticas ou na busca do desenvolvimento e resolução de conflitos.

Na sociedade contemporânea, tem-se notado nas redes sociais digitais vários procedimentos de conflitos e de renovação causados pela disputa de poder. Martins (2010) acentua que em virtude da multiplicidade de lugares de fala, o crescimento da desigualdade e desrespeito social, compete ao mediador da informação digital apreender e intervir para garantir diante de ordens de conhecimento distintas, recursos, práticas e mecanismo de poder, promovendo com isso a transformação e a descoberta do empoderamento e direitos dos sujeitos sociais.

Por meio da abordagem das questões relacionadas à COVID-19, nota-se uma conquista de espaços de fala de especialistas, que permite a operação de diferentes táticas no cotidiano, inclusive nas mediações on-line das *lives*, que repercute em processos interativos entre pesquisadoras e pesquisadores, e entre sujeitos em processo de apropriação da informação científica, afirmam Costa *et al.*, (2021).

A partir deste caminho foi possível proporcionar *lives* de cunho cultural no campo da educação, da saúde, da economia e da religião demonstrando esforço de soluções acessíveis onde o compartilhamento de experiências, preocupações e opiniões eram associadas às demandas da conjuntura atual no que diz respeito a COVID-19.

Gomes (2014, p. 53), acentua que:

A velocidade das mudanças tecnológicas no mundo contemporâneo também promovem alterações no processo de construção de sentidos, já que os dispositivos de mediação cultural são cada vez mais diversificados a coexistirem (*sic*) nas práticas e relações sociais. Nesse contexto ocorrem alterações comportamentais e demandas inovadoras, o que exige ainda do profissional mediador da informação uma atenção especial quanto ao uso desses dispositivos, como também ao desenvolvimento constante das estratégias e programas de formação do usuário.

Na execução destas alternativas, fica evidente que a formação e a função que esses intelectuais que desempenham a mediação da informação na sociedade, especialmente nas mídias, revelam de forma transparente sua posição de classe, contribuindo para que não haja uma crise orgânica de novas referências acerca desses intelectuais, mas que torna evidente o contexto profissional e sua posição na

academia, movimento, *live*; esta situação corrobora para que a audiência possa acompanhar os sujeitos e os coletivos especialistas da informação nos mais variados canais de comunicação, diante da diversidade de dispositivos e segmentos digitais, potencializando a categorização dialética e política da mediação da informação no contexto presencial e digital. Com isso, nota-se que os processos que requerem mediação, desenvolvam conteúdos que determinem a vida social e o direito cidadão dos sujeitos, ao mesmo tempo que percebe-se uma exigência para uma adaptação contínua das transformações tecnológicas e das variações de mediadores informacionais diante dos vários segmentos presenciais e digitais.

Uma nova perspectiva de contribuição acerca da mediação da informação na dimensão dialógica e política é desenvolvida no capítulo seguinte acerca da Teoria de Poder e Reconhecimento desenvolvida por Judith Butler. Nesta teoria, evidencia-se os processos de formação do sujeito que vive em subordinação, subjetivação e sujeição, aborda-se poder e sua potência no sujeito, além da condição de existência do sujeito como agência envolvida por sua consciência reflexiva, findando-se no sujeito social como protagonista social, conforme Gomes (2014, 2019, 2020). Além disso, assemelhando-se aos sujeitos informacionais os processos de silenciamento, vidas invisíveis, gênero, performatividade, precariedade e luto, impostos aos sujeitos LGBTQIAPN+.

3 TEORIA DE PODER E RECONHECIMENTO EM BUTLER⁵

Para conduzir uma das frentes de discussão desta pesquisa, faz-se extremamente necessário apresentar a filósofa que, com tantos questionamentos e interpelações em suas obras possibilita informação e conhecimento aos corpos invisíveis de nossa sociedade, em especial aos corpos LGBTQIAPN+.

Conhecida em grande parte do mundo devido às suas contribuições para a Teoria Feminista, Teoria Queer e Estudos de Gênero, Judith Butler é uma das filósofas mais influentes para quem pesquisa gênero, sujeito, *drag* e performatividade.

Cursou Doutorado em Filosofia na Universidade de Yale, Estados Unidos, atualmente é professora de Literatura Comparada no Departamento de Retórica da Universidade da Califórnia, em Berkeley. É fundadora do Programa de Teoria Crítica e do Consórcio Internacional de Programas em Teoria Crítica, atuando também como professora titular da cátedra Hannah Arendt na European Graduate School, Suíça. Devido sua contribuição para o feminismo e a ética filosófica, e pelos estudos sobre homossexualidade, seu ativismo político em defesa dos direitos de pessoas lésbicas, gays, bissexuais e trans (LGBT), recebeu o Prêmio Brudner, na Universidade de Yale e o Prêmio Adorno, em Frankfurt, no ano de 2012.

Para esta pesquisa foi fundamental as obras: *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*; *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*; *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*; *Vida precária: os poderes do luto e da violência*, e *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. E de suas comentadoras: *Sujeito e agência no pensamento de Judith Butler: contribuições para a teoria social*, de Neiva Furlin; *O luto entre clínica e política: Judith Butler para além do gênero*, de Carla Rodrigues, e *Judith Butler e a Teoria Queer*, de Sara Salih.

⁵ [...] uma teoria de poder e reconhecimento (BUTLER, 2019a, p. 67).

FIGURA 3 - Judith Butler



Fonte: RODRIGUES, 2020

A precedência da Teoria de Poder e Reconhecimento em Butler

A fim de iniciar a aproximação com a filósofa, cabem alguns questionamentos ou *interpelações*, como ela mesma diz. O que é viver? Que poder me garante identidade? Para responder a essas perguntas é necessário saber: o que é poder? Como identificá-lo? Quais sujeitos estão silenciados? O que vem depois do poder? A consciência estará sempre subordinada a um poder superior? Quais sujeitos são invisíveis? O que garante invisibilidade, precariedade, luto?

Influenciada por várias filósofas e filósofos, Butler aborda Hegel, Jacques Derrida, Sigmund Freud, Simone de Beauvoir, Monique Wittig, Luce Irigaray, Gayle Rubin, Hannah Arendt, Louis Althusser, Friedrich Nietzsche, Jacques Lacan, Austin. Sobremaneira, muito se aproxima e indaga Michel Foucault, sendo ele quem fornece referências teóricas para formulações de “gênero, sexo e sexualidade, consideradas não como entidades fixas, mas construídas” (SALIH, 2019, p. 15).

Furlin (2014), pesquisadora sobre gênero e sexualidade, em um de seus artigos, diz que mesmo com considerável complexidade, exigência e densidade relativa à difícil leitura, as teorias de Butler

têm sido muito difundidas, sobretudo pela contribuição significativa que dá ao feminismo e à Teoria *Queer*. Ela segue a perspectiva foucaultiana

de que o discurso é constitutivo, produtivo e performativo de subjetividades generizadas e de práticas sociais. Na sua concepção, o sujeito opera como uma categoria linguística que está sempre em processo de construção no interior das relações de poder. Para ela, nenhum indivíduo torna-se sujeito sem antes ter sido sujeitado ou passado por um processo de subjetivação. Tanto em Foucault como em Butler, o sujeito encontra as suas próprias possibilidades de subjetivação, construindo estratégias de resistência ou de subversão aos mandatos sociais que o limitam. Essa possibilidade, que se dá por atos de liberdade em Foucault (2007), é denominada *subjetividade ética*, e em Butler (2009a) é definida como *agência*, em cuja noção o desejo aparece como um aspecto fundamental (FURLIN, 2014 p. 396).

Com isso, por maior que seja a equivalência entre agência, em Butler, e subjetividade ética, em Foucault, a filósofa baseia-se na *Conto de Antígona*⁶ para desenvolver sua Teoria.

A seguir, são apresentadas discussões sobre os fragmentos relevantes ao *Conto de Antígona*, literatura clássica, onde Butler encontra desejo, poder, luto, resistência e ato público. Para compreender os conceitos, abordagens e questionamentos que a filósofa utiliza, é de grande importância envolver-se na Obra.

As relações do desejo de Antígona

Antígona é muito bem-vista por Butler, desse modo, no desenvolver dos argumentos o autor desta pesquisa se valeu do Conto de Antígona E buscou apresentar as abordagens presentes nos livros da filósofa e comentadoras a fim de fortalecer o contexto desta pesquisa.

A obra tem como cenário a ágora (local de encontro) do palácio de Édipo, onde reina Creonte. Para melhor compreender a posição dos personagens e suas relações, buscou-se especificá-los: Antígona (protagonista, irmã de Ismênia, noiva de Hémon); Ismênia (irmã de Antígona); Creonte (rei); Etéocles (irmão honrado / sepultado); Polinice (irmão morto de Antígona sem direito a sepultura); Tebas (cidade); Corifeu (regente do coro); Guarda (responsável por guardar o corpo de Polinice); Hémon (noivo de Antígona e filho de Creonte); Mensageiro (porta-voz de acontecimentos); Eurídice (esposa de Creonte e mãe de Hémon).

Em *Sujeito e agência no pensamento de Judith Butler: contribuições para a teoria social*, Neiva Furlin (2014) aborda obras de Judith Butler não traduzidas para o português até o ano de 2014. Segundo ela, a *Obra de Antígona* evidencia onde o

⁶ Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/antigone.pdf>

desejo opera, em especial o de Antígona que “emerge no meio das relações de poder, isso porque ela quer o mesmo que Creonte, o poder de impor-se” (FURLIN, 2014, p. 398).

O Estado é representado por Creonte, e a resistência como percebe-se fica a cargo de Antígona. Nessa relação de poder, evidencia-se na conversa inicial de Antígona com Ismênia o poder do Estado e o Direito de Luto quando negado por este. Furlin (2014, p. 398) afirma que Antígona “mesmo sem estar liberta das formas tradicionais do poder, ela produz uma nova base para legitimar o seu discurso, quando coloca em ação o seu desejo”.

Nota-se que Antígona se apropria da autoridade ao enfrentar o poder de Creonte. Essa apropriação permite a evidência de agência quando revela a dualidade “de o sujeito ser constituído pelo poder e usar do mesmo poder, como sua própria condição, é algo que está sempre presente. Nesse caso, a ambivalência é um poder assumido que resiste à subordinação [...]” (FURLIN, 2014, p. 398).

Butler acentua que “a posição de Antígona mostra a possibilidade política que emerge para as mulheres quando os limites da representação e da representatividade ficam descobertos” (FURLIN, 2014, p. 399). Desse modo, questões-chaves para representações sociais (movimento feminista, movimento negro, movimento quilombola, povos originários, movimento LGBTQIAPN+, entre outros) que buscam romper com pressupostos sociais e construir modelos alternativos aos olhos dos tempos atuais, agem na contramão do padrão hétero, masculino, normativo e colonial.

Em a *Vida precária: os poderes do luto e da violência* de Judith Butler, a filósofa parte da fala de Creonte “Não haverá nenhum ato público de luto”, discurso este que produz desumanização, como tortura e assassinatos, tendo o próprio discurso como estrutura (BUTLER, 2019a), trazendo à tona que “Antígona, correndo risco de morte ao enterrar seu irmão e contrariar o decreto de Creonte, exemplificava os riscos políticos de desafiar a proibição contra o luto público em tempos de crescente poder soberano” (BUTLER, 2019a, p. 68).

No Brasil, onde a quantidade de corpos LGBTQIAPN+ violentados é alarmante, têm-se cometido crescentes injustiças com inúmeras vidas tidas como não importantes e descartáveis. Não obstante, ascensão de poder por meio de vidas silenciadas, despertando uma ambivalência de poderes.

Nota-se que a teoria contribui para potencialização da discussão, apresentada no capítulo anterior, com vista para a tecnologia da informação e comunicação, em especial, das redes sociais digitais quanto aos processos de subordinação, potência, agência, sujeito social, invisibilidade, performatividade, precariedade e luto.

Para compreender os termos e conceitos teóricos e sistematizar esses conflitos e ações de poder contemporâneos, buscou-se através de leituras selecionadas, categorizar os processos de formação e condição de existência do sujeito, os poderes em que o sujeito é submetido; a potencialização da agência; as dinâmicas e as práticas impostas pela política envoltas do poder, com ênfase para a invisibilidade, vida precária e luto.

O desdobramento das categorias identificadas a seguir, se deu a partir das abordagens filosóficas levantadas por Butler.

3.1 A subordinação, subjetivação e sujeição como formação do poder

Aos olhos de Butler, nenhum sujeito se origina sem um apego, mesmo que seja um apego a quem este mesmo sujeito é dependente, dando início ao processo de subordinação ou subjetivação.

Butler (2019a, p. 15) afirma que “embora a dependência da criança não seja uma subordinação *política* de forma nenhuma, a formação da paixão primária na dependência torna a criança vulnerável à subordinação”.

Esse apego é um processo natural de desenvolvimento do ser humano que o condiciona e o regula, requisito da primeira fase para o vir a ser do sujeito.

Segundo ela, essa

dependência primária condiciona a formação política e a regulação dos sujeitos e se torna o meio de sua sujeição. Se o sujeito jamais se forma sem apego apaixonado a quem o subordina, significa que a subordinação é fundamental para o vir a ser do sujeito (BUTLER, 2019a, p. 15).

Nesses episódios, a criança se vê subordinada a utilizar os brinquedos que recebeu de presente, sendo uma submissão obrigatória devido ao desejo, à necessidade contínua de sobreviver (BUTLER, 2019a). Há quem diga que essa possibilidade possa ser falha, mas também possibilita continuidade ao sujeito. Em alguns casos, Butler (2019a, p. 16) destaca que o amor prevalece:

o amor de uma criança é anterior ao julgamento e a decisão; quando a criança é cuidada e nutrida de uma forma “boa o suficiente”, o amor acontece primeiro; só depois que ela terá a chance de discernir entre os que ela ama. [...] não existe possibilidade de não amar quando o amor está vinculado aos requisitos da vida.

Como distinguir totalmente esse elo no decorrer da formação humana? Não é possível. Mas essa conexão deve existir para então haver o sujeito quando Butler (2019a, p. 17) afirma que “para que o sujeito surja, esse apego, em suas formas primárias, deve tanto vir a ser quanto ser negado, seu devir deve consistir em sua negação parcial”.

Como um ciclo repetitivo (vir a ser e ser negado) e invisível que o sujeito, ao mesmo tempo vive e deseja diluir torna-se uma barreira para o desejo, que representa uma dupla análise: a primeira voltada para a sua formação e a segunda como crítica negativa aos olhos da primeira, havendo assim a perspectiva de surgimento do sujeito (BUTLER, 2019a).

Dessa forma, utilizou-se do argumento anterior para correlacionar parcialmente o processo de subordinação e posteriormente a conceituação de poder. Poderia se equiparar ao método de: mesmo não gostando de futebol, os meninos ganham de seus pais bolas de futebol no aniversário. E mesmo não gostando de bonecas, meninas são presenteadas com bonecas.

Um outro exemplo utilizado por Butler, baseado em Althusser, no ensaio *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado: como uma cena de interpelação entre um policial e um indivíduo*, “onde a subordinação do sujeito acontece pela linguagem como efeito de uma voz de autoridade que chama o indivíduo” (BUTLER, 2019a, p. 14).

Em muitos casos, o policial com sua autoridade, chama o sujeito, e o sujeito nesse processo de intimidação se vê subordinado ao policial, diante de toda formação que ele recebe e o poder que a polícia possui. No Brasil, em 2021 houve 140 assassinatos⁷ de pessoas trans. Esta onda de violência atinge todo o movimento LGBTQIAPN+ por ser recorrente com desmembramentos de negação, arquivamento, ou não investigação de denúncias, resultando em casos mal resolvidos. Com isso, os milhões de sujeitos que habitam o Brasil se veem subordinados, invisibilizados, em situação precária e de luto.

⁷ Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021 / Bruna G. Benevides (Org). – Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

Dessa forma, conclui-se, de acordo com Butler (2019a, p. 20) que “Nenhum indivíduo se torna sujeito sem antes se tornar subjetivado ou passar por ‘subjetivação’ (tradução do *assujettissement* francês)”.

Os processos de sujeição e de sujeito são vistos de duas maneiras: o primeiro, de tornar-se subordinado a alguém que tem poder, seja pela interpelação, conforme Althusser ou pelo discurso, conforme Foucault; o segundo, é o de tornar-se um sujeito que devido a submissão primária ao poder, é iniciado (BUTLER, 2019a). Com isso, o processo de constituição do sujeito se dá a partir do “poder que a princípio aparece como externo, imposto ao sujeito, que o pressiona à subordinação, assume uma forma psíquica que constitui a identidade pessoal do sujeito”, que permite a ambivalência de poderes (BUTLER, 2019a, p. 11).

Em um primeiro manifesto devido à subordinação, o sujeito repete, refaz, insiste em sujeitar-se. É devido a esta reiteração que um novo poder, o poder assumido, torna-se instrumento para este sujeito, potencializando-o.

Os papéis que a sujeição permite enxergar são representados por atos condicionados de comportamento, higiene, educação, formação, entre outros, e neste novo processo denominado “sujeição” vive-se uma ambivalência: quando o sujeito é influenciado e influenciador (BENEVIDES, 2022).

Quais os riscos? E quando se trata de atos violentos? De forma crítica, a sujeição possibilita reconhecer os poderes que alimentam de modo contínuo e repetitivo a subordinação, seja por meio de (in)visibilidade, seguimento, localização, seja por limites subjetivadores, permitindo descrever o processo de subordinação e os temas sociais que o sujeito foi formado.

Corroborando com a discussão, é preciso reconhecer “que dependemos do poder para nossa própria formação, que essa formação é impossível sem a dependência e que a postura do sujeito adulto consiste precisamente na negação e na reencenação dessa dependência” (BUTLER, 2019a, p. 18).

Os itens posteriores desenvolverão inúmeras formas de ação do poder no sujeito por meio das relações.

3.2 O que é poder

O item anterior deixa evidente que o poder é inicialmente algo que nos pressiona, que nos subordina, que nos leva a uma ordem de formação inferior onde “o poder nunca é apenas uma condição externa ou anterior ao sujeito nem pode ser identificado exclusivamente com o sujeito” (BUTLER, 2019a, p. 24).

Butler evidencia, consoante a Foucault, que poder é

algo que forma o sujeito, que determina a própria condição de sua existência e a trajetória de seu desejo, o poder não é apenas aquilo a que nos opomos, mas também, e de modo bem marcado, aquilo de que dependemos para existir e que abrigamos e preservamos nos seres que somos (BUTLER, 2019a, p. 09).

Ela direciona a um modelo habitual, baseado em Foucault para o processo de entendimento do poder: a) Ele (o poder) é imposto sobre nós; b) Não é possível resistir inicialmente devido a sua força, dessa forma ele é interiorizado (no inconsciente) ou aceito (no consciente). Mas há algo no inconsciente, e é justamente este processo que torna o sujeito altamente dependente deste poder, para a sua própria existência quanto sujeito (BUTLER, 2019a).

Isso revela uma nova consequência, que “a sujeição consiste precisamente nessa dependência fundamental de um discurso que nunca escolhemos, mas que, paradoxalmente, inicia e sustenta nossa ação” (BUTLER, 2019a, p. 09).

Dessa forma, é possível concluir como o poder produz seu sujeito. Mas é preciso questionar, conforme apontamento de Butler (2019a, p. 12): “como o sujeito recebe o poder pelo qual é inaugurado”?

Por ser produzido, o poder do sujeito que vem de fora, que pertence a ele e a ele se diferencia, surge o desejo de deslindar-se para estar em sujeição, devendo persistir em vista de seu próprio desejo. A filósofa (BUTLER, 2019a, p. 18) elucida que “para que o desejo triunfe, o sujeito deve ser ameaçado de dissolução. Nesse modelo, o sujeito voltado contra si mesmo (seu desejo) parece ser a condição de sua persistência”.

Para melhor entender “[...] o poder é, como subordinação, um conjunto de condições que precedem o sujeito, que o efetuam e o subordinam desde o princípio. [...] O poder não só *age sobre o sujeito*” (BUTLER, 2019a, p.22) mas o coloca em ação, lhe confere existência.

Desta maneira, há um embate, um ofuscamento de poderes em um mesmo sujeito.

Como sujeito ao poder (que pertence a ele) e sujeito de poder (que o exerce), o sujeito ofusca as condições de seu próprio surgimento; ele ofusca o poder com poder. As condições não só possibilitam o sujeito, mas também entram na sua formação. Elas se fazem presentes nos atos dessa formação e nos atos decorrentes do sujeito (BUTLER, 2019a, p. 22).

A autora traz à tona que o poder da sujeição primeiramente antecede o sujeito que já existe fora dele e opera desde o seu nascimento, por fim, como algo desejado pelo próprio sujeito lhe garante possibilidade de resistência.

Para melhor elucidar essas concepções, o poder é externo ao sujeito, porém, é simultaneamente seu campo de ação. Não há contradição, pois não é possível nascer sem poder, porém seu *vir a ser* implica uma margem que o próprio sujeito 'funda o poder', efeito este operado pelo próprio poder, onde há uma máscara de encobrimento da operação anterior, o que não significa que é possível se reduzir ao poder inicial e tampouco o sujeito se reduzir a ele (BUTLER, 2019a).

Trata-se de um processo repetitivo de persistência e reiteração, onde o local de reiteração não mecânica é justamente o sujeito. Butler (2019a, p. 24) argumenta que "Na medida em que a aparência do poder passa da condição de sujeito para seus efeitos, as condições de poder (anteriores e externas) assumem uma forma presente e futura".

Em vista disso, o poder não é estático, ao contrário, é dinâmico, inverte direções, provoca rompimentos, se mascara. Para Furlin (2014) poder é dependência, é oposição.

Baseada na teoria foucaultiana, a constituição do sujeito e das possibilidades de agência, Butler revela que o poder não é algo do qual nos opomos, mas se trata de algo que dependemos para existir devido às relações de poder que contribuíram para nossa formação, fortalecimento de vínculos e de preservação. Diante desse discurso, conclui-se que a construção da identidade dos sujeitos admite uma forma psíquica de poder (FURLIN, 2014).

Em *A vida psíquica do poder*, Butler diz que a ambivalência é própria do sujeito, um não tem existência sem o outro. A ambivalência suscita perdas, perdas estas que garantem a cena de surgimento do sujeito.

Neste item discutiu-se o poder imposto ao sujeito. Em seguida apresenta-se a potência do poder imbuída em um sujeito diante da ambivalência ou dualidade reproduzida pelo próprio sujeito.

3.3 A potência do poder no sujeito

Considerando a dualidade de poderes que o sujeito reproduz, a partir da subordinação ou da vulnerabilidade da condição de subordinação em busca de renovação, Butler diz que é necessário considerar “o poder que inicia o sujeito perde a continuidade com o poder que é a ação do sujeito” (BUTLER, 2019a, p. 21).

O destaque nas argumentações da filósofa é que o sujeito preserva as condições de seu surgimento. O ato de apropriar-se envolve alterações, seja no poder primário, seja no poder por ele assumido, porém, o poder assumido não perde conexão com o poder primário, configurando um duelo, ou melhor dizendo, uma dualidade ou ambivalência de poderes em um mesmo sujeito.

A ambivalência (dois poderes em um único sujeito) forma o eixo de ação. “[...] A ação excede o poder que a possibilita” (BUTLER, 2019a, p. 24). Sendo composta por um longo processo de repetição de normas que o produz, o sujeito pode sentir as condições que lhe garantiram existência ameaçadas (BUTLER, 2019a).

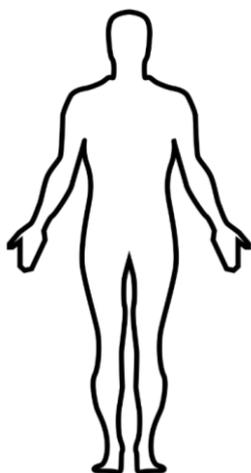
Nesse momento, o sujeito aciona sua sujeição “e assim se volta contra um desejo que ele sabe – ou sabia – ser seu. Para dizer que uma perda antecede o sujeito, que o torna possível (e impossível), precisamos pensar no papel que ela desempenha na formação do sujeito” (BUTLER, 2019a, p. 32).

Furlin (2014, p. 397) traz à tona que “o sujeito reflexivo e resistente ao mesmo poder do qual é constituído é um sujeito que, por si só, não dá conta do seu próprio tornar-se, mas encontra as possibilidades para ressignificar normas, discursos, experiências e práticas sociais”.

Segundo ela, Butler afirma que a performatividade do sujeito é “uma produção ritualizada, uma reiteração ritual de normas, que não o determinam totalmente. Essa incompletude possibilita o processo de ruptura e a inscrição de novos significados e, conseqüentemente, a mudança de práticas e contextos” (FURLIN, 2014, p. 397).

Este é o sujeito capaz de realizar a condição de agência, que possui capacidade de ação, definido ora como potência por Butler, e ora como agência por Furlin, conforme abordado e representado na Figura 4, a seguir.

FIGURA 4 - Processo de agenciamento no sujeito



- Condição de subordinação
- Capacidade de ação
- Deriva do poder que o forma e que ele se opõe e ressignifica (as possibilidades de sua vida)
- Produz novas possibilidades que excedem o poder normativo
- Ressignifica práticas e comportamentos culturais

Fonte: Elaborada pelo autor.

3.4 Condição de existência como agência

Compreendemos que a constituição do sujeito se dá através “de um processo de reiteração ritual de normas, mas que não o constitui totalmente, porque nas próprias dinâmicas do poder se encontra a condição da agência, entendida como resistência e capacidade de ação política” (FURLIN, 2014 p. 395).

Em uma nota de rodapé de *Vida precária: os poderes do luto e da violência*, é desenvolvida uma síntese sobre agência (*agency*), sendo está como “a possibilidade de os sujeitos produzirem subjetivação diante e apesar da subordinação às normas sociais” (BUTLER, 2019c, p. 25). Em seus diálogos com a teoria feminista, “ela definirá ‘agência’ como uma prática de articulação do ‘poder fazer’ a partir do desejo, não sendo, assim, um atributo dos sujeitos, mas uma conquista” (BUTLER, 2019c, p. 25).

Com isso, é possível perceber que a agência, devido ao processo de subordinação e sujeição, surge como resistência dentro do próprio poder de modo performativo, ressignificando acontecimentos da infância e sociais por meio do longo processo que se repete.

Frente a isso, “[...]o grande motor da agência é o desejo. Ele é a força inovadora e impulsionadora da mudança e, portanto, também desestabilizadora por

definição, já que não existe nenhum desejo que permaneça sempre o mesmo” (FURLIN, 2014 p. 398).

Furlin recorda que em Butler “as operações ocorrem pelo universo linguístico, que está atravessado por discursos - e, portanto, de poder - que normatizam os limites e as possibilidades que os sujeitos possuem para se tornar inteligíveis, dentro de um determinado contexto social” (FURLIN, 2014, p. 398).

Recordando a ação de enfrentamento de Antígona para com Creonte, a ‘apropriação de autoridade’ de Antígona, em vista de seu luto, é evidente, porém está se converte em ‘possibilidade de agência’, mostrando que “a ambiguidade de o sujeito ser constituído pelo poder e usar do mesmo poder, como sua própria condição, é algo que está sempre presente. Nesse caso, a ambivalência é um poder assumido que resiste à subordinação” (FURLIN, 2014, p. 398).

Ser agência para Butler, conforme Furlin (2014, p. 401) é ter “uma dimensão política por permitir processos de ressignificação e de mudança social” sendo construídos em coletivo os consensos de legitimidade e não legitimidade como possibilidade de resistência. Dessa forma, o sujeito não é tratado como fonte, mas como lugar de agência.

Em Butler, a intuição da agência é sempre resistência ao poder e se constrói na dinâmica da interação social. Essa agência apresenta-se como uma descontinuidade entre o poder que forma o sujeito e aquele que o sujeito assume nos processos de constituição de sua própria subjetividade e na ressignificação de práticas sociais. O desejo, em geral, tido como algo da ordem subjetiva, nessa teoria passa a ser um elemento-chave que mobiliza a ação e ajuda a compreender como certos sujeitos são capazes de romper com as convenções sociais, ou com uma cadeia reiterativa de comportamentos e práticas, que são esperadas pela sociedade. Assim, sempre que houver um contexto normativo que limita o desejo de ação de um sujeito, o próprio limite ativa a consciência e gera resistência ao poder tornando-se potência, ou seja, produz novas possibilidades que excedem ao poder normativo, ressignificando práticas e comportamentos culturais. É, então, nesses focos de resistência/agência que ocorrem os processos de transformação sociocultural (FURLIN, 2014 p. 401).

Furlin (2014) conclui em seu artigo que a resistência / agência emerge historicamente de sujeitos invisibilizados, o que permite olhar com atenção os processos de agenciamento na construção da subjetividade social.

E isso mostra que são os processos de resistência a uma determinada hegemonia social, cultural, política que possibilita a mudança na cadeia de repetições das normas, dos modelos socialmente inteligíveis, seja em relação ao gênero, seja até mesmo em relação a outros marcadores sociais ou grupos minoritários (FURLIN, 2014, p. 401).

Diante da pluralidade de perspectiva apontada ora como resistência, potência, agência seja por versões traduzidas de Furlin ou dos livros de Butler, fica evidente que o termo agência (*agency*) melhor expressa as ações do sujeito a nível individual ou coletivo, sendo necessário pesquisar o porquê de a tradução dos livros não utilizarem agência, mas potência, quando traduzidos para o português, desenvolvendo um amadurecimento conceitual do termo no Brasil.

O próximo tópico visa apresentar a consciência reflexiva como característica de agência conquistada pelo sujeito.

A consciência reflexiva

O sujeito pode encontrar-se diante das categoriais sociais ou não, estando “fadado a buscar o reconhecimento de sua própria existência em categorias, termos e nomes que não criou, o sujeito busca o sinal de sua própria existência fora de si, num discurso que é ao mesmo tempo dominante e indiferente” (BUTLER, 2019a, p. 29).

Para um sujeito que apresenta vulnerabilidade, assumir um poder externo do qual necessita para existir, seria o mesmo de ter como destino a subordinação na base da formação, o que torna o processo custoso e arriscado, pois não é estático, mas sim dinâmico. Com isso, ele (o poder) pode tomar outra direção e forma.

A filósofa ressalta:

Para deixar claro como o poder social produz modos de reflexividade ao tempo que limita as formas de socialidade, é preciso redefinir o campo da sujeição psíquica. Em outras palavras, na medida em que as normas operam como fenômenos psíquicos, restringindo e produzindo o desejo, elas também regem a formação do sujeito e circunscrevem o campo de uma socialidade habitável (BUTLER, 2019a, p. 30).

Butler afirma em *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição* que “a consciência é o meio pelo qual o sujeito se torna objeto para si mesmo, refletindo sobre si mesmo, estabelecendo a si mesmo como refletivo e reflexivo” (BUTLER, 2019a, p. 31). Ela também argumenta que “para conter o desejo, o sujeito faz de si um objeto de reflexão; durante a produção da própria alteridade, o sujeito se estabelece como ser reflexivo, que pode tomar a si mesmo como objeto” (BUTLER, 2019a, p. 31).

Corroborando com a perspectiva de Furlin, a novidade quanto à consciência é que “o desejo se constitui como um aspecto-chave para ativar a

consciência reflexiva. É essa consciência que leva alguém a resistir e a subverter uma ordem social, política, cultural ou religiosa, que impõe limites à ação humana” (FURLIN, 2014, p. 400).

Porém, a socióloga enfatiza que para Butler “a consciência reflexiva tem um diferencial, por estar pautada no desejo humano, que pode se manifestar dentro dos mais diferentes aspectos da ordem social, sempre que houver um poder normativo que limita a ação do sujeito” (FURLIN, 2014, p. 400). Ação esta que pode ser localizada nos desejos: erótico, reconhecimento social, poder político, inserção social e tantos outros desejos que possam ativar a consciência do limite.

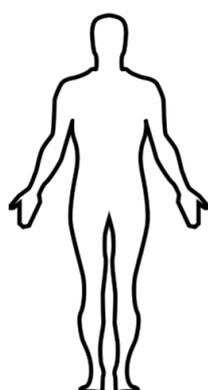
No próximo tópico, busca-se apresentar o sujeito social como consequência da agência (consciência reflexiva) desenvolvida e despertada pelo sujeito.

3.5 Sujeito Social

As operações psíquicas da norma social são consequências de operações anteriores e como já mencionado, não atuam de forma mecânica e nem previsível, tal como as condições de poder que precedem o sujeito.

O devir do sujeito “não é algo simples ou contínuo, mas uma prática incômoda de repetição e cheia de risco, obrigatória, mas incompleta, que tremula no horizonte do ser social” (BUTLER, 2019a, p. 38). Na Figura 5 apresenta-se o processo de constituição do Sujeito Social aos olhos de Judith Butler.

FIGURA 5 - Processo de constituição do sujeito social aos olhos de Judith Butler



- Estratégia
- Potência
- Subversão aos mandatos sociais
- Resistência
- Lugar de agência

Nota-se que as implicações de constituição do sujeito social são baseadas nesta dualidade de poderes, composta por estratégias, potências, subversão, resistência e lugar de agência. Conforme já mencionado, as estratégias, potências e enquadramento sociais refletem em um sujeito que reproduz os mandatos apresentados pela sociedade. Já o processo de resistência decorre de uma sequência de questionamentos e acontecimentos em suas vivências que implicam em seus valores, escolhas e formação de sua personalidade, finalizando-se na constituição de seu lugar de agência.

Furlin (2014, p. 396) retoma a base da teoria feminista pós-estruturalista, baseada em Michel Foucault que afirma que “a constituição do sujeito é pensada como resultado das relações de poder, no interior dos processos de interação social com os sistemas de significação e de representações culturais, nos quais a linguagem é central”. Com isso, percebe-se que o sujeito não é soberano e nem individualista, mas sim um sujeito que interage socialmente, em parte livre, em parte construído e limitado (FEMENÍAS, 2000 citado por FURLIN, 2013, p. 396).

Do ponto de vista sociológico, Furlin (2014, p. 400) diz que “a agência ética sempre ocorre dentro do contexto das relações sociais, nas possibilidades que emergem da resistência política aos poderes, que limita a condição de sujeito”. Com isso, é possível perceber que Butler expande o acesso ao sujeito ético para novas possibilidades, em especial para o entendimento e práticas dos sujeitos que vivem em situação precária sob os mesmos aspectos sociais (FURLIN, 2014) e pontuando ainda que a esta constituição perpassa símbolos e dinâmicas específicas como sexo, orientação, expressão, classe e raça.

Tais ações podem ocorrer com lutas individuais e coletivas, quando há algo em comum, um desejo compartilhado, seja na busca de direitos, seja no simples acesso ao conhecimento, reconhecimento e visibilidade.

É importante destacar que a teoria de Butler não se limita ao que foi mencionado até este momento, ela perpassa “processos sociais ligados à sexualidade e à heteronormatividade no interior dos estudos de gênero, feministas e da Teoria Queer” (FURLIN, 2014, p. 401), ela pensa para todos os corpos com vida precária.

3.6 Sujeito silenciados e vidas que (não)importam

A partir da premissa que o processo de formação do sujeito é o de torná-lo invisível e ter como ideal de consciência o poder do Estado, onde o discurso exerce um importante poder de formar e regular o sujeito por meio da imposição de termos, é necessária a indagação: em quais momentos o sujeito age conforme o desejo e a obrigatoriedade que o Estado tem sob ele? (BUTLER, 2019a).

A filósofa traz à tona que a habilidade narrativa em primeira pessoa ou em terceira “pode realmente ajudar a expandir nossa compreensão das formas que o poder global assumiu” (BUTLER, 2019c, p. 28).

Em *A vida precária: os poderes do luto e da violência*, a autora afirma que “[...] Se existe uma rede, há de existir um líder, um sujeito que finalmente seja responsável por aquilo que os outros fazem” (BUTLER, 2019c, p. 25).

[...] Quando uma criança sangrando ou um corpo morto em solo afegão aparece na cobertura da imprensa, eles não são tratados como parte do horror da guerra, mas surgem apenas a serviço de uma crítica à incapacidade dos militares de mirar corretamente suas bombas. [...] Não percebemos, no entanto, as vidas destruídas e os povos dizimados como algo pelo qual somos responsáveis, ou como essa aniquilação funciona para confirmar os Estados Unidos como protagonista de tais atrocidades (BUTLER, 2019c, p. 26).

Diante deste caso, a autora constrói algumas indagações pertinentes para este tópico: “Quem conta como humano? Quais vidas contam como vidas? O que concede a uma vida ser passível de luto?” (BUTLER, 2019c, p. 40).

Considera-se alguns exemplos reais de vidas que não importam. Temos em décadas recentes, a AIDS, às gripes, dengues, COVID-19 que tiram vidas, perdas que tocam, que amedrontam, perdas irreparáveis a nível mundial. No Brasil, mais de 685 mil pessoas faleceram devido a COVID-19. “[...] existe também o fato de que mulheres e minorias, incluindo minorias sexuais, são, como comunidade, sujeitas à violência, expostas à sua possibilidade, senão à sua concretização” (BUTLER, 2019c, p. 40).

Quais perdas temos conhecimento? Elas são capazes de transformar? Sabemos realmente o que as perdas arrancam das vidas que permanecem? Quanto a isso, ela argumenta que “[...] somos desfeitos uns pelos outros. E se não o somos, falta algo em nós” (BUTLER, 2019c, p. 44).

[...] É importante afirmar que nossos corpos são, em certo sentido, *nossos*, e que temos o direito de reivindicar direitos de autonomia sobre eles. Essa afirmação é tão verdadeira para as reivindicações de direitos de lésbicas e gays à liberdade sexual quanto para as reivindicações do

direito de pessoas trans à autodeterminação, assim como para as reivindicações de pessoas intersexuais de estarem livres de intervenções médicas e psiquiátricas coercivas (BUTLER, 2019c, p. 45).

Inúmeros corpos estão sujeitos às ações vulneráveis como: a morte, a exposição, a violência, às ameaças, a transformar-se em agência, como se um corpo fosse responsável por vários outros corpos.

Em relação a afirmativa, Butler (2019c, p. 54) diz que “[...] aqueles que são irreais já sofreram, de certo modo, a violência da desrealização. Qual é então a relação entre a violência e as vidas consideradas ‘irreais’?”

Voltando a Creonte, em Antígona, na fala: “[...] Não haverá nenhum ato público de luto” (disse Creonte a Antígona), é possível identificar o poder do Estado diante dos corpos, diante de sujeitos silenciados, de vidas que não importam.

Podemos identificar uma complexa relação entre desumanização e discurso. Dessa forma, a humanização tem como pré-condição a vulnerabilidade. As normas variáveis de reconhecimento tornam a humanização plural, mas as normas de reconhecimento existentes garantem facilmente a indicação dos sujeitos vulneráveis (BUTLER, 2019c).

Nesse conjunto de reconhecimento, é necessário que cada sujeito seja recíproco, reconheça que o outro merece e precisa de reconhecimento:

[...] não somos identidades separadas na luta pelo reconhecimento, mas que já estamos envolvidos em uma troca recíproca, uma troca aqui nos desloca de nossas posições, de nossas posições como sujeitos, e nos permite ver que a própria comunidade requer o reconhecimento de que estamos todos, de maneiras diferentes, lutando por reconhecimento (BUTLER, 2019c, p. 65).

Com isso, somos de fato constituídos pelos sujeitos que nos antecederam, seja os que considero e os que nego. Mesmo sem conhecer nome e rosto, pertencem ao mundo social (RODRIGUES, 2021).

Por conseguinte, torna-se evidente para uma parte considerável da população brasileira, diante dos empecilhos e desafios cotidianos, o quanto as mortes contam como não vidas. Surpreendentemente, as pessoas LGBTQIAPN+ tem sua vida negada por parte do Estado, devido a fuga do padrão, a negação do *queer*. Vidas que possuem família, marcas, histórias, conhecimento, desejos, poder, consciência, gênero, performatividade e protagonismo social.

A seguir, expõe-se as contribuições acerca de gênero, performatividade, precariedade e luto, apresentadas por Butler.

Gênero

Em *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, Butler afirma que “[...] sexualidade sempre é construída nos termos dos discursos e de poder e reconhecimento, sendo poder em parte entendido em termos das conversões culturais heterossexuais e fálicas” (BUTLER, 2020, p. 65).

No livro *Corpos em aliança e a política das ruas*, ela apresenta o gênero como uma representação, uma fantasia formada por outros sujeitos e pela formação que se recebe.

[...] O gênero pode ser uma representação na qual errar o alvo seja uma característica definidora. [...] se o gênero vem a nós em um primeiro momento como uma norma de outra pessoa, ele reside em nós como uma fantasia ao mesmo tempo formada pelos outros e parte da nossa formação (BUTLER, 2019b, p. 37).

Um dos principais desafios é desempenhar um papel que não é atribuído a você, nas palavras dela, isso seria o desafio de representar o gênero atribuído.

[...] Mas o que somos obrigados a fazer a princípio é representar o gênero que nos foi atribuído, e isso envolve, em um nível inconsciente, ser formado por um conjunto de fantasia alheias que são transmitidas por meio de interpelações de vários tipos (BUTLER, 2019b, p. 38).

Como resultado, é possível identificar discursos autoritários e regulatórios sobre gênero ditando normas que podem ser rompidas, sendo que suas consequências nem sempre podem ser previstas. É a partir desse ponto que as normas são desafiadas, quando surge “transgênero, *genderqueer*, *butch*, *femme* e modos hiperbólicos ou dissidentes de masculinidade e feminilidade [...] se opõe à todas as distinções categóricas” (BUTLER, 2019b, p. 39).

Sendo o gênero performativo, logo é confundido com verdade interna ou própria, sendo induzido por normas obrigatórias (normalmente binárias). Reproduzir o gênero é negociar com o poder. Não existe gênero sem reproduzir normas, repetir representações e correr o risco de desfazer ou refazer determinada norma de maneira inesperada, permitindo assim, “reconstruir a realidade de gênero de acordo com novas orientações” (BUTLER, 2019b, p. 40).

[...] A precariedade está, talvez de maneira óbvia, diretamente ligada às normas de gênero, uma vez que sabemos que aqueles que não vivem seu gênero de modos inteligíveis estão expostos a um risco mais elevado de assédio, patologização e violência. As normas de gênero têm tudo a ver com como e de que modo podemos aparecer no espaço público, como e de que modo o público e o privado se distinguem, e como essa distinção é instrumentalizada a serviço da política sexual (BUTLER, 2019b, p. 41).

O gênero e a sexualidade são performativos. Chega por ações políticas e, que independente de ter sido escolhido ou atribuído, precisa exercer o direito de reivindicar algo a que pertence e é próprio do sujeito: gênero e sexualidade (BUTLER, 2019b).

Porém, é preciso reforçar que por ser performativo, a representação do gênero é própria (não é primeiro o gênero e depois sua performatividade) da ontologia do sujeito que o faz repensar e desenvolver este modo ontológico (BUTLER, 2019b, p.68).

Há formas de sexualidade para as quais não existem no vocabulário adequado precisamente porque as lógicas poderosas que determinam como pensamos sobre desejo, orientação, atos sexuais e prazeres não permitem que elas se tornem legíveis? (BUTLER, 2019b, p. 45).

Como os corpos que não existem no vocabulário, corpos excluídos chamam a si mesmos? O gênero pode

nos oferecer um ponto de partida para pensar sobre poder, atuação e resistência. Se aceitarmos que existem normas sexuais e de gênero que condicionam quem vai ser reconhecível e “legível” e quem não vai, podemos começar a ver como os “elegíveis” podem se constituir como um grupo, desenvolvendo formas de se tornar legíveis uns para os outros, como eles são expostos a diferentes formas de viver a violência de gênero como essa expressão comum pode se tornar a base para resistência (BUTLER, 2019b, p. 45).

Performatividade

A performatividade não se limita às ações práticas, mas em como o sujeito é afetado pelo discurso e pelo poder institucional, reduzindo e alterando o próprio sujeito a declarar que determinada ação seja “própria” e não fruto do discurso e normas institucionais (BUTLER, 2019b).

[...] Se a performatividade é uma frequência associada ao desempenho individual, pode se provar importante reconsiderar essas formas de performatividade que operam apenas por meio das formas de ação coordenada, cujas condições e cujo objetivo são a reconstituição de formas plurais de atuação e de práticas sociais de resistência (BUTLER, 2019b, p. 15).

Butler reforça que não é necessário ter o poder primeiro e em seguida agir, mas em alguns momentos é preciso ação e, por meio dela, reivindicar o que necessita: o poder, isto é, a performatividade, sendo também uma forma de agir a partir da vulnerabilidade e ao mesmo tempo contra ela (BUTLER, 2019b).

Em suas próprias interpelações, a autora se questiona como que a partir da teoria performativa dos atos de fala pode-se tornar uma teoria performativa de gênero? Se a linguística é performativa, como os atos corporais se tornam performativos? (BUTLER, 2019b).

[...] A persistência do corpo na sua exposição coloca essa legitimidade em questão, e o faz precisamente por meio de uma performatividade específica do corpo. Tanto ação quanto gesto significam e falam, tanto como ação quanto como reivindicação; não pode ser finalmente separado do outro (BUTLER, 2019b, p. 92).

E de forma mais específica, ela esclarece que:

[...] o que vemos quando os corpos se reúnem em assembleia nas ruas, praças ou em outros locais públicos. É o exercício - que se pode chamar de performativo - do direito de aparecer, uma demanda corporal por um conjunto de vidas mais vivíveis (BUTLER, 2019b, p. 31).

A expressão causada por corpos representa um modo poderoso de atuação de gêneros, até mesmo de maneira incontrolável. Essas normas “nos ‘produzem’, mas não no sentido de nos trazer à existência ou de determinar estritamente quem somos” (BUTLER, 2019b, p. 36), mas com esse mesmo ato, os corpos performatizados informam como vivem, informam o tempo e desprezam eventuais normas atuais, chegando até mesmo a rompê-las.

[...] Ser radicalmente privado de reconhecimento ameaça a própria possibilidade de existir e persistir. Se um sujeito requer primeiro encontrar o próprio caminho dentro de certas normas que governam reconhecimento, normas que nunca escolhemos e que encontram o seu caminho até nós e nos envolveram como seu poder cultural estruturador e incentivador (BUTLER, 2019b, p.47).

Desse modo, o sujeito se encontrará na precariedade, desenvolverá ações que estamos discutindo como possibilidades de vida.

Precariedade

Em *Relatar a si mesmo*, Butler aponta que “de maneira semelhante, a condenação costuma ser um ato que não ‘só abandona’ o condenado, mas também busca infligir nele uma violência em nome da ‘ética’” (BUTLER, 2017, p. 66). Voltando aos questionamentos, em parte já refletidos: “Quais humanos contam como humanos? Quais humanos são dignos de reconhecimento na esfera do aparecimento e quais não são?” (BUTLER, 2019b, p. 43).

Ela afirma que:

[...] somos lançados em dilemas cruéis e curiosos: humano não reconhecido como humano não é humano, sendo assim, não devemos

nos referir a ele como se fosse. [...] podemos ver que as normas do humano são formadas por modos de poder que buscam normalizar determinadas versões de humano em detrimento de outras, fazendo distinções entre humanos ou expandindo o campo do não-humano conforme a sua vontade. [...] é apenas por meio de uma abordagem crítica das normas de reconhecimento que podemos começar a desconstruir esses modos mais perversos de lógica que sustentam formas de racismo e antropocentrismo (BUTLER, 2019b, p. 44).

Afinal, são esses corpos que devem ter empregos, assistência médica, moradia, alimento, educação, saneamento básico e não viverem em situação precária, sem infraestrutura, e sem direitos provedores de dignidade dos corpos.

Então, quando as pessoas se reúnem nas ruas, uma implicação parece clara: elas ainda estão aqui e lá; elas persistem; elas se reúnem em assembleia e manifestam, assim, o entendimento de que a sua situação é compartilhada, ou começo desse entendimento (BUTLER, 2019b, p. 32).

Dessa forma, os corpos que se expõem expressam indignação, exigências, reivindicação, reconhecimento, valorização. Lutam para manter o exercício de aparecer, de liberdade por uma vida que possa ser vivida.

Se por um lado os corpos buscam reconhecimento, por outro o Estado interpreta como ação violenta, mesmo quando não há atos de violência (BUTLER, 2019b).

Tratando-se de performatividade e vidas precárias, é preciso saber que a precariedade nesses casos, induz a formação de aliança (assembleias) entre as minorias consideradas descartáveis.

Butler se atém ao modo de operação da precariedade “como um lugar de aliança entre grupos de pessoas que, de outro modo, (sic) não teriam muito em comum e entre quais algumas vezes existe até mesmo desconfiança e antagonismo” (BUTLER, 2019b, p. 34).

Viver em precariedade é perder redes institucionais de apoio social, econômico, educacional, sanitário, com exposição à violência e à morte. Os sujeitos expostos possuem um alto risco a doenças, desemprego, fome, vulnerabilidades e desassistência.

Ela caracteriza que:

A condição politicamente induzida de vulnerabilidade e exposição maximizadas de populações expostas a violência arbitrária do Estado, a violência urbana ou doméstica, ou há outras formas de violência não representadas pelo Estado, mais contra as quais os instrumentos judiciais do estado não proporcionam proteção e reparação suficientes. [...] Podemos estar falando também sobre os profissionais do sexo transgêneros que têm que se defender contra a violência nas ruas e o assédio da polícia (BUTLER, 2019b, p. 41).

Com isso, afirma-se a legalização da desproteção da lei, da polícia, das ruas, do trabalho, e até mesmo da religião que discrimina essa população, desconsiderando que o fato de estar vivo e se relacionar com o que está vivo, além da individualidade já é um ato de condição de ser um corpo, um humano, um sujeito. Para Butler, é “difícil formular um critério coerente e não contraditório para explicar porque pessoas transgêneras deveriam ser protegidas contra a violência policial e ter garantidos todos os direitos de aparecer em público...” (BUTLER, 2019b, p. 57).

É necessário formar alianças, como mecanismo de proteção, pois

[...] nem todo mundo tem garantido o poder de caminhar nas ruas ou de entrar em um bar sem sofrer assédio. Andar sozinho nas ruas sem o assédio da polícia é precisamente não caminhar com a companhia de outras pessoas e quaisquer que sejam as formas de proteção não policial que isso proporciona (BUTLER, 2019b, p. 58).

No Brasil temos exemplos semelhantes e horríveis, em que o preconceito, a discriminação, a LGBTfobia mata de forma brusca e quase que diária.

Devemos, segundo Butler (2019b, p. 63)

[...] expor a injustiça de criminalizar a apresentação de gênero. Um código criminal que justifica a criminalização com base no aparecimento ou na apresentação de gênero é ele mesmo criminoso e ilegítimo. [...] policializar o gênero é um ato criminoso, um ato por meio do qual a polícia se torna um criminoso, e aqueles que são expostas à (sic) violência ficam sem proteção. Não impedir a violência contra as comunidades de minorias por parte da polícia do Estado é uma negligência criminoso, que permite à polícia cometer um crime e as minorias serem vítimas da precariedade nas ruas.

Para ela, é preciso exercer “o direito de ser o gênero que somos ou quando exercemos o direito de nos envolver em práticas sexuais que não causam danos a ninguém, então estamos certamente exercendo certa liberdade” (BUTLER, 2019b, p. 64).

Assim

[...] talvez ainda possamos chamar de “performativo” tanto esse exercício de gênero quanto a reivindicação política de igualdade corporificada, a proteção contra a violência e a habilidade de se mover junto e dentro dessa categoria social no espaço público. Caminhar é dizer que esse é um espaço público onde há pessoas transgêneras caminhando, que esse é um espaço público onde pessoas com várias formas de se vestir, não importa o gênero que lhes seja atribuído ou a religião que elas professam, estão livres para se mover sem ameaça de violência (BUTLER, 2019b, p. 59).

Conforme exposto neste tópico, para algumas vidas, a consequência é viver em luto.

Luto

Após um longo percurso, chegamos neste importante tópico para Butler.

Diante das vidas descartáveis (LGBTQIAPN+, em especial travestis e trans, pessoas soropositivas), Rodrigues (2021) revela que ao longo da história os funerais eram impedidos aos familiares e amigos. Em tempos recentes de COVID-19 no Brasil, milhares de situações similares ocorreram. Pessoas perderam a chance de se despedirem dos corpos de seus familiares.

Não muito distante, “[...] se uma pessoa está perdida, e essa pessoa não é humana, então qual é e onde está a perda, e como ocorre o luto?” (BUTLER, 2019c, p. 53).

Esta [...] é certamente uma questão que os estudos gays, lésbicos e bissexuais têm levantado em relação à violência contra as minorias sexuais; que pessoas trans têm perguntado quando são vítimas de assédio e às vezes de assassinato; que pessoas intersexuadas - cujos anos de formação são muitas vezes marcados por uma violência indesejada contra seus corpos em nome de uma noção normativa de humano, uma norma normativa do que deve ser um corpo humano - têm perguntado (BUTLER, 2019c, p. 53).

Butler enfatiza que é preciso considerar obituários como um ato de construção social, pois o Estado tem total poder e tendência para fazer com que corpos (gênero e performatividade) desapareçam.

Retomando Antígona, a comentadora de Butler apresenta uma dualidade. Se

por um lado, nem todos os mortos têm o mesmo direito de ser enlutados, como comprova a proibição de Creonte ao enterro de Polínicês; por outro, nem todos os vivos têm o direito de reconhecer seus mortos, como comprova a punição imposta por Creonte a Antígona (RODRIGUES, 2021, p. 70)

Em virtude disso, não se deve dizer quem tem e quem não tem direito ao luto, mas deve ser um direito universal, que garante a todos os corpos inteligibilidade, garantindo luto e memória, como política.

Segundo Rodrigues (2021) Butler atribui ao luto uma experiência da perda de um laço social, mesmo que não se sabe o que se perdeu, mas se vive uma experiência de perda da posse, onde se politiza a perda e o luto.

Diante das fontes de precariedade como o preconceito religioso, misoginia, racismo, homofobia, transfobia, lesbofobia, denominados enquadramentos sociais, possuem pesos e medidas distintas para variados corpos. Um único corpo pode ser memória para pessoas LGBTQIAPN+, negras, pessoas em situação de rua, para os

familiares e amigos desse único corpo falecido pelo qual não foi possível viver o direito do luto, por exemplo, a representatividade da morte de Marielle Franco no Rio Janeiro - RJ.

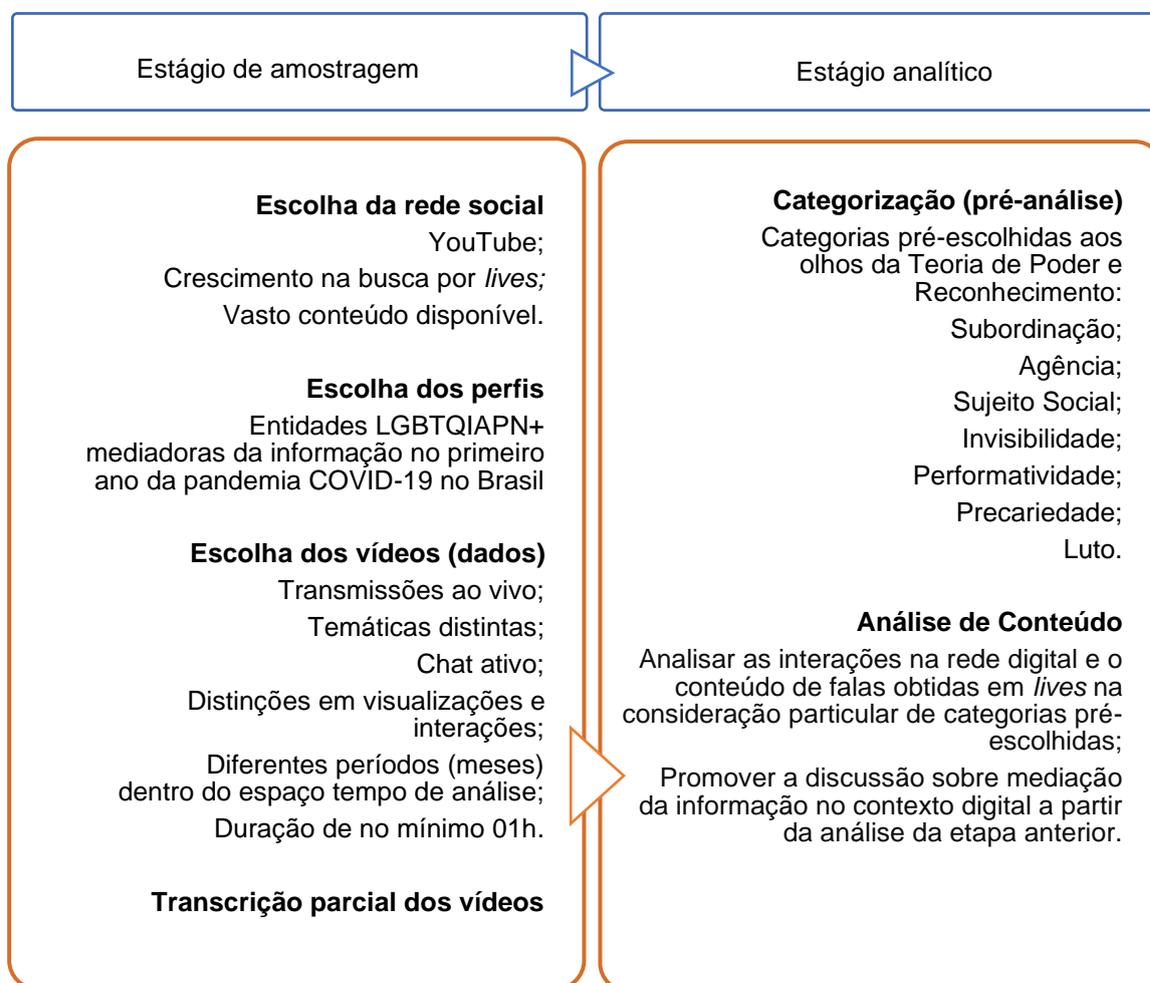
Por fim, percebe-se que a precariedade no Brasil une mulheres, negras e negros, LGBTQIAPN+, pobres, juventudes, idosas e idosos, portadores de deficiência, minorias religiosas, defensores de animais.

É evidente que algumas dessas minorias fazem uso das redes sociais, em especial os movimentos e grupos LGBTQIAPN+, onde cada corpo é um ator político à procura de firmar a importância da ecologia, dos direitos domésticos e trabalhistas, da alimentação, da saúde e até mesmo da desmilitarização. Há muito em comum, há muitas assembleias pela frente diante de alianças que são formadas e fortalecidas regularmente.

4 METODOLOGIA

Para a execução desta pesquisa foi utilizada uma abordagem qualitativa estruturada em dois estágios principais: estágio de amostragem e estágio analítico. Ainda que o processo metodológico se dê de forma interativa e não linear, optou-se por gerar uma breve representação das etapas assumidas (Figura 9), melhor apresentadas nas seções posteriores.

FIGURA 9 - Estágios e etapas metodológicas



Fonte: Elaborada pelo autor.

A pesquisa qualitativa configura-se como uma abordagem em que a particularidade do pesquisador e dos atores sociais estudados estão direcionados de forma intrínseca ao processo investigativo. Somado a isso, as especificidades e o refinamento de conceitos se integram no desenvolvimento da pesquisa, não sendo atribuídos hipóteses ou conceitos enrijecidos.

Por meio deste direcionamento, o desvelar dos processos sociais podem apontar novas abordagens, revisão e categorizações. A chave desta pesquisa consiste em problematizar sobre a mediação da informação exercida por entidades LGBTQIAPN+ no contexto digital, em *lives* no Youtube, via análise de conteúdo das falas discursivas de atores convidados, bem como das interações, e outras frentes, no sentido da análise de redes sociais.

O contexto dos dados analisados considera o primeiro ano da pandemia COVID-19 no Brasil. O processo analítico se desenvolveu ao considerar as categorias adotadas a partir da Teoria de Poder e Reconhecimento em Judith Butler, além das considerações teóricas da Mediação da Informação e Análise de Redes Sociais no bojo da Ciência da Informação.

A sistematização da Teoria de Poder e Reconhecimento é feita a partir da leitura de livros traduzidos da autora Judith Butler e estrito número de artigos e livros de suas comentadoras em nível nacional, a saber, Furlin e Rodrigues.

A mediação da informação foi baseada a partir de produções científicas elaboradas no campo da CI, que auxiliou para a compreensão e desenvolvimento da temática no contexto digital e artigos e capítulos de livros, sem ir à exaustão, da metodologia bola de neve (WOHLIN, 2014), a qual direcionou a outros trabalhos elaborados por Gomes e Almeida.

4.1 Estágio de amostragem: seleção de dados e pré-análise

Por se tratar de uma pesquisa social, com uma população específica e tendo vasta possibilidade de amostragem das redes sociais, optou-se por selecionar uma pequena parcela representativa de canais digitais coletivos LGBTQIAPN+ no YouTube.

A rede social digital YouTube apresenta ampla circulação de informação e interatividade. Sobremaneira, o primeiro ano da pandemia de COVID-19 no Brasil, período de análise considerado, destacou-se pela propagação dos recursos de *lives*, adotadas por entidades, instituições e coletivos LGBTQIAPN+ potencializando formação, diálogo e discussões com o público inscrito e não inscrito com a intenção de permitir o acesso ao conhecimento, debates, eventos, direitos, prevenções, casos de repercussão local, a formação de assembleia, entre outros.

Diante das particularidades, especificidades e objetivos desta pesquisa optou-se por uma amostragem não-probabilística / intencional tanto dos perfis (atores) quanto dos vídeos analisados.

Os critérios de escolha dos perfis, em um primeiro momento, foram definidos pelo autor e seguem: entidades LGBTQIAPN+ reconhecidas em todo o território nacional e que realizaram *lives* durante o primeiro ano da pandemia, de março de 2020 a março de 2021.

Foram selecionados inicialmente 04 canais de atores sociais, sendo eles: Grupo Gay da Bahia (GGB) com mais de 50 vídeos; Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) com 05 vídeos; Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) com 10 vídeos; Conselho Nacional Popular LGBTI+ (CNP LGBTI+) com 27 vídeos.

Posteriormente, realizou-se a leitura flutuante dos títulos e dos metadados das *lives*, adotando-se os seguintes critérios finais de seleção, conforme exposto no Quadro 1 a seguir:

QUADRO 1 - Critérios de seleção de *lives*

1	Transmissões ao vivo
2	Temáticas distintas
3	Chat ativo
4	Distinções em visualizações e interações
5	Diferentes períodos (meses) dentro do espaço tempo de análise
6	Duração de no mínimo 01h

Fonte: Elaborado pelo autor.

Após a aplicação dos critérios, foram considerados o corpus de dois canais pertinentes: ABGLT e CNP LGBTI+ e selecionados 03 vídeos (*lives*) de cada, conforme destacados no Quadro 2, a seguir.

QUADRO 2 - *Lives* selecionadas

Nº	Data	Título	Visualizações	Duração	Curtidas / Gostei	Não Gostei	Comentários
8	Transmitido ao vivo em 23 mai. 20	Canal da ABGLT - Youtube	387	2:00:30	55	0	0
	Resumo: Iniciativas de entidades de pesquisa e jornalismo voltadas para a comunidade LGBTQIAPN+. Mediadores convidados: Anderson Cavichioli, Bruna Benevides, David Marques, Igor Monteiro, Symmy Larrat (mediadora) e Vitória da Silva.						
9	Transmitido ao vivo em 28 mai. 20	ABGLT - WEBNARIO LGBTI e as eleições 2020	183	1:02:55	33	0	1
	Resumo: Iniciativas de entidades e coletivos voltados para a candidatura, formação política da comunidade LGBTQIAPN+. Mediadores convidados: Ana Lourenço, Guilherme Mohallem, Symmy Larrat (mediadora) e Thayná Yaredy.						
10	Transmitido ao vivo em 29 mai. 20	ABGLT - WEBNARIO LGBTI+ e as Eleições 2020	113	1:17:52	16	0	0
	Resumo: Iniciativas de entidades e coletivos voltados para a candidatura, formação política da comunidade LGBTQIAPN+. Mediadores convidados: Francisco Cruz, Márcia Bayod, Symmy Larrat (mediadora) e Vivian Farias.						
5	Transmitido ao vivo em 24 jun. 20	WEBINÁRIO - "Orgulho e resistência LGBTI e o avanço do conservadorismo nas américas"	53	2:10:26	11	0	0
	Resumo: Análise de conjuntura política do Brasil e parte da América Latina. Mediadores convidados: Arthur Nobrega, Carlos Quesada, Dario Arias, Gustavo Coutinho (mediador), Mariana Rodrigues e Marcela Romero.						
23	Transmitido ao vivo em 25 set. 2020	#AOVIVO TRANSGENERIDADE E MONODISSIDÊNCIAS	80	1:56:45	16	0	0
	Resumo: Relatos de experiências e performatividades. Mediadores convidados: Hugo Carvalho, Juno Nedel, Lua Stabile, Naomi Maratea, Vidda Guzo (mediadora) e Wyrá Potyra.						
27	Transmitido ao vivo em 29 out. 20	#AOVIVO LANÇAMENTO DA CARTA COMPROMISSO LGBTI+ PARA AS ELEIÇÕES 2020	87	1:02:14	12	0	0
	Resumo: Lançamento da Carta Compromisso LGBTQIAPN+ para ser assinada por pessoas candidatas. Mediadores convidados: Anderson Pirota (mediador), Danielle Brígida, Léo Ribas, Paulo Mariante e Rivânia Rodrigues.						

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os três primeiros vídeos são originários da ABGLT e os seguintes, do CNP LGBTI+, ou seja, o corpus foi formado por seis *lives* finais para análise. Vale destacar que há um quadro completo com os vídeos dos canais escolhidos, encontra-se no APÊNDICE I, composto por numeração de ordem; data e hora da coleta (informando se transmitido ao vivo); título (com link do vídeo); descrição; visualizações; duração;

curtidas/gostei; não gostei; comentários; chat (ativado ou não se aplica) e plataforma de gerenciamento.

4.2 Atores

Nesta etapa da pesquisa, após apresentado o corpus de análise, vale aprofundamento sobre as entidades, ABGLT e CNP LGBTI+, tratadas nesta pesquisa como atores. Ao passo que, pela atuação informacional proporcionada pelos mesmos, via temáticas escolhidas, formação acadêmica, atuação profissional dos convidados e demais participantes da *live*, na capacidade de interação com a audiência, consideram-se também como mediadores da informação no contexto digital.

ABGLT

O primeiro ator / mediador selecionado corresponde à Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT)⁸. Surgiu com nome e fins em 31 de janeiro de 1995, composta por 31 entidades, possuindo direito jurídico privado, sem fins lucrativos e com duração de tempo indeterminado.

Sua criação é histórica no movimento LGBT no Brasil, permitindo uma representação capacitada e legítima para reivindicar segmentos específicos da comunidade ao Governo Federal e à sociedade.

A instituição contribuiu na organização de outras entidades, ganhando uma referência de responsabilidade dentro do movimento no país.

Na década de 90, com a expertise do movimento sobre o enfrentamento a epidemia do HIV/AIDS, a ABGLT desenvolveu o projeto SOMOS, em parceria com o Programa Nacional. Começando como um projeto piloto com 4 grupos capacitando outros nos temas de desenvolvimento organizacional e prevenção, chegou a abranger 270 grupos em 220 municípios em todas as regiões do país, colaborando e muito, para a organização do movimento⁹.

Compôs a Constituição do 'Programa Brasil sem Homofobia' (BSH), em 2004, por parte do Governo Federal com espaço de ação no Congresso Nacional e junto aos Ministérios. Diante de tamanha atuação, em seguida houve a abertura de inúmeros espaços e avanços em políticas públicas voltadas para a comunidade.

⁸ Disponível em: <https://www.abglt.org/historia>. Acesso em: 14 de agosto de 2022.

⁹ Ibidem.

Também participou da organização da 1ª Conferência Nacional LGBT em 2008, além de vários envolvimento e contribuições no Ministério da Educação, para iniciativas de combate à homofobia na escola, contribuindo para a inclusão da orientação sexual e identidade de gênero no censo escolar.

No decorrer de sua história, a ABGLT tem representação em instâncias nacionais de controle e participação social como no Conselho Nacional de Saúde, de Segurança Pública LGBT de Direitos Humanos e de Juventude. Além de atuação no Fórum Nacional de Educação e na Comissão de Articulação com os Movimentos Sociais do Departamento Nacional de DST, Aids e Hepatites do Ministério da Saúde. Foi reconhecida por sua atuação, recebendo: Prêmio de Direitos Humanos do Governo Federal em 2007, a Ordem do Mérito Cultural, em 2008, o Prêmio Aliados e o Prêmio Arco-Íris.¹⁰

Em 2009 constituiu o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) das Organizações das Nações Unidas (ONU) sendo a primeira organização LGBT nas Américas a receber *status* consultivo, garantindo às organizações da sociedade civil a participação em eventos da ONU. Organiza-se internacionalmente por meio da Associação Internacional de Gays e Lésbicas (ILGA).

Posicionou-se ativamente junto ao Supremo Tribunal Federal para que falas homofóbicas e discriminatórias de parlamentares ao movimento fossem reparadas, e interpôs recurso à Procuradoria-Geral da República para o reconhecimento da união estável homoafetiva, em 2011.

Atualmente a ABGLT se consolida com mais de 300 entidades afiliadas em todo o país. Possui, no YouTube¹¹ 274 inscritos e 26 vídeos desde 23 de fevereiro de 2018, data de criação do canal. Inclusive a estreia de formato de *live* se deu no contexto da pandemia e representa em torno de 38% dos vídeos publicados. Além disso possui perfis institucionais no Instagram, no Facebook e no Twitter.

CNP LGBTI+

O Conselho Nacional Popular LGBTI+ é composto por 25 organizações da sociedade civil. Foi fundado no dia 28 de junho de 2020, Dia Internacional do Orgulho LGBTI+, data também que marcou um ano da extinção do Conselho Nacional de

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/c/ABGLT/videos>

Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos Humanos de LGBT (CNCD/LGBT) pelo Governo Federal.¹²

A instituição tem buscado agir de forma resistente diante da perda de espaço de poder no Brasil que contribui para o aumento da perseguição e violação de direitos das pessoas LGBTQIAPN+, que se concretiza após a eleição do atual presidente da república, no ano de 2018.

Defende o estado democrático de direito, a ciência, e a vida das pessoas vulneráveis, organizando-se em 04 frentes¹³: frente de monitoramento de políticas públicas e articulação parlamentar; frente de articulação institucional; frente de organização, e frente de comunicação.

O CNP LGBTI+ apresenta no YouTube¹⁴, 180 inscritos com 27 vídeos publicados desde 21 de junho de 2020, data da criação do canal. Nota-se que o canal foi criado no primeiro ano da pandemia de COVID-19, evidenciando 100% dos vídeos publicados neste período, em especial no que diz respeito a busca e oferta de *lives*. Além disso possui perfis institucionais no Instagram, no Facebook e no Twitter.

Com os atores / mediadores identificados, e o corpus inicial direcionado, compõe-se ainda a metodologia, a categorização da Teoria de Poder e Reconhecimento, de Judith Butler e a Análise de Conteúdo, de Bardin.

4.3 Categorias de análise a partir da teoria de poder

Para o estágio de análise contou-se com o auxílio da leitura das temáticas colhidas na etapa de revisão da literatura, temáticas estas categorizadas a fim de produzir guias para interpelações futuras.

As categorias são rubricas ou classes que agrupam elementos de análise de conteúdo. “Sendo uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” pontua Bardin (2011, p. 147).

¹² Disponível em: <https://mst.org.br/2022/04/27/encontro-do-conselho-nacional-popular-lgbti-acontece-em-sp-entre-os-dias-15-e-17-de-maio/>. Acesso em: 14 de agosto de 2022.

¹³ Disponível em: <https://conselhpopulargbti.blogspot.com/p/quem-somos.html>. Acesso em 14 de agosto de 2022.

¹⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/c/ConselhoNacionalPopularLGBTI/videos>

Com isso buscou-se realizar as duas etapas iniciais de categorização: *isolar os elementos*, e em seguida *reparti-los* com intuito de procurar impor sintonia entre o conteúdo que será categorizado.

Tratando-se das qualidades de uma categorização, considerou-se a *pertinência*, que está adaptada ao material de análise e envolvida no quadro teórico originário; além da *objetividade* e *fidelidade*, que expressam da forma mais evidente possível a consideração de determinado elemento (BARDIN, 2011).

Com isso, a seguir apresenta-se no Quadro 3 as categorias de análise da Teoria de Poder e Reconhecimento, de Judith Butler.

QUADRO 3 - Categorias de análise da Teoria de Poder e Reconhecimento

Categoria	Definição diante do quadro teórico originário
Subordinação	Deve atender aos pedidos e expectativas de alguém superior (responsável, estado) que domina o sujeito, contribuindo futuramente para uma possível condição de agência e consciência reflexiva.
Agência	Processo de confronto do poder normativo que forma o sujeito e a prática regular de ressignificações e comportamentos culturais que contribuem para a construção de subjetividades a partir do desejo. Ato de se pôr em resistência. É um dos pontos essenciais da teoria, onde o sujeito se torna objeto para si mesmo a partir das próprias reflexões, como contenção do desejo. Alteridade.
Sujeito Social	Sujeito não soberano; interage com outros sujeitos; não é individualista; livre; socialmente construído; socialmente limitado; intenção de agência.
Invisibilidade	Condição em que o sujeito é vítima dos discursos exercidos pelo Estado cuja intenção dos discursos é torná-lo não visível, apresentando como ideal de consciência o poder regulador por meio da imposição de termos.
Performatividade	Processo de reivindicação política de gênero e sexualidade, mesmo que ambos sejam escolhidos ou atribuídos por ações políticas. O sujeito é afetado direta e indiretamente por discursos institucionais, reverberando e alterando ações próprias do sujeito. Trata-se de uma forma de agir a partir da vulnerabilidade e ao mesmo tempo contra ela (BUTLER, 2019b).
Precariedade	Condição de aliança de sujeitos que são condicionados pela política por viver em situações precárias e descartáveis. Vivem sem apoio social, econômico, educacional, sanitário, e estão expostas à violência e à morte. Vivem assédio, patologização, sendo impedidos de frequentarem espaços públicos e privados.
Luto	Deriva da política de performatividade, invisibilidade e precariedade promovida pelo Estado. Os sujeitos têm os seus corpos negados, desaparecem e são passíveis de luto.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, diante do referencial teórico.

4.4 Análise de conteúdo

Por se tratar de uma técnica ímpar para análise de fenômenos dentro da área de Ciências Sociais Aplicadas, a análise de conteúdo permitem compreender que o espaço-tempo designado compõe o significado dos símbolos obtidos implicando na repercussão entre eles.

O corpus da pesquisa referente às seis *lives* selecionadas foram transcritos, possibilitando a compreensão das ideias relevantes e significados gerais. Em seguida, a partir das categorias da Teoria de Poder e Reconhecimento foi possível realizar inferências com o intuito de compreender quais categorias foram abordadas por meio das falas e interações simultâneas.

Corroborando com Bardin (2011), a análise de conteúdo tem o intuito de compreender os sujeitos e o ambiente, no caso, a mesa da *live*, que pondera o conteúdo e sua aplicação, e a repercussão do mesmo diante das interações e considerações que a levaram em conta, que considera sobremaneira a comunicação por símbolos verbais diante da comunicação não verbal, sendo assim submetida à análise, dispensando excessos e interpretações intuitivas de pesquisa.

Vale salientar, que esta técnica permitiu a descrição objetiva e sistemática das mensagens, o contexto de emissão, os possíveis efeitos que se pretendem causar a partir delas e a apreensão de núcleos de sentidos, conforme Bardin (2011).

Com isso, cada vídeo 8 ABGLT, 9 ABGLT, 10 ABGLT, 5 CNP, 23 CNP e 27 CNP foram analisados levando-se em conta a atuação de cada sujeito informacional integrante das *lives*, destacando a interação com o público por meio do recurso do chat ativo e conseqüentemente das diversas temáticas abordadas.

5 UM PANORAMA DOS MEDIADORES INFORMACIONAIS NO CONTEXTO DIGITAL PARA O SEGMENTO LGBTQIAPN+ AOS OLHOS DA TEORIA DE PODER E RECONHECIMENTO

Uma característica marcante transmitida pelos atores/mediadores da informação em suas *lives* é a relação de conteúdos abordados com as categorias da Teoria de Poder e Reconhecimento, não havendo conteúdo redundante, mas apresentando um forte levantamento de fontes de informação, pesquisas, metodologia por parte dos atores convidados e dos representantes das próprias instituições nas *lives*.

Por meio da análise de conteúdo, o resultado será apresentado conforme a categorização apresentada na metodologia acerca da Teoria de Poder e Reconhecimento, trazendo um panorama das seis *lives* analisadas.

As categorias se sobrepõem no curso das *lives*. Esta pesquisa não possui a intenção de etiquetar as *lives* em relação às categorias, mas sim revelar o evidenciamento das questões que as categorias trazem.

5.1 Subordinação

As discussões que envolveram subordinação, sujeição estão nas *lives* 08 ABGLT, 10 ABGLT e 05 CNP.

Na *live* 08 ABGLT, um dos fatores apresentados por Symmy Larrat¹⁵, ABGLT, está relacionado diretamente com a pandemia de COVID-19, quando a comunidade LGBTQIAPN+ retorna para casa, que deveria ser um espaço seguro e de acolhimento e não é. Dessa forma, as pessoas LGBTQIAPN+ retornam para um espaço de sujeição familiar.

Já na *live* 10 ABGLT, uma das convidadas, Vivian Farias¹⁶, relata que o processo virtual provocado pela pandemia de COVID-19 no Brasil contribuiu para a socialização digital, se tratando da internet, em que as condições são distintas. A convidada recorda que o país historicamente tem, na sua base, o preconceito, a política de ódio, homicídio, escravidão. Busca potencializar o período de campanha

¹⁵ Formada em Comunicação Social e presidenta da ABGLT LinkedIn: <https://www.linkedin.com/in/symmy-larrat-a8a68733/>

¹⁶ Vice-presidente da Fundação Perseu Abramo; Diretora da Escola Nacional de Formação do PT; Assistente Social; Pós-graduada Políticas Públicas (FESP-SP) e mestranda na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais.

política, no qual se deve confirmar, de forma democrática, a representatividade do corpo político do país, por mais que, a nível histórico, tenhamos um processo antidemocrático recente. Com isso, percebe-se uma aproximação com a categoria sujeição baseada na Teoria de Poder e Reconhecimento, em que, ainda, a população, seja LGBT ou não, tem vivenciado um longo histórico período de sujeição estrutural.

Tratando-se da *live* 05 CNP, mediada por Gustavo Coutinho¹⁷, a convidada Marcela Romero¹⁸, representante da Argentina, revela que o Brasil tem sido um forte aliado, em especial antes do golpe em 2016, em relação à luta por pessoas trans, afrodescendentes, povos originários e recorda que participou de uma reunião de comissão para a elaboração de estratégias. Destaca os governos de Evo Morales, Lula, Rafael Correa no apoio à comunidade e enfatiza que o Brasil está vivendo uma situação contrária, de acordo com as expectativas da comunidade, e que se faz necessário refletir sobre violências institucionais e ocupar espaços como pessoas LGBTs não se deixar representar por pessoas aliadas ou distantes do movimento.

Quanto aos espaços de poder, a convidada motivou para que sejam ocupados, e que as violências sofridas nesses espaços sejam documentadas, sendo necessário exigir paridade e representatividade. Ainda, lança o seguinte questionamento: “qual a renda que as pessoas LGBT têm para sobreviver?”. Em seguida, ela pontua que é preciso formar companheiros e companheiras que participem de espaços políticos. Em muitas realidades, a pobreza se torna o tema central, em que companheiros LGBT se perguntam: “o que vamos comer hoje à noite?”, enquanto outras pessoas escolhem o que irão comer. Finalizando a fala, no que diz respeito à sujeição, Marcela Romero relata que ser trans não se trata de uma teoria.

Já o outro convidado da *live*, Dario Arias¹⁹, contextualiza que a América Latina está vivendo um momento difícil diante do avanço de movimentos conservadores. Ele sugere que é preciso diagnosticar a realidade com todos os elementos que as pessoas LGBTs e não LGBTs estão vivendo em sua região devido ao coronavírus. O convidado argumenta que vivemos em um continente em disputa muito forte entre dois projetos de países: de um lado, uma sociedade neoliberal,

¹⁷ Membro da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT).

¹⁸ Membro da Red Latinoamericana y del Caribe de Personas Trans (Red Lac Trans).

¹⁹ Membro da Frente de Todos – Argentina.

capitalista selvagem e conservadora com diferentes máscaras; por outro lado, um projeto emancipador, progressista, que almeja a redistribuição de renda. E, devido à dimensão do continente e à forte disputa, é possível perceber democracias de baixa intensidade e não a plena democracia. A democracia de baixa intensidade, segundo ele, é construída por aniquilamento de adversários políticos, e o movimento LGBT atravessa essa realidade de corrente neoliberalista, assim como outros movimentos.

A fala seguinte, de Arthur Nobrega²⁰, referente à sujeição, se volta para o modelo capitalista de gestão formado no período colonial, em que o racismo, o machismo e a LGBTfobia estão diretamente relacionados. O Brasil é o maior país da América Latina e é notado como uma empresa que exporta. Enfatiza que há pessoas que trabalham de 8 a 10 horas por dia e não possuem casa. Em virtude disso, o Brasil vive, diante da riqueza mundial, uma exploração, assim como os outros países da América Latina. É visto, dentro da Teoria de Poder e Reconhecimento, como um país que vive em subordinação.

Mariana Rodrigues²¹ destaca que, mesmo em partidos ditos de esquerda, há uma política conservadora. No Brasil, constitucionalmente um país laico, há candidatos a presidente que discursam segurando a Bíblia como forma de alienar e colocar em situação de sujeição os possíveis eleitores por meio do fanatismo religioso.

Diante do apresentado na revisão de literatura e na categorização, a população LGBTQIAPN+ é vista, seja por familiares, colegas, amigos, e representadas, em comerciais de TV, novelas e séries, como sujeitos que vivem em uma situação precária, de sujeição, devendo atender a pedidos e expectativas da bolha social a qual pertencem. Este sujeito se vê dominado, por razão de existência, devido ao isolamento social, com o intuito de atender os pedidos e as expectativas seja do responsável, de quem acolhe ou do Estado. Mal sabem eles que o processo de sujeição baseado na teoria, contribui, a médio ou a longo prazo, para a iniciação do sujeito que futuramente será um agente e um sujeito social.

²⁰ Membro do Levante Popular.

²¹ Membro da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL).

5.2 Agência

A categoria agência se trata da possibilidade de construção de subjetividades por meio de práticas de articulação baseadas no desejo do sujeito, devendo ser vista como uma conquista, e põe em ato a resistência do sujeito em ser quem ele é. As *lives* que envolveram agência são 08 ABGLT, 09 ABGLT, 10 ABGLT, 05 CNP e 27 CNP.

Iniciando com a live 08 ABGLT, David Marques²² ressalta a transparência do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e recorda que, em 2019, se envolveram em levantamentos que já estão habituados a fazer: a 14ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, um compilado de estatística para retratar o fenômeno da violência e da segurança pública no Brasil. A cada edição, enfatiza ele, buscam introduzir novas temáticas para qualificar os dados.

David Marques recorda que, em 2019, buscaram informações, por meio da Lei de Acesso à Informação²³, sobre os 26 estados e o Distrito Federal, perguntando sobre os dados de homicídio doloso, lesão corporal dolosa e estupros contra pessoas LGBTQIAPN+. Além disso, buscaram informações sobre delegacias especializadas para atender a população LGBT. Referente a 2018 e 2017, apenas dez estados retornaram. E destacaram que esse processo de participação ou ausência tem causado impacto positivo, sendo atendido em futuras solicitações, ou seja, com o passar dos anos, novos estados têm colaborado enviando os dados solicitados.

No que diz respeito à agência, Bruna Benevides²⁴, ANTRA, iniciou comentando que a metodologia que a instituição utiliza é uma réplica da utilizada pelo GGB e, com o passar do tempo, passou a ser realizada pela professora Sayonara Nogueira, de Uberlândia - MG, através da Rede Trans. Em 2017, a ANTRA iniciou

²² É doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (2016) e coordenador de projetos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (2011) e mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (2014). Tem interesse nos temas relativos à gestão do crime e da violência por parte das instituições estatais do campo da segurança pública e justiça criminal. Desde 2012 é integrante do Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos (GEVAC/UFSCar) e pesquisador em formação do INCT/InEAC. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2292335363594754>

²³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm

²⁴ Militar da Marinha do Brasil, Consultora de Diversidade sexual, de Gênero e Direitos Humanos da população LGBTI+, Coordenadora do Pré-Vestibular Social PreparaNemNiteroi, Secretária de Articulação Política da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), Secretária de Comunicação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), Membro da Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública LGBTI+ (RENOSP LGBTI+), Membro Fundadora do Fórum Estadual de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro (Fórum TTRJ). Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/bruna-benevides-307863195/>

esse trabalho que não é apenas de monitoramento, mas que busca contribuir com soluções por meio de orientações para políticas públicas. Porém, diante da precariedade metodológica e da relevância do trabalho, os números não são utilizados pelo Anuário nem pelo Mapa da Violência, levantamentos citados na *live*. As fontes que a ANTRA utiliza são baseadas em notícias e matérias de jornais. Bruna Benevides enfatiza que é preciso analisar quatro fontes de dados: mídias, sociedade civil, governo federal, estado. O Dossiê 2019²⁵, publicado pela ANTRA, apresentou um capítulo acerca da escolha da narrativa.

A próxima convidada, Vitória Régia da Silva²⁶, que teve parte de sua fala evidenciada como agência, contextualiza a escassez de dados e a subnotificação da violência contra a população LGBT. A Gênero e Número²⁷, no começo de 2019, realizou uma pesquisa, “Violência contra LGBTs no período eleitoral e pós-eleitoral”²⁸, fruto de uma percepção das eleições de 2018.

Quando se fala de *fake news*, desinformação, a Gênero e Número iniciou, em 2019, uma pesquisa de análise de relação jornalista para explicar a ‘ideologia de gênero’ no Brasil, que resultou na mostra de como o Governo, a Igreja e a Mídia dão vida a uma realidade paralela que não existe.

Vitória da Silva finaliza sua contribuição, no que diz respeito à agência, afirmando que a função do jornalismo é investigar, trazendo informações para a sociedade.

Anderson Cavicholi²⁹ contribuiu informando que, no Distrito Federal, há um equipamento de segurança pública próprio para situações e casos de violência contra a população LGBTQIAPN+. Trata-se da Delegacia Especializada em Crimes de Intolerância, que abrange os crimes contra a população LGBT, iniciada em 2016. A delegacia é uma fonte irradiadora de conhecimento, devido ao lançamento de material de condutas sobre como proceder em situações de denúncias de crimes contra a população. E conclui afirmando que a ciência não acolhe o negacionismo.

²⁵ Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>

²⁶ Graduada em Comunicação Social com habilitação em jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, também atua na área de pesquisa e roteiro para podcast e cinema documentário. Editora-assistente na Gênero e Número. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/vit%C3%B3ria-r%C3%A9gia-da-silva/>

²⁷ Associação de produção e distribuição de jornalismo e informação baseados em questões urgentes, em especial, gênero e raça. Portal: <https://www.generonumero.media/>

²⁸ Matéria publicada em: <https://www.generonumero.media/reportagens/denuncias-discurso-de-odio-eleicao/>

²⁹ Mestre em Direitos Humanos e Cidadania pela UnB. Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública - LGBTI+.

Na *live* seguinte, 09 ABGLT, o convidado Guilherme Mohallem³⁰ inicia sua fala sobre a plataforma Vote LGBT³¹ mencionando candidatos LGBT assumidos no ano de 2014. Em 2016, houve candidaturas, mas nada mapeado oficialmente. Em 2018, incluíram, na plataforma do Me Representa³², uma declaração com automarcadores de gênero e raciais, registrando 141 candidaturas abertamente LGBTs.

Com isso, é possível perceber o crescimento de pessoas LGBTQIAPN+ disputando esse espaço, entretanto, os obstáculos, como o preconceito social e de dentro dos partidos, são existentes, embora enfatize que se trata de valor eleitoral se candidatar enquanto LGBT.

Guilherme Mohallem acrescenta que a plataforma realizou uma pesquisa, com 10 mil pessoas, sobre o impacto que a pandemia de COVID-19 proporcionou a pessoas LGBT. Dentre os resultados, ele destaca a relevância da relação com o valor pessoal perante o mundo, considerando a valorização de personalidades, figuras e culturas na mídia como um todo. Outro ponto foi a identificação de pares entre mulheres, negras e pessoas LGBT.

Por um lado, há agentes LGBTs candidatos que contribuem com a pauta e há políticos assumidos que são totalmente contrários, apoiando escolas sem partido e até mesmo reprimindo o movimento. Por fim, ele diz que há um limite para a empatia.

A próxima convidada da *live* foi Thayna Yaredy³³, que Representa o TretAqui³⁴. A instituição surgiu em 2018 e deriva de nove organizações femininas que pensam o que fazer diante dos discursos de ódio levantados nas eleições, buscando entender, de forma qualitativa, as perspectivas progressistas e antidiscriminatórias.

³⁰ Graduado em Cinema e Vídeo pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Vote LGBT. Disponível em: <https://www.guimohallem.com/bio>

³¹ O #VoteLGBT surgiu em 2014 e busca elevar a representatividade de pessoas LGBTQIAPN+ nos mais diversos espaços. Portal: <https://votelgbt.org/>

³² O #MeRepresenta foi formado por entidades de mulheres, pessoas negras e LGBTQIAPN+ na busca da promoção da igualdade de gênero, da luta antirracista e do respeito à diversidade sexual e à identidade de gênero na política. Portal: <https://merepresenta.org.br/#sobre>.

³³ Advogada, pesquisadora do Núcleo de Estudos afro-brasileiros da Universidade Federal do ABC, mestra do programa de pós-graduação na linha de pesquisa de ciências humanas e sociais da Universidade Federal do ABC, pós-graduada em Direito fundamentais pela Universidade de Coimbra, professora no Centro Paula Souza, coordenadora de assuntos anti-discriminatórias no Instituto Brasileiro de ciências criminais, vice-presidente da Comissão da Igualdade racial da Ordem dos Advogados do Brasil e assessora parlamentar Legislativa em São Paulo. Atua nas áreas de violência política formação de raça e gênero e é cofundadora da iniciativa tretAqui uma plataforma de denúncia de discurso de ódio nas eleições. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/thayna-yaredy-42437089/>

³⁴ A plataforma está indisponível.

Ela explica que, por meio de um site, cada pessoa poderia cadastrar um discurso incorreto frente às pautas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Encaminhando para o fim de sua fala, Thayna Yaredy revelou que houve uma formação para 25 candidatas negras sobre como reagir e se proteger em campanhas eleitorais. E, em apenas 15 dias, houve 574 denúncias relacionadas a corpos vulneráveis, LGBTfobia, vazamento de e-mails. Segundo ela, a pergunta que fica é: “como a justiça brasileira responde a essas denúncias?”.

Uma outra participante, Ana Carolina Lourenço³⁵, do Me representa, explica que a organização surgiu da coalizão de coletivos femininos. Trata-se de uma plataforma com o intuito de aproximar públicos com voto em foco de direitos humanos. A profissional retoma a fala indireta de Lélia Gonzales, de 1988, quando diz que era possível mudar o país com base na maioria (minorias). Em seguida, destaca, de forma histórica, as crises políticas vividas pelo Brasil e, em contrapartida, salienta que a sociedade civil responde a essas crises.

Na *live* 10 ABGLT, Maíra Recchia Bayod³⁶ inicia sua abordagem afirmando que é imprescindível que as pessoas se envolvam em política e nota o avanço do discurso e de comportamentos derivados do ódio. Além disso, afirma que o ódio só será coibido com o envolvimento de pessoas LGBTQIAPN+ com a política. Destaca, também, a pouca representatividade de mulheres e pessoas LGBTQs na última eleição e, partindo do movimento feminista, destaca a palavra sororidade.

Maíra Bayod argumenta que é preciso pensar e viver a política para além da propaganda, das datas de eleição. Ela também incentiva as pessoas que estão assistindo à *live* a se candidatarem, apontando sobre quais passos devem realizar, a quais prazos devem obedecer e o quanto é relevante falar de valores e projetos. Lança, ainda, o questionamento: “durante o período pandêmico, como as candidaturas irão sobreviver?”. Segundo ela, a internet não é democrática, mas, no período pandêmico, é a principal ferramenta para chegar às pessoas.

Na *live* seguinte, 05 CNP, a agência é evidenciada na fala do Carlos Quesada³⁷, quando menciona que há um forte conflito por parte da resistência

³⁵ Cientista social, articuladora do #MeRepresenta.

³⁶ Advogada, Graduada em Direito pela PUC Campinas. Atualmente é presidente do Observatório Eleitoral da OABSP. Advogada eleitoralista, Palestrante e autora de diversos artigos sobre violência política de gênero. Disponível em: <https://www.oabsp.org.br/comissoes2010/observatorio-eleitoral/conheca-as-liderancas>

³⁷ Membro do Instituto sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos (Race and Equality).

evangélica, contribuindo para uma normalização da violência, em especial para as pessoas LGBTs, porém, neste mesmo período, se notam três elementos importantes. O primeiro está ligado ao representante da ONU para interesse sexual e de gênero, sendo reeleito por mais três anos, Victor de Madrigal; o segundo é relacionado à opinião consultiva 24 da Corte Interamericana de Direitos Humanos e, por último, o terceiro avanço é sobre o governo da Costa Rica ser apoiador do movimento LGBT, com presidente e vice-presidente comprometidos com a população, incluindo a pauta do matrimônio igualitário.

A última *live* categorizada, 27 CNP, é referente ao lançamento da Carta para as eleições de 2020 e Anderson Pirota³⁸ enfatiza que se trata de um instrumento de atuação e trabalho nas eleições do ano corrente, sendo apartidária, mas dialoga com todas as candidaturas, em especial com as de campo progressista, apresentando propostas referentes à saúde, à participação popular, à segurança pública, à empregabilidade, entre outras.

Em virtude da *live* ocorrer no Dia Nacional do Livro, Anderson Pirota recorda que, nas últimas eleições, houve um movimento para que as pessoas fossem votar com livros em mãos.

Ao fim da *live*, percebe-se um retorno de candidatos assinando virtualmente a Carta e Anderson Pirota expressa sua alegria por viver e lutar por vidas LGBTs, afirma que almeja ocupar espaços de política e enfatiza que o voto é muito importante para isso.

De forma geral, se percebem as consequências da agência, nos sujeitos apresentados, por meio de coletivos e instituições. Por viverem de forma invisibilizada e precária, se mobilizam para agenciar movimentos e iniciativas tais como as relatadas.

A agência configura-se como ações de resistência diante de uma consciência reflexiva que os sujeitos possuem, levando em conta não apenas a subjetividade, mas o espaço territorial e de condição em que estão inseridos.

³⁸ Coordenador do Coletivo LGBT do Sindicato Bancário. Colaboradores do Coletivo Nacional LGBTQIA+ da Central Única dos Trabalhadores – CUT. Membro do CNP LGBT.

5.3 Sujeito social

O sujeito social é apresentado por exercer sua cidadania, sendo formado por meios linguísticos (discursos), aos quais é submetido diariamente, seja no contexto familiar, no escolar ou no trabalhista. É formado pela interação com outros sujeitos informacionais disponibilizados na internet. Este sujeito social não é soberano, interage com outros sujeitos, vinculado ao coletivo, se percebe livre, socialmente construído e limitado e, como característica principal, possui a intenção de agência.

As discussões que envolveram a discussão sobre sujeito social estão nas *lives* 08 ABGLT, 09 ABGLT, 10 ABGLT, 05 CNP e 27 CNP. Entre os discursos de pessoas que mais se destacam sobre sujeitos sociais, está o da mediadora da entidade ABGLT, Symmy Larrat.

Na *live* 08 ABGLT, ela afirma que a mentira é uma marca do atual governo e não apenas da Damares (única ministra), e enfatiza que o atual governo foi eleito por *fake news*.

Já na *live* 09 ABGLT, ela questiona: “Por que chegamos nessas pessoas (candidatos)? Quando olhamos para o Legislativo, percebemos que ele não nos representa”. David Magno Silva participa via interação ao comentar que “no Judiciário também!”. Ela indaga e motiva a audiência a ver, analisar e criticar o que acontece atualmente no cenário político, e incentiva para que haja uma ação para burlar os esquemas que levam à representatividade. Em seguida, como ação própria do sujeito social com intenção de agência, a *live* visa discutir como acolher pessoas, ter boas iniciativas, pensar em estratégias.

Symmy Larrat, na *live* 10 ABGLT, destaca o avanço do conservadorismo da Presidência da República e do Legislativo, espaços de poder. Em seguida, reconhece a reação da população LGBT diante da onda conservadora e lança as indagações: “Como serão as eleições de 2020? Talvez seja adiada (sic) devido à pandemia de COVID-19. Mas, como população LGBT, como nos colocaremos na política? Como na eleição passada, a internet será um diferencial?”. Depois, a mediadora da *live* incentiva para que haja ocupação de espaços de apoio, mesmo que o processo eleitoral seja violento, em especial para a pessoa LGBT que não possuem financiamento e concorre às eleições de forma desleal.

Ela retoma que, nas eleições de 2018, a internet ganhou um grande espaço nas eleições, deixando às claras que o espaço digital não é democrático. “O que podemos e não podemos fazer como pré-candidatas? Como construir a campanha nesse período? Como utilizar as ferramentas da internet? Como agir dentro da legalidade?” são alguns dos questionamentos lançados por ela.

A convidada Vivian Farias explica que a representação LGBT assusta o patriarcado. Essa representação é constituída por empoderamento e amor (intenção de agência). Ela declara que é preciso assumir que qualquer trabalho deve ser visto como uma forma direta de ajudar a população, promovendo a democracia, o Estado, a saúde, a educação para que haja menos preconceito, e independentemente de partido e religião, promovendo uma campanha de inclusão e colorida. É necessário, em um país laico e democrático, exercer sua representatividade por meio do lugar de fala. Além disso, declara: “Eu jamais vou sentir na minha pele a violência das mulheres trans (sic), a homofobia sofrida por um casal negro”, por não estar no lugar desses sujeitos. Por fim, ela ressalta uma fala de Lula, “Se você não gosta de política, quem gosta define o preço do combustível, o preço do gás”, e ressalta a importância do trabalho coletivo, incentivando-o.

Tratando-se dos materiais de análise do outro canal, na *live* 05 CNP, o professor Carlos Quesada recomenda ao movimento LGBT utilizar o Serviço Interamericano de Direitos Humanos e o Sistema Único de Saúde (SUS); buscar por audiências temáticas de problemas do país e da população LGBT. Ele recorda uma sentença contra o Peru sobre a corte de Direitos Humanos, que, antes, era coordenado por um homem gay e, hoje, está sendo coordenada por uma pessoa trans; conhecer a emissão de carta de alegações com denúncias aos sistemas universais, aos especialistas da ONU; se inteirar dos comitês de tratados, enviando informes alternativos sobre mulheres lésbicas e trans.

Ao fim, ele destaca que a visibilidade da população nesses espaços de decisão é importante, e isso pode acontecer por meio da realização de denúncias de não representatividade.

Na última *live* analisada, 27 CNP, o mediador Anderson Pirota questiona: “Se nós, enquanto LGBTs, não estivermos no orçamento do Estado, nas políticas públicas, é uma democracia inconclusa”. Além disso, convida os candidatos e as candidatas LGBTQIAPN+ a conhecerem a Carta que foi elaborada em nome da democracia, com foco na valorização da vida.

5.4 Performatividade

Esta categoria revela-se, nesta pesquisa, como um tema central, mesmo quando não presente em discursos, pois a agregação se pauta especificamente em função da reivindicação por performatividade de gênero. A performatividade se trata do processo de reivindicação política de gênero e de sexualidade. Ela resulta do afeto direto e indireto por discursos institucionais, alterando ações próprias do sujeito.

As *lives* que envolveram a performatividade são 23 CNP e 27 CNP..

O artista Juno Nedel³⁹, *live* 23 CNP, relata seus marcadores corporais e como a sociedade busca enquadrá-lo ora como mulher, ora como homem, sendo esse processo comum quando participa de espaços cisnormativos, nos quais sempre se quer definir o gênero das pessoas.

O artista relata que, ao participar de eventos sociais e festas, percebe que, por seu corpo estar fora das convenções, passa a ser visto e desejado como fetiche, por não estar em um lugar nem em outro, e, com isso, vive de forma promíscua, sendo colocado pela sociedade em um lugar de experimentação.

Rivânia Rodrigues⁴⁰, na *live* 27 CNP, expõe que as pessoas que integram movimentos sociais têm um trabalho informal e buscam pressionar o governo para terem seus direitos e suas garantias atendidos, mas, devido aos estereótipos, tornam-se alvos de discriminação, preconceito, julgamento, em especial homens e mulheres trans que trabalham em *call center*, escondidos e distantes dos espaços públicos. Ao fim, reivindica que é preciso garantir concursos públicos para as pessoas LGBTQs.

5.5 Invisibilidade

A categoria é definida por se tratar de um ciclo repetitivo (vir a ser e ser negado) e invisível que o sujeito, ao mesmo tempo, vive e deseja diluir diante das barreiras que viabilizam o seu desejo. Em contrapartida, é possível, aos olhos do Estado, a premissa de que o processo de formação do sujeito é o de torná-lo invisível para ter como ideal de consciência o poder imposto, em que o discurso exerce um importante mecanismo de formar e regular o sujeito por meio da imposição de termos.

³⁹ Jornalista, pesquisador e artista transmasculino. Atualmente é mestrando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e integrante da Cia Fundo Mundo, companhia circense formada apenas por pessoas trans, travestis e não-binárias.

⁴⁰ Coordenadora da Rede Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais Negras Feministas (Candaces).

As discussões que envolveram a invisibilidade estão nas *lives* 08 ABGLT, 05 CNP, 23 CNP e 27 CNP.

Logo no início da *live* 08 ABGLT, foi exibido um vídeo com correções, localizado na internet, no qual a ministra Damares Alves relata uma onda de *fake news*. Exibido na *live*, após cada fala da ministra, um julgamento sobre se o que dizia era mentira ou verdade. Na *live*, buscou-se destacar alguns pontos: a ministra afirma que a bíblia legitimava seu currículo lattes, julgado como inverídico, e uma fala na ONU, na qual ela acentua que o Brasil não é um país violento e que as pessoas LGBTQIAPN+ se sentem seguras, avaliado como mentira.

O convidado David Marques salienta que, antigamente, a transparência era tratada com sigilo; em contrapartida, o grupo que integra o Fórum Brasileiro de Segurança Pública pensa que o poder e a transparência no acesso à informação garantem políticas públicas. Embora não tenham recebido o retorno da Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo quanto à solicitação de dados de violência voltados para a população LGBT, o Fórum reconhece que há uma delegacia especializada no estado. Essa observação revela que a entidade busca trabalhar com dados “invisíveis”, diante da falta de retorno. Em outro exemplo, ele cita que apenas o estado do Tocantins respondeu ao levantamento, quando comparado aos estados da região Norte do país.

Ele conclui afirmando que existe uma invisibilidade considerada, mas que persiste no envio frequente de solicitação de dados, o que garante que a produção de dados nas Secretarias de Segurança Pública sejam cobradas como políticas públicas de qualidade voltadas para as pessoas LGBTQIAPN+.

Ligada à ANTRA, Bruna Benevides informa que, por mais que a subnotificação seja importante para o Estado, é imprescindível combater a omissão de dados, metodologia e ideologia adotadas pelo atual governo federal, e declara que há uma política de bonificação de promoção do silenciamento de violência contra pessoas LGBTQIAPN+.

Ela destaca que, no Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, 18 de maio, não se fala de LGBTs, assim como não se fala no Dia Internacional da Diversidade Sexual, 17 de maio, e lamenta que a única mulher do governo reproduz uma fala mentirosa sobre a população específica.

Bruna Benevides revela que, por dez anos consecutivos, o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo e que este dado é manipulado pelo atual governo nos dados publicados.

A jornalista Vitória da Silva revela trechos de uma pesquisa que a Gênero e Número realizou, em 2019, nas capitais São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, com a intenção de compreender o que acontecia no contexto de violência naquele período. A pesquisa revelou que 51% das pessoas entrevistadas relataram que sofreram ao menos uma agressão durante o período eleitoral e 1/3 diz ter sofrido ameaça ou perseguição nas redes sociais, por ser LGBT ou por manifestar sua opinião pública. Quanto às pessoas trans, 56% sofreram cerca de três agressões durante o período eleitoral, no comércio, em serviços públicos e em casa.

A pesquisa também revelou que, no período de pandemia, a casa de pessoas LGBTs não é um espaço seguro, haja vista a quantidade de violência que acontece dentro desse ambiente. É preciso pensar em medidas para erradicar essa situação. “O governo não olha para a população LGBT”, destaca Vitória da Silva.

Além disso, a pesquisa revelou que 70% dos agressores são homens; são dados já esperados em todas as pesquisas. Ademais, ressalta a falta de iniciativa do atual governo para com as pessoas LGBTs durante o período da pandemia, que lançou apenas um material direcionado para falar sobre COVID-19 e com apenas três páginas, sendo impossível conscientizar uma população com este quantitativo de laudas. Ainda, alerta que iniciativas de conscientização como esta não resolvem o problema da violência e da vulnerabilidade da população.

Já Anderson Cavichioli pontua que o Brasil apenas subnotifica os casos contra a população LGBT e retoma que, em 2017, ano do assassinato de Dandara Santos⁴¹, no estado do Ceará, no final do ano, foi emitido um relatório que informava homofobia e não apresentava nenhum dado de transfobia. O assassinato de Dandara teve uma repercussão nacional, circulando nas redes sociais por meio de vídeos.

Ele questiona e responde: “Como podemos estruturar uma política de segurança pública adequada? Qual o discurso geralmente usado para impedir que políticas públicas não sejam construídas? É exatamente a ausência de dados”.

⁴¹ Dandara Santos, travesti, foi brutalmente espancada, agredida covardemente com chutes, tapas na cabeça, com um pedaço de madeira, e executada a tiros, em Fortaleza, no Ceará, em 17 de fevereiro de 2017. Cerca de 16 dias após o crime, imagens e vídeos das violências foram publicados na internet.

Anderson Cavichioli declara que há um discurso universal que apaga estruturas e serve de mecanismo de recusa do Estado diante dessas situações, “em que 94% dos LGBTs que sofreram violência não registram ocorrência, porque há um temor em acessar equipamentos de segurança pública, com receio de que sejam revitimizados”.

Arthur Nobrega, na *live* 05 CNP, declara que a elite não se importa com a vida e com o extermínio de pessoas trans. Os assassinatos de pessoas LGBT se elevam no Brasil. Ele diz que podemos recordar que houve uma destruição de todos os direitos sociais garantidos historicamente e o avanço da privatização da água. E continua pontuando mudança das leis trabalhistas, reforma trabalhista, da previdência. Por fim, declara que, depois de 2013, o Brasil nunca foi o mesmo, sendo perceptível a recessão econômica para mulheres, negras e negros e LGBTs.

Na *live* 23 CNP, Lua Stabile⁴² e Hugo Carvalho⁴³ relatam que estavam desempregados e que Hugo conseguiu um emprego em Boa Vista – RR, sendo eles naturais do estado de Goiás e de Minas Gerais, respectivamente. Além de resgatar falas anteriores, compartilham da experiência de fetichização e propostas promíscuas. Lua Stabile destaca que, por situações e políticas de poder, como estas, é que pessoas LGBTs se tornam profissionais do sexo, ganhando dinheiro para sobreviver. Hugo Carvalho complementa, mencionando os abusos, a discriminação e a violência que vivem.

Ele esclarece que intersexo não está ligado diretamente à genitália e essa perspectiva causa incômodos em especial para cis, gays e lésbicas que não compreendem nem respeitam o corpo e o espaço deles.

Já a convidada Wyrá Potyra⁴⁴, de Pernambuco, faz um resgate histórico envolvido por inquietações, comentando que os corpos carregam genitálias considerando apenas corpo de homem ou de mulher, sendo necessário expandir as possibilidades, pois existem outras formas de colonização.

⁴² Travesti, pansexual, não monogâmica, transfeminista. Membro do TCOLETTIVE e da ULTRA. Mestre em gênero e relações internacionais.

⁴³ Transmasculino, intersexo, pansexual, ativista. Membro do TCOLETTIVE. Diretor de Arte e Designer Gráfico.

⁴⁴ Filhe de santo de Doné Oyassy e Tata Kejessy, iniciade Yaô Dofona de Oyá no Ilê Axé de Yansã de Araras. É da Associação Brasileira de Intersexos (ABRAI), é arte-educadore, brincante de artes do corpo, artista artesanal. Estudante de Pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Ela reconhece o poder da sigla LGBT, mas, antes da existência do movimento, havia outros corpos, outras categorizações. E pontua que a sexualidade deve ser uma afirmação.

Wyrá Potyra se reconhece como uma pessoa intersexo, aos 33 anos, após algumas questões virem à tona, como o processo de padronização em que estava sendo induzida a casar-se, ter filhos e sofrer inúmeras pressões para enquadrar-se. Quando se percebeu intersexo, se questionou: “Sou homem? Não, não sou homem! Sou mulher?”. Ainda, enfatiza que o acesso que não teve na época pode ter hoje ou futuramente por meio desta *live*.

Quanto à fetichização, tema predominante nos discursos apresentados nesta *live*, Wyrá Potyra resgata a fala de Juno Nedel sobre corpo, genitália da pessoa intersexo e argumenta que as pessoas buscam saber “o que tem e o que não tem”, buscam por moldá-la para a fetichização que alimentam. Esse enquadramento é derivado da falta de compreensão e possibilidade do múltiplo. Por fim, destaca que é preciso ouvir as experiências de pessoas indígenas e com deficiências.

Na *live* 27 CNP, Danielle Brígida⁴⁵, técnica, menciona que a carta é “uma resposta aos retrocessos que a comunidade LGBT vive. Desde que somos invisibilizados, estamos em diferentes noções de igualdade de candidatura. Muitos partidos não lançam candidaturas LGBT e alguns, quando lançam, deturpam”. Ela revela que é preciso avançar, garantir direitos e acessos via políticas públicas e fazer com que os estados percebam a importância de vidas LGBT em nossos municípios.

5.6 Precariedade

Esta categoria se constitui, em sua base, como um lugar de aliança de pessoas, no caso, LGBTs, que estão condicionadas, pela política do Estado, a viver em situações precárias e descartáveis, vítimas da deslegitimação imposta pelo Estado devido à sua performatividade de gênero. Não possuem apoio social, econômico, educacional, sanitário, e estão expostas à violência e à morte.

As discussões que envolveram precariedade estão nas *lives* 08 ABGLT, 09 ABGLT, 10 ABGLT, 05 CNP, 23 CNP e 27 CNP.

⁴⁵ Compõe a Equipe de Apoio da *Live*.

Tratando-se da *live* 08 ABGLT, Symmy Larrat destaca a violência exercida pelo Estado devido à burocracia exercida para que mulheres trans sejam contempladas pelo benefício social Auxílio Emergencial.

David Marques pontua que o GGB realiza um levantamento de violência de pessoas LGBT há quase 40 anos e informa que o próprio Disque 100 do Ministério dos Direitos Humanos e o Ministério da Saúde são fontes de denúncias. Acrescenta que há o Atlas da Violência, sendo elaborado com base no DATASUS (Ministério da Saúde), e ressalta que é preciso, de certa forma, realizar esse acompanhamento e o controle de pesquisas de órgãos públicos.

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), relata David Marques, em 2016, apresentava 5.390 notificações de violência contra pessoas homossexuais e bissexuais. Ele observa que 64,8% dos agressores eram homens, 59,5% das vítimas foram mulheres e 92% das violências aconteceram em meio urbano. Por meio do Disque 100, foram contabilizadas 270 notificações direcionadas à comunidade LGBT.

Por fim, ele destaca que a elaboração do próximo anuário passa por dificuldades devido ao impacto que a pandemia de COVID-19 está causando. Porém, reconhece que a entidade tem se esforçado para propagar e garantir visibilidade às suas publicações, garantindo qualificação das informações.

Já Igor Ramon Lopes Monteiro⁴⁶ realizou a leitura de informações sobre GGB, ANTRA, grupos femininos, movimentos negros a partir de um início de conversa por parte da sociedade civil, deparando-se com a questão de compreensão dos dados divulgados pela sociedade civil, porém, salientou que não compreende a omissão do Estado no que diz respeito aos processos de levantamentos de dados no campo da Segurança Pública. Além disso, antecipou a conclusão aludindo que as informações são precárias.

Em seguida, por meio do recurso de slides, ele informa que, em 2017, houve 99 casos (Anuário de Segurança Pública), 193 denúncias de homicídios pelo Disque 100 (Governo Federal) e 179 assassinatos de pessoas trans (Relatório ANTRA). Por fim, enaltece o trabalho da ANTRA acerca das subnotificações.

⁴⁶ Mestrado e doutorado em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Graduação em Filosofia. Pesquisas em temas ligados a Direitos Humanos, Política e Democracia. A partir das reflexões e críticas interseccionais, tem trabalhado na esfera da educação e da segurança pública. Atualmente integra a equipe de coordenação executiva do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da UFMG. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8693604198495510>

Bruna Benevides, representando a ANTRA, informa que os números são o que menos importa às entidades e aos órgãos, por mais que sejam importantes. A ANTRA, além de quantificar os assassinatos, apresenta uma discussão, em seus relatórios, acerca do enfrentamento dessas situações.

Vale ressaltar que o Dossiê foi publicado no Dia da Visibilidade Trans, 24 de janeiro, e que as 200 instituições que colaboram com a ANTRA estão em realidades nas quais o Estado não se faz presente, sendo uma das justificativas para coletar e divulgar tais dados.

A mediadora convidada enfatiza que, em 2017, dos 179 casos quantificados, 30 não saíram na mídia. Em seguida, ela indaga: “Por que esses casos não estão sendo notificados? A quem ameaça a ANTRA realizar esse levantamento?”. Bruna Benevides reivindica que os dados são oficiais e de propriedade da ANTRA. Esses mesmos dados da sociedade civil são citados pelo Superior Tribunal Federal (STF), possuem critérios científicos, não devendo se encerrar em si mesmos, mas serem analisados, citados, divulgados. Ao fim, é informado que os dados são coletados e estudados por Bruna Benevides e Sayonara Nogueira, professora.

A próxima a abordar precariedade, a jornalista Vitória da Silva, revela que, por mais que realizem pesquisa para espaços para a população LGBT, sentem dificuldade em trabalhar com dados. E, mesmo que haja uma Lei de Acesso à Informação, ela revela que não há disponibilidade de dados por parte de vários agentes institucionais e espaços públicos e “é por meio desses dados que pressionamos o Governo e exigimos políticas públicas”.

Em outra citação, ela revela que “a partir do Mapa da Violência contra Mulheres e Pessoas LGBT, foram realizadas várias produções jornalísticas com base exclusiva para cada letra do movimento”. Segundo essas produções, seis mulheres lésbicas são estupradas diariamente no Brasil; 61% da violência sexual acontece dentro de casa; a população negra LGBT é alvo de qualquer tipo de violência; as mulheres negras são 58% das vítimas de violência sexual e, em média, 11 pessoas trans são agredidas por dia no país. E, por mais que os números contribuam para o conhecimento da sociedade civil e até mesmo do Estado, não há um retorno por parte do governo, podendo ser interpretado até mesmo como um apoio a quem agride, violenta e assassina.

Em conclusão, ela revela que “a violência para mulheres trans e travestis inicia em casa, se estendendo para as ruas. 49% das violências para mulheres trans e travestis aconteceram em casa”.

Na análise seguinte, *live* 09 ABGLT, Guilherme Mohallem relata que as pessoas LGBTQs, durante a pandemia, estão desempregadas duas vezes a mais conforme a taxa de desemprego. É preciso políticas públicas e ferramentas para contornar essas situações.

Já Thayna Yaredy informa que houve um conglomerado de denúncias enviadas para o Comitê para a Liberdade de Expressão da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Na *live* 10 ABGLT, Maíra Bayod ressalta que as mulheres, os negros e os LGBTQ representam 80% da população nacional e questiona: “Por que o Congresso e os espaços de poder são formados por homens brancos e héteros?”.

Na *live* 05 CNP, Dario Arias acentua que a população LGBTQ luta constantemente para um governo progressista voltar ao poder, integrando parte da política. Segundo ele, é necessário construir parcerias e formar alianças com outros setores, sendo está a única forma de construir direitos LGBTQ, e não participar de discussões ambíguas acerca de um movimento.

Já o convidado Arthur Nobrega vincula a luta LGBTQ a um projeto nacional, sendo necessário reconstruir o sentido de nação e, conseqüentemente, a política brasileira, o que deve acontecer através do fortalecimento de vínculos com as massas.

A mediadora convidada Mariana Rodrigues ressalta que é preciso pensar em estratégias, sendo a educação um campo prioritário. Por meio da educação, é possível atravessar o debate de liberdade de expressão e religiosa, se tratando das religiões que buscam dialogar.

Ela impõe a sua fala e afirma que é preciso pensar as formas de recursos, sendo necessário tomar partido e ressignificar o medo causado nas últimas eleições, por meio de mobilização social fomentada pelo direito do Estado, da nação, de raça, passando por fronteiras.

Na *live* 23 CNP, Naomi Maratea⁴⁷ se afirma como uma pessoa trans e bi no Brasil, esclarece a audiência, informando que identidade de gênero e orientação

⁴⁷ Mulher trans, advogada, formada pela Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES), embaixadora TODXS 2019, membro da comissão de diversidade de gênero Municipal de Santos, membro da comissão do IBDFAM de Santos Narradora de RPG do projeto social e canal virtual Contos

sexual são distintas, e ressalta que é possível “descobrir a identidade em toques de orientação”. Relata, ainda, que, ao se perceber lésbica, realizou sua transição, enfatiza que “não se precisa provar que uma mulher trans não é uma mulher. A transexualidade é biologicamente esperada” e afirma que quem assume uma sexualidade fluida explora sua sexualidade, em especial as pessoas trans, que quebram várias correntes de enquadramento. “As pessoas trans conhecem os seus corpos, e as pessoas cis nem sempre.” A advogada acentua que, antigamente, era preciso ter a redesignação da genitália para realizar a retificação de nome e, hoje, não é mais necessário. Ao fim, ela confessa que “é triste sermos reduzidas a um órgão sexual”.

Acerca da última *live* analisada, 27 CNP, Anderson Pirota argumenta que “depois da instituição inconstitucional ilegal por parte do governo Bolsonaro, o CNP sentiu necessidade de um documento que se referisse a políticas públicas para a população LGBTI e para as eleições municipais”, enaltecendo o avanço das políticas municipais e a defesa da democracia desde o golpe de 2016.

Na mesma *live*, Rivânia Rodrigues, da Rede Candace, revela que integra o CNP, pois acredita nas propostas e na seriedade do Conselho, fruto de uma aliança com organizações nacionais, e destaca que “queremos que a política brasileira seja inclusiva; a negritude é importante. Estamos vivendo um desgoverno; diante disso, é preciso tencionar compromissos”.

A militante revela que a população LGBT de rua em Pernambuco necessita de um mapeamento de identificação:

contribuímos com essa carta para fortalecer esse mapeamento e que estejam dentro das moradias populares. É preciso garantir 5% para famílias LGBT, que todos os Programas Saúde da Família (PSF) tenham atendimento para pessoas LGBT, que se disponibilize hormônio para todas mulheres e homens (sic). E a carta compromisso diz isso, que garanta emprego e renda para as pessoas LGBTs. É preciso garantir educação, qualificação e não viver de empregos informais (sic).

Rivânia Rodrigues acentua que é preciso cuidar da mama, sejam mulheres lésbicas ou trans, e acrescenta: “Vista minha pele, para você sentir as demandas de sofrimentos que nós passamos. É preciso vereadores e vereadoras comprometidas” com as causas LGBT.

Por último, ela questiona o público: “Em qual exército de LGBTs vamos votar? Em fundamentalistas ou em progressistas. É preciso garantir que mulheres e homens negros sejamos garantidos, pois representamos quilombos urbanos e rurais”.

Paulo Mariante⁴⁸, de Pelotas, ressalta que “somos um Conselho, não construímos nada sozinho. As ideias colocadas nesta carta têm a contribuição de todas as entidades”. E acrescenta que “quando Bolsonaro ataca a população LGBT, desrespeita a Constituição”.

Ele expressa que, na Carta, demarcam propostas que atendam à saúde, aos trabalhadores e colocam sua esperança no extermínio do feminicídio e do genocídio da juventude negra.

Paulo Mariante acrescenta que “não é preciso ser apenas LGBTI, mas uma pessoa LGBTI comprometida com propostas de lutas e não de morte, quando concorda com as políticas do atual governo”.

Expressando a precariedade e a importância da Carta, o convidado distingue adversário e inimigo. O adversário expressa suas ideias e opiniões e admite sua existência e sua vitória. Já o inimigo “quer nossa morte, seja do corpo ou da alma”.

Léo Ribas⁴⁹, representando a Liga Brasileira de Lésbicas (ALBL), argumenta que pensa a entidade de forma plural. Na Carta, exploraram “raça, etnia e deficiências. Nosso objetivo principal é contribuirmos para criação de sistema municipal de políticas públicas LGBT, composto por coordenação por conta própria”. Por fim, ele acentua que “[...] não concordamos com o fascismo, mas que nossa população é feita com amor”.

5.7 Luto

A última categoria da Teoria de Poder e Reconhecimento deriva da invisibilidade e da precariedade promovidas pelo Estado como política, atravessando os sujeitos que têm sua performatividade negada, tendendo com que corpos sejam negados, desapareçam e sejam passíveis de luto.

As discussões que envolveram luto estão nas *lives* 08 ABGLT e 10 ABGLT.

⁴⁸ Paulo Tavares Mariante é advogado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), com especialização em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. É militante LGBTI.

⁴⁹ Articuladora da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL).

Na *live* 08 ABGLT, Symmy Larrat explana, se tratando do saque do benefício social do Auxílio Emergencial nos bancos, que as pessoas trans e travestis “se deparam com comparações horrorosas” e revela que, no período pandêmico, o número de assassinatos dessas pessoas se elevou.

David Marques, ao se referir ao quantitativo de homicídios, destaca que, em 2018, houve 109 e, em 2017, 99 e 713 casos de lesão corporal dolosa.

Igor Monteiro revela que, no que se refere a Minas Gerais, no Anuário de Segurança Pública, não constam informações suficientes sobre LGBT e acentua que a pesquisa que realiza junto ao Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH) da UFMG detectou 20 registros de homicídios identificados no sistema de informação oficial da Secretaria de Segurança do Estado, não sendo disponibilizados para o anuário.

No Disque 100, houve 19 denúncias de homicídio. E, por meio do Relatório da ANTRA, conclui-se que o estado de Minas Gerais é o que mais mata pessoas trans no Brasil. Além disso, o pesquisador revelou que identificou “18 casos coletados em jornais que não estão no sistema de segurança. [...] crimes não notificados, registrados de forma indevida com o intuito de invisibilizá-los”.

Ao final, lançou questionamentos ao público: “O que o governo federal fez para que o número da letalidade apresentasse queda? O que o Estado tem feito ou fez para chegar a esse resultado?”.

Já Bruna Benevides relata que “as mortes são apagadas pelo Estado por uma política de subnotificação, que é uma política de Estado e de governo”. Ela ressalta que, em 2019, a ANTRA registrou, em seu relatório, 194 assassinatos e destaca que, entre março e abril de 2020, houve um aumento no número de assassinatos de 13% de pessoas trans.

Na *live* 10 ABGLT, apenas a fala de Vivian Farias se assemelha à categoria de luto, ao recordar a morte de Dandara, a existência de inúmeras violências simbólicas, a morte de um companheiro que se suicidou. Além disso, busca mobilizar a audiência, questionando: “Até quando vão deixar roubar sua alegria? Até quando vamos ficar quietos? Que tipo de sociedade queremos? Você que tem uma família homoafetiva... o mundo cis é cruel, opressor. Que vida nós queremos? O que é simples para uma classe é impossível para outra?”.

5.8 Interações on-line nas *lives*

Além do envolvimento com a audiência e a frequente motivação para a interação, buscou-se demonstrar, de forma qualitativa, se tratando do envio via chat de mensagens e perguntas que resultaram em respostas, alterando o curso da *live*, colaborando com o espaço reflexivo coletivo, importantes tópicos da mediação da informação no contexto digital.

Primeiramente, apresentam-se as interações da audiência, informando pseudoanônimo do sujeito informacional e sua contribuição entre aspas duplas, seguida das contribuições do corpo mediador convidado. Elucida-se que as interações foram transcritas assim como apresentadas no chat, com eventuais erros gramaticais, de modo a apresentar os textos em sua integridade. Nas considerações finais, traça-se a análise da mediação da informação no contexto digital.

Live 08 ABGLT

Com.1: “entendemos que a informação do estado é um fiasco..., mas como podemos mudar esse cenário, para que as informações colhidas pela sociedade civil e social, inclusive da ANTRA se tornem oficiais?!” (sic)

Com.2: “O trabalho da Antra é essencial e muito bem-feito, desde mapa com a localização dos assassinatos.”

Com.3: “o Estado não está interessado em desenvolver uma estratégia para um melhor acompanhamento e mapeamento dos casos. A morte LGBTQ é de maior interesse.” (sic)

Com.1: “como nosso poder público é ineficiente com a informação oficial. podemos nos mobilizar a nível nacional para canalizar as denúncias e tornarmos esse número/informação oficial?!” (sic)

Com.2: “o site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos é uma vergonha! A única informação na central de conteúdo direcionado à população LGBT é a portaria nº 202/2018.” (sic)

Com.4: “Os dados sobre as denúncias no canal Disque 100 estão sendo escondidos? Você falou que os últimos são de 2017. Após isso está havendo a negativa de oferecimento dos dados?” (sic)

A mediadora, Symmy Larrat, orienta que as pessoas possam responder.

O convidado David Marques informa que é preciso dialogar com o Relatório da ANTRA e acompanhar mais de perto o jornalismo da Gênero e Número para combater a invisibilização. Além disso, ressalta que as estratégias com que costumam trabalhar não invisibilizam outras questões e buscam fazer o levantamento recorrente. Ele diz que é “interessante seguir para fazer esse acompanhamento, fazendo com que as polícias se preocupem em tê-los”. E afirma que é necessário correlacionar dados produzidos anteriormente com outras frentes que realizam seus levantamentos. Ao fim, ele destaca que os dados, quando recebidos, exige uma interpretação, uma pesquisa e um diálogo para manter a sintonia do material que será publicado, tendo em vista que o formato de envio das delegacias é distinto.

Igor Monteiro busca responder as perguntas a seguir:

Com.1: “entendemos que a informação do estado é um fiasco..., mas como podemos mudar esse cenário, para que as informações colhidas pela sociedade civil e social, inclusive da ANTRA se tornem oficiais?!” (sic)

Com.1: “como nosso poder público é ineficiente com a informação oficial. podemos nos mobilizar a nível nacional para canalizar as denúncias e tornarmos esse número/informação oficial?!” (sic)

Igor Monteiro argumenta, baseado na explanação realizada por Bruna Benevides, que é preciso melhorar alguns aspectos que perpassam diferentes caminhos, sendo necessário um acordo entre vários setores da sociedade civil e órgãos públicos. Ele complementa, informando que boa parte dos dados está no Anuário e no Atlas, mas é preciso “buscar outros dados que possam ser checados, monitorados e ser vinculados a quem os produz” (sic).

Sobre os dados serem de 2017, ele revela que os dados de 2018 trariam outros impactos. Os dados de 2017 estão mais bem elaborados, possuem informações específicas, enquanto os do ano de 2018 estão pendentes.

Bruna Benevides relata que trouxe os dados de 2017 por ser o ano em que o Brasil mais assassinou pessoas e por ser após o golpe de 2016.

Ela informa que a ANTRA está aberta ao diálogo e presta consultorias. Ainda, expõe dados de 2019, nos quais 97% das pessoas trans que morreram foram mulheres, e diz que “isso quer dizer algo”.

Vitória da Silva enfatiza a importância de conversar sobre dados e vidas e responde à pergunta de Raphael Santos “como nosso poder público é ineficiente com a informação oficial. podemos nos mobilizar a nível nacional para canalizar as

denúncias e tornarmos esse número/informação oficial?!” (sic). Segundo ela, é dever da mídia legitimar esses dados, como os produzidos pela ANTRA.

Já Anderson Cavichioli destaca que essa melhora dos dados só será possível quando houver a qualificação de quem produz, e cita a ANTRA por entender a realidade de quem é vítima dessas violências.

Em outros casos, ele relata que já presenciou os seguintes questionamentos em uma delegacia: “Foi homofobia? É homofobia mesmo? Homotransfobia?”. Em tais situações, é necessário capacitar os agentes de segurança pública e a própria população para não desqualificarem as violências que sofrem.

Houve grande participação do chat, mais de 100. Em sua maioria, voltadas a apoio, contribuições e elogios às falas dos mediadores convidados, seguidas de perguntas.

Live 09 ABGLT

Symmy Larrat, baseada nas perguntas e nos comentários, elabora dois questionamentos: “Como ajudamos a eleger pessoas que são contrárias à nossa causa? Pessoas aliadas e do movimento podem contribuir, como contribuir para as candidaturas?”.

Guilherme Mohallem se baseia no uso do capital político e afirma que “normalmente os mais votados do partido são brancos”, também citando as paradas LGBT, por serem menos elitizadas e mais plurais. Afirma que “uma candidatura LGBT não pode só falar de questões do movimento, é preciso tratar de saúde mental, desemprego. Vivemos uma vida mais complexa que o gênero”.

Thayná Yaredy destaca a pergunta do chat realizada por Larissa Santiago: “como a gente pode, pensando esse entrecruzamento, traçar estratégias de retomada de participação política?” (sic). Em resposta, ela diz que é “por meio de iniciativas de acessos sociais”, se tratando desse período pandêmico. Ainda, esclarece que o discurso de ódio surge de candidatos, em sua maioria, que vendem capital político.

Ela acrescenta que é necessário observar a experiência política de opressão, compreender e responder e relata que pessoas candidatas na última eleição e que não se elegeram foram cortadas do Auxílio Emergencial.

Carol Lourenço: “buscar articular as perguntas e comentários.” (sic)

Com.5: “tenho a sensação, como eleitor, que os candidatos LGBTQs são bastante invisibilizados. Explico: no meio de um monte de candidatos, nossos candidatos não aparecem tanto.” (sic)

Com.5: “Acho que uma solução seria fazer como disse Milton Nascimento: ‘todo artista tem que ir aonde o povo está’. Acho que aparecer nos locais de frequência homossexual, e não só na época de eleições.”

Symmy Larrat destaca que, a cada eleição, as normas eleitorais diferem; isso acontece desde 1988. Em algumas realidades, pontua ela, o corpo negro, o LGBT, o feminino sofrem consequências quando erram; dobram o delito.

Guilherme Mohallem se expressa informando que a necessidade de alternativas incentiva as pessoas a votarem em mulheres, pessoas negras, LGBTs.

Carol, em resposta, divulga seu canal formativo e da entidade que participa diante da pergunta de César Jr.: “Carol Lourenço, você faz cursos? Webimar?” (sic).

Houve grande participação do chat, mais de 20. Em sua maioria, voltadas a apoio, contribuições e elogios às falas dos mediadores convidados, seguidas de perguntas.

Live 10 ABGLT

Symmy Larrat destaca duas perguntas, que são apresentadas a seguir.

Com.6: “queria saber melhor qual a opinião de vocês sobre a Lei Geral de Proteção de Dados. e as consequências do adiamento da sua implantação. ela vai valer para as eleições 2020?”

Com.7: “Não acha que isso pode fortalecer a desigualdade, pois privilegia-se campanhas ligadas ao poder econômico? Quem tem mais, paga mais e tem maior alcance...” (sic)

A mediadora acrescenta: “Como aproveitar o capital político para sair na frente? Vivi. Chico. Como impulsionar na internet sem recurso? O papel do WhatsApp, do Facebook? Como vamos nos proteger das *fakes news* se todos podem usar o WhatsApp? Como nos proteger? As plataformas de vaquinha, quais podemos usar? Se sou pré-candidata, posso usar meu site, *slogan*, posso continuar usando quando for candidato?” (sic).

Francisco Brito Cruz⁵⁰ responde que a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) está incerta na forma de impacto no processo eleitoral. “A Lei é interessante, bacana, que visa proteger as informações das pessoas. Quanto mais informações você tem sobre uma pessoa, mais poder você tem sobre alguém”. Ela ainda aborda “como colher e proteger essas informações”. Porém, declara que, até o momento, a Autoridade de Proteção de Dados não foi constituída. Diante da outra pergunta, destaca a questão dos impulsionamentos e da desigualdade digital: “Investimento na internet não significa efeito imediato. Quanto ao WhatsApp, não há propaganda, impulsionamento. O que foi feito de forma ilegal foi comprar números”. E direciona sobre como utilizar da melhor forma os grupos de apoiadores que possuem disponibilidade em compartilhar o material elaborado.

Já Maíra Bayod, acerca do capital político, responde que essa eleição traz uma esperança devido à impossibilidade de coligações; isso contribui para a eleição de minorias. Tratando-se da LGPD, ela concorda com o Francisco Cruz, porém, destaca que a lei “deve entrar o mais rápido possível”.

Quanto a *fake news*, ela ressalta que há ferramentas no jurídico, mas, a partir do momento que é publicada até o processo de ação, há uma demora. “Quando a Justiça se manifesta e aplica multa, o conteúdo difamatório já se espalhou.” No Brasil, infelizmente, não há uma legislação sobre violência política de gênero. E conclui afirmando que “a informação é poder, é a informação que faz com que alguém seja eleito”.

Francisco Cruz argumenta que trabalhar a campanha eleitoral na televisão, no rádio e na internet é diferente, há particularidades. Ele pontua que, em 2018, a internet, por ser a primeira campanha, tomou protagonismo. E apresenta dois pontos: a propaganda paga na internet sempre foi proibida no Brasil, garantindo certa equidade. Com a redução do valor das eleições feita pelo STE, viabilizou-se que as campanhas pagas ocorressem pela internet, autorizando o impulsionamento de *posts* e vídeos. A propaganda na internet é segmentada, ou seja, atinge um público específico.

⁵⁰ Doutor e mestre em Filosofia e Teoria Geral do Direito na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). Diretor do InternetLab, centro de pesquisa independente em direito e tecnologia. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4978905309106739>

Houve considerável participação via *chat*, mais de 30. Em sua maioria, voltadas a apoio, contribuições e elogios às falas dos mediadores convidados, seguidas de perguntas.

Live 05 CNP

Surgiram as seguintes perguntas:

Com.8 (Facebook): “Eu queria que a Mari falasse um pouco sobre ser realizada nos EUA e como os povos latinos são subalternizados e como precisamos avançar nessa questão de nos reconhecermos latinas/os”.

Em resposta, Mariana Rodrigues diz que, no local em que se encontra, enquanto branca, não usufrui do privilégio por conta do espaço, mas não é vista como pessoa negra. Ela informa que o movimento LGBT é embranquecido e que há pessoas trans.

Com.9 (Facebook): “Peço que as companheiras e companheiros comentem esta ideia: Que possamos realizar, antes do final o ano, uma Plenária LGBTI da América Latina e Caribe, mesmo que virtual, sob iniciativa da ILGALAC e RED LAC TRANS, para trabalharmos a unificação de nossas lutas.” (sic)

Carlos Quesada responde que seria interessante fazer aliança com outros movimentos e enfatiza que a população negra LGBT sofre bastante. Ele declara que a democracia na América Latina estava em perigo desde os protestos do Chile, da Colômbia, do Brasil e da Argentina, sendo necessário mudar a forma que se trabalha com direitos humanos por meio de novas estratégias.

Dario Arias comenta que é preciso fortalecer a organização popular.

Marcela Romero acentua que é preciso reforçar a democracia. “O matrimônio legal e gratuito, casamento igualitário e entre gêneros. Para não seguirmos invisibilizadas. É preciso trabalhar uma economia popular e nos descolonizar, assumindo uma raiz latino-americana”.

Já Arthur Nobrega argumenta que precisamos de uma sociedade igualitária.

Houve considerável participação via *chat*, aproximadamente 40 interações. Em sua maioria, voltadas a apoio, contribuições e elogios às falas dos mediadores convidados, seguidas de perguntas.

Live 23 CNP

A mediadora Vidda Guzzo⁵¹ trouxe algumas perguntas dos comentários.

Com.10: “eu tenho uma dúvida sobre a sexualidade bi-pan, poderiam explicar por favor? pois eu achava que bi era uma coisa e pan outra, nunca vi utilizarem as duas junto.” (sic)

Em resposta, Wyrá Potyra diz que as duas não são monossexuais, e tem a impressão de que a diferença é geracional.

Já Hugo Carvalho diz que a bissexualidade é formada por dois gêneros, e a pan, formada por mais de dois. O bi pode ficar com trans.

Naomi Maratea discorda dos dois e contribui informando que “é interessante a diversidade de caixinhas. As classificações contribuem para a pessoa não se sentir sozinha. O sentimento da comunidade é muito importante”. Não se considera pan. Recorda que a diferença basilar é que não existem dois gêneros. “As pessoas pan se sentem atraídas por qualquer gênero”; ela não vê diferença entre as pessoas.

Juno Nedel diz que “falar de identidade é algo muito valioso. Bi e pan se complementam, há a questão geracional”. Comenta a estigmatização que as pessoas pan sofrem e acrescenta: “entendo que pessoas não-binárias, pessoas bissexuais assustam quando usam bi e às vezes utiliza pan. E isso contribui com a fluidez que eu vivo” (sic).

Naomi Maratea destaca a discussão e enaltece o significado das diferentes experiências e da fluidez das pessoas. Em seguida, Vidda Guzzo motiva para um fechamento da *live*.

Hugo Carvalho diz que, “por mais discordâncias, uma não anula a outra”. Lua Stabile, por sua vez, comenta: “essas *lives* são importantes, porque me encontro com outras pessoas”. A partir da fala de Vidda Guzzo, recomenda para as pessoas a importância de discordar. Wyrá Potyra agradece as falas. “Em especial a contribuição da Naomi Maratea. Partem do individual, encontram um coletivo e ampliam o debate. A pluralidade é rica. Um discordar composto por distintas realidades, não precisa excluir a outra”. Juno Nedel agradece a generosidade, diz que “está atravessado nas redes. É muito afetuoso” e finaliza sua fala: “É incrível ser múltiplo. Ailton Krenak fala

⁵¹ Travesti e intersexo, associada à Associação Brasileira de Intersexos (ABRAI), mestranda em Ciência Política.

que o processo colonial estabeleceu um único modo de se vestir, viver, constituir família...”. Naomi reconhece que “se viu com voz diante de vários momentos que tem o que falar”.

Houve considerável participação via *chat*, mais de 30. Em sua maioria, voltadas a apoio, contribuições e elogios às falas dos mediadores convidados, seguidas de perguntas.

Live 27 CNP

Anderson Pirola incentiva para que possam compartilhar a *live*, ter acesso ao site, ler a carta na íntegra e compartilhá-la com amigos, familiares.

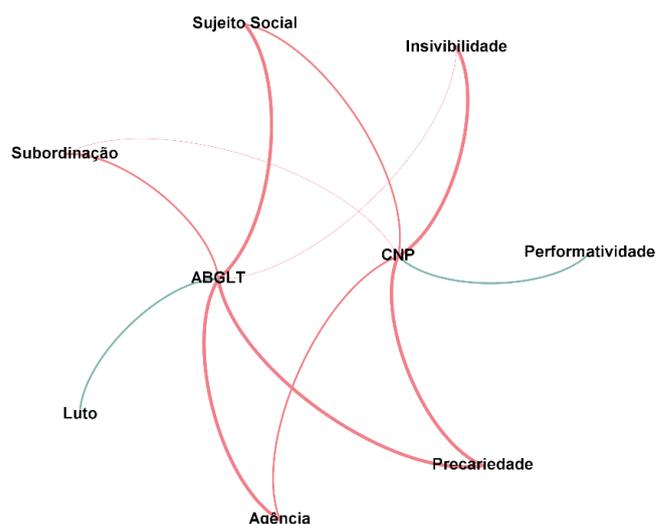
Alice Oliveira, Anselmo Figueiredo e William Lucas informaram que assinaram a carta por meio do *chat*.

Houve pouca participação via *chat*, no máximo 15 interações. Em sua maioria, voltadas a apoio, contribuições e elogios às falas dos mediadores convidados.

Grafos

Por meio do software *Gephi*, buscou-se representar os atores sociais em contexto digitais com as categorias da Teoria de Poder e Reconhecimento identificadas, conforme apresentado na Figura 10, a seguir.

FIGURA 10 - Grafo Atores Sociais e Categorias de Poder e Reconhecimento.



Fonte: Elaborado pelo autor por meio do programa Gephi 0.9.7.

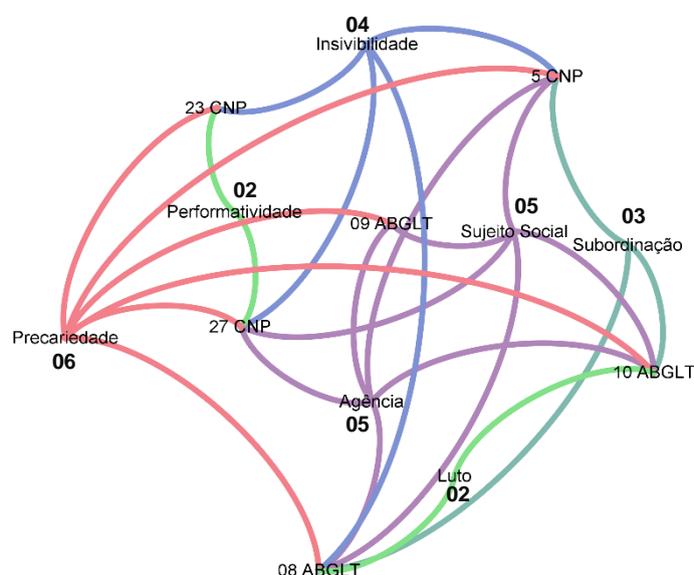
Com isso, evidencia-se a abordagem das categorias Agência, Sujeito Social e Precariedade nas *lives* da ABGLT e uma abordagem em menor proporção envolvendo Invisibilidade, sendo que esta permeia as categorias já mencionadas.

O CNP menciona apenas em uma *live* a categoria Subordinação, predominando as categorias Precariedade e Invisibilidade diante das descrições mencionadas pelas pessoas convidadas sobre as vivências de LGBTQIAPN+ durante o primeiro ano da pandemia.

Já na Figura 11, a seguir, buscou-se representar categorias da Teoria de Poder e Reconhecimento identificadas com as *lives* realizadas pelos atores sociais. Observa-se que cada cor representa a quantidade de conexões presente em cada categoria.

Dessa forma, Precariedade apresenta 06 conexões, presente em todas as *lives*; Agência e Sujeito Social, ambas com 05 conexões (08 ABGLT, 09 ABGLT, 10 ABGLT, 05 CNP e 27 CNP) e (08 ABGLT, 09 ABGLT, 10 ABGLT, 05 CNP e 27 CNP), respectivamente; Invisibilidade apresenta 04 conexões (08 ABGLT, 05 CNP, 23 CNP e 27 CNP); Subordinação, presente nas *lives* 08 ABGLT, 10 ABGLT e 05 CNP com 03 conexões, e por fim, Performatividade e Luto com 02 conexões, 23 CNP e 27 CNP, e 08 ABGLT e 10 ABGLT, respectivamente.

FIGURA 11 - Grafo Categorias de Poder e Reconhecimento e *Lives*



Fonte: Elaborada pelo autor por meio do programa Gephi 0.9.7.

Observam-se as potências de temas abordados e os avanços nas pautas da comunidade LGBTQIAPN+ diante dos estigmas sociais que sofrem nos espaços em que ocupam e da ambivalência de poderes que afirmam consigo e na sociedade.

5.9 Considerações finais

A análise de conteúdo compõe nesta pesquisa a frente utilizada na comprovação que as entidades LGBTQIAPN+ são mediadoras da informação no contexto digital, tendo as seguintes questões orientadoras: quais fontes foram consideradas e apresentadas durante as *lives*; em se tratando da pandemia COVID-19, quais questões foram mencionadas; havia envolvimento das pessoas especialistas com o público (audiência); a noção de mediação da informação e de poder estão latentes; é possível identificar alterações no emprego do termo mediação da informação durante o primeiro ano da pandemia; como a comunidade LGBTQIAPN+ experimentou o primeiro ano da pandemia; como ela se organizou e; como podem ser percebidas as mediações que operam na ação informacional das entidades.

Observou-se, nas três *lives* realizadas pela ABGLT, uma forte consistência de dados, visto que os atores sociais convidados que compunham as mesas possuem forte capital social dentro da comunidade LGBTQIAPN+ e dos temas expostos, diante da representatividade da entidade que compõem.

Na *live* 08 ABGLT, Symmy Larrat⁵², formada em Comunicação Social e presidenta da ABGLT, Igor Ramon Lopes Monteiro⁵³, compõe o Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT na UFMG, David Marques⁵⁴ integra o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Bruna Benevides⁵⁵, compõe a ANTRA, Vitória Régia da Silva⁵⁶ integra a Gênero e Número e Anderson Cavichioli⁵⁷, presidente da RENOSP LGBTI.

Além da formação acadêmica, todas as pessoas integram organizações da sociedade civil voltadas, em sua maioria, para realidades LGBTQIAPN+. Aos olhos da Teoria de Poder e Reconhecimento, podem ser categorizados como sujeitos sociais e agência compõem entidades que pesquisam e defendem ativamente vidas LGBTQIAPN+, revelando dados relacionados à invisibilidade, à precariedade e ao luto. Ficam evidentes, durante a *live*, as fontes de informação: fontes e análises de pesquisas do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT, do Atlas da Violência,

⁵² LinkedIn: <https://www.linkedin.com/in/symmy-larrat-a8a68733/>

⁵³ Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8693604198495510>

⁵⁴ Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2292335363594754>

⁵⁵ LinkedIn: <https://www.linkedin.com/in/bruna-benevides-307863195/>

⁵⁶ LinkedIn: <https://www.linkedin.com/in/vit%C3%B3ria-r%C3%A9gia-da-silva/>

⁵⁷ Mestre em Direitos Humanos e Cidadania pela UnB.

do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, do Dossiê lançado pela ANTRA⁵⁸, de pesquisas realizadas e publicadas pela jornalista Vitória da Silva, da Gênero e Número⁵⁹, além da pesquisa de mestrado⁶⁰ de Anderson Cavichioli e de iniciativas da RENOSP LGBTI.

Na *live* 09 ABGLT, Ana Carolina Lourenço revelou iniciativas e experiências da Me Representa⁶¹, Gui Mohallem realizou relatos da Vote LGBT⁶², Thayná Yaredy⁶³, da TretAqui, plataformas voltadas para as eleições 2020 focadas em sujeitos da comunidade e do movimento negro.

Na *live* 10 ABGLT, Francisco Brito Cruz⁶⁴, além de relatos, apresentou dados criados pela InternetLab, Vívian Farias comentou sobre as iniciativas formativas voltadas para juventudes da Fundação Perseu Abramo⁶⁵ e Maíra Bayod, do acompanhamento de situações do Observatório da OAB-SP⁶⁶.

Referente às *lives* do CNP LGBTI+, estas trataram da partilha de experiências e da análise de conjunturas de sujeitos em situação de agência e sujeitos sociais na promoção do combate à precariedade e à invisibilidade voltadas para as pessoas LGBTQIAPN+. Uma iniciativa que se destaca é o lançamento da Carta Compromisso⁶⁷, voltada para a comunidade e que deve ser assumida não apenas por candidaturas LGBTs, mas por qualquer pessoa candidata.

Quanto às questões voltadas ao contexto de recrudescimento da pandemia de COVID-19, destaca-se a elevação da precariedade da comunidade. Symmy Larrat, como mediadora das *lives* da ABGLT e presidente da instituição, mencionou dados, relatos de pessoas trans, questionou posicionamentos e cobrou políticas públicas urgentes por parte do governo. A mediadora destacou a socialização digital voltada para a população nacional, porém, ressaltou que há condições distintas de acesso, em especial para as pessoas da comunidade que estão isoladas em casa e passam por várias situações de violência.

⁵⁸ Disponíveis em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>

⁵⁹ Disponível em: <https://www.generonumero.media/>

⁶⁰ Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37424>

⁶¹ Portal: <https://merepresenta.org.br/#sobre>

⁶² Portal: <https://votelgbt.org/>

⁶³ LinkedIn: <https://www.linkedin.com/in/thayna-yaredy-42437089/>

⁶⁴ Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4978905309106739>

⁶⁵ Portal: <https://fpabramo.org.br/>

⁶⁶ Observatório OAB-SP: https://www.oabsp.org.br/comissoes2010/observatorioeleitoral/_com-heca-as-liderancas/?searchterm=MAIRA%20CALIDONE%20RECCHIA%20BAYOD

⁶⁷ Disponível em: <https://conselhpopulargbti.blogspot.com/2020/10/conselho-popular-lgbti-lanca-carta.html>

Outro dado mencionado se volta para a relação enquanto sujeito LGBTQIAPN+ perante a situação mundial, em que houve a valorização de personalidades LGBTs, figuras e cultura midiática, além da identificação de pares entre pessoas dos movimentos negro, feminino e LGBT, o que permitiu uma maior probabilidade de conquista de formação de agência e sujeitos sociais, tratando-se da Teoria de Butler.

Além disso, notou-se a falta de material de conscientização direcionado para o movimento por parte dos órgãos públicos no primeiro ano da pandemia. No período, foi lançada apenas uma cartilha de três páginas (a cartilha foi removida do site do governo federal). Na Gênero e Número, há uma notícia⁶⁸ sobre as cartilhas lançadas no período, contudo, ela não orienta para problemas de violência e vulnerabilidade da população LGBTQIAPN+.

A ANTRA destaca que a elaboração do próximo anuário passa por dificuldades devido ao impacto que a pandemia de COVID-19 está causando. Porém, reconhece o esforço da entidade em garantir a visibilidade de suas publicações, devido à socialização digital já mencionada.

Por fim, há o resultado de uma pesquisa realizada pela Gênero e Número, apresentada por Vitória Régia, segundo a qual a casa de pessoas LGBTs não é um lar seguro devido à quantidade de violência concentrada. Nesse âmbito, afirma a ausência de campanhas, iniciativas e políticas para erradicá-la.

Tratando-se de elementos das redes sociais digitais, destaca-se o papel de atores na disseminação da informação por meio das *lives* em tempos de pandemia, a predominância da interação da audiência com os atores que detêm a informação. Nota-se um crescimento na relação social por meio dos comentários e da afinidade com o conteúdo apresentado. A mediação realizada por dispositivos tecnológicos promove a exposição de afirmativas, questionamentos e negativas devido à distância estabelecida entre as pessoas envolvidas.

Além da recordação de pontos, as mediadoras e os mediadores das *lives* ressaltaram as interações, com curtidas, compartilhamento e comentários. No caso das participações via chat, observou-se que estes auxiliavam no direcionamento de falas diante das dúvidas e das contribuições enviadas em torno da pandemia, de candidaturas, notícias, plataformas, políticas públicas, mecanismos de denúncias,

⁶⁸ Disponível em: <https://www.generonumero.media/damara-alves-cartilhas-covid/>

entre outros. Evidencia-se, além disso, a presença significativa de laços na interação entre as contas da ABGLT e do CNP LGBTI com a audiência, o que enaltece o seu papel como mediador da informação no contexto digital para essa comunidade específica.

O predomínio do capital social dos mediadores da informação no contexto digital possibilitou uma considerável visibilidade, um fortalecimento da reputação, uma popularidade e uma autoridade, seja das instituições, seja dos atores/mediadores convidados, assim como das organizações que eles participam.

Observa-se que as *lives* realizadas no YouTube garantem uma participação assídua da audiência em virtude da exclusividade da rede social para vídeos, que possibilita uma maior interação e uma redução na alternância de outras mídias, situação comum em outras redes sociais, como o Facebook e o Instagram. Outra vantagem é a fácil localização dos vídeos nos canais oficiais das instituições.

Diante do apresentado nesta dissertação, nota-se a imersão da mediação da informação no contexto social, profissional e digital, em destaque para as entidades mediadoras da informação ABGLT e CNP LGBTI, devido à predominância de profissionais que compõem as *lives*, além de pesquisas, apresentação de fontes e análise de conjuntura no contexto do movimento LGBTQIAPN+.

Conforme exposto no capítulo 6, notam-se as evidências das categorias de poder e reconhecimento definidas por Judith Butler e a proximidade e a alternância entre elas por parte dos sujeitos mediadores da informação convidados e mediadores das *lives*. Observou-se que as categorias estabelecidas não são exclusivas, mas se interligam frequentemente e fomentam o poder e o reconhecimento no público que participou ao vivo por meio das interações, assim como nos sujeitos informacionais que assistiram de forma assíncrona à explanação da temática. Além da precariedade que sobressaiu nas *lives* analisadas, há a performatividade, que, por ser direcionada às pessoas LGBTQIAPN+, está inserida nas demais categorias identificadas.

Observa-se que a mediação da informação, além da dimensão dialética predominante, identifica-se as dimensões ética e política apresentadas por Gomes (2020) são correlacionadas às falas dos atores convidados em virtude da temática proposta pelas entidades e principalmente pela realidade de atuação, investigação e pesquisa em que eles estão inseridos.

Quanto ao emprego da mediação da informação, identifica-se forte alteração de contextos e sujeitos ora mediadores, mediadoras, mediadores da

informação nas *lives* e na análise realizada. Além da popularidade do termo, nota-se a crescente de autoridade e capital social envolto da mediação da informação em virtude do isolamento social como prevenção à COVID-19.

Com isso, a abrangência da mediação, em virtude das dimensões ética e política, carece de aprofundamento por parte dos profissionais da informação.

Portanto, além das alterações no emprego do termo acerca de suas dimensões, consideram-se suas variações no espaço-tempo analisado e a consistência de sua adesão por parte de entidade ética com caráter político social em virtude da valorização da vida.

Tratando-se do primeiro ano da pandemia, a comunidade LGBTQIAPN+ experimentou inúmeros desafios, exposições e relatos, conforme mencionados nas *lives*, de direitos básicos à saúde, à educação, ao acesso à internet, realização de denúncias, políticas de uso de aplicativos, este predominante nas *lives* da CNP LGBTI.

A mediadora da ABGLT ressaltou ética e politicamente, em todas as *lives* analisadas, o descaso, as incertezas e a violência que LGBTQIAPN+ sofreram no primeiro ano e que, após dois anos, ainda sofrem diretamente devido à política de desinformação e de cortes que marca o atual governo. Em resposta a estes cortes e à desvalidação da comunidade, as entidades formaram o CNP LGBTI.

Por outro lado, a comunidade pode se manter informada e em sintonia com os grupos com maior persistência, como a pesquisa analisou, os canais das entidades primeiramente selecionadas e suas respectivas redes sociais, além de projetos de capacitação e formação de pessoas. O próprio CNP LGBTI foi formado por 25 entidades LGBTs e foi criada a Carta Compromisso. A ABGLT potencializou sua atuação nas mídias digitais (Facebook, Instagram, YouTube, entre outros), espaço que futuramente necessita ser melhor analisado e repercutido dentro da própria instituição e da comunidade.

Diante das redes sociais digitais oficiais das entidades, nota-se o cuidado na exposição de temas e situações de âmbito nacional devido às interpretações que podem ser tomadas pela audiência. Porém, sobressaem nas *lives* as dimensões política e ética, especialmente pelo recurso das interações predominantes nas redes.

Além das *lives* analisadas, as entidades e os mediadores convidados promovem, nas instituições que estão vinculados, notícias, denúncias, capacitações e projetos com o intuito de formar a população e entidades no geral, por meio das

publicações, mas principalmente dos relatórios, anuários, cartas e plataformas que desenvolvem.

No atual contexto da mediação da informação, nota-se um pequeno avanço na abordagem da mediação da informação no contexto digital, tratando atores sociais como mediadores, além de um número considerável de publicações que as entidades abordam em seus respectivos sites de redes sociais.

Em tempos de eleição, desinformação e do crescente número de casos de discurso de ódio, promovendo uma desagregação nas relações sociais, a mediação da informação, no primeiro ano da pandemia, permitiu a conscientização da população por meio das *lives* realizadas no YouTube e a formação e o reconhecimento de sujeitos como agência e sujeitos sociais críticos e abertos ao acesso e à apropriação da informação, não apenas no nível pessoal, mas que perpassa o coletivo quando atinge de várias formas outros sujeitos, pertencentes ou não à comunidade, e que deseja, ao fim, conscientizar cidadãos e potencializar a busca por melhores condições de vida.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola, 1901-1990. **Dicionário de filosofia**; tradução da 1ª edição brasileira por Alfredo Bossi. Ed. 5. São Paulo: Martins Fontes, 2007. ISBN 978-85-336-2356-9

ALMEIDA, Marco Antônio de. Booktubers, literatura e cibercultura: mediação e circulação da informação cultural», **Configurações [Online]**, 29 | 2022, posto online no dia 26 julho 2022, consultado em: 22 setembro 2022. URL: <http://journals.openedition.org/configuracoes/15110>; DOI: <https://doi.org/10.4000/configuracoes.15110>

ARAÚJO, R. F. O twitter como dispositivo de mediação da informação em períodos eleitorais: análise das eleições de 2014 em alagoas. **Informação & Informação**, v. 22, n. 2, p. 420-436, 2017. DOI: 10.5433/1981-8920.2017v22n2p420 Acesso em: 24 set. 2022.

ARAÚJO, Rafaela Lima de; FERNANDES JÚNIOR, Paulo Roberto; NUNES, Martha Suzana Cabral. Mediação da informação em tempos de pandemia e isolamento social: uma análise da atuação dos sistemas de bibliotecas universitárias nas redes sociais online. **REBECIN**, São Paulo, v. 7, número especial, p. 72-89, 2020. DOI: 10.24208/rebin.v7iespecial.194

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEZERRA, Giovani Ferreira. Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS). Medio ambiente | Educación, **Artículos de Investigación**. Vol. 3 Núm. 13 (2020) Páginas 72-89 DOI: <https://doi.org/10.15304/ricd.3.13.7223>

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2002**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. ed. 19. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. ISBN: 978-85-200-0611-5

_____, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Tradução Rogério Bettoni. ed. 1. 4. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019a. ISBN: 978-85-513-0297-2

_____, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Tradução Fernanda Siqueira Miguens. ed. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2019b. ISBN 978-85-200-1315-1

_____, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Tradução Andreas Lieber. ed. 1. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019c. ISBN 978-85-513-0643-7

_____, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Tradução Rogério Bettoni. ed. 1. 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. ISBN: 978-85-8217-688-7

COSTA, A. M. F. R. da; ALMEIDA, W. C. de; SANTOS, E. O. dos. Eventos científicos online: o caso das *lives* em contexto da COVID-19. **Práxis Educacional**, [S. l.], v. 17, n. 45, p. 162-177, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i45.8340. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8340>. Acesso em: 6 ago. 2022.

FIDELES, Lindiwe Sophia Oliveira; GOMES, Henriette Ferreira. Hashtag #VidasNegrasImportam como dispositivo de mediação implícita da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 1-12, ago. 2022. ISSN 1980-6949. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1850>>. Acesso em: 22 set. 2022.

FURLIN, Neiva. Sujeito e agência no pensamento de Judith Butler: contribuições para a teoria social. **Sociedade e Cultura**, [S. l.], v. 16, n. 2, 2014. DOI: 10.5216/sec.v16i2.32198. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/32198>>. Acesso em: 10 out. 2020.

GOMES, H. F. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, v. 19, n. 2, p. 46-59, 2014. DOI: 10.5433/1981-8920.2014v19n2p46 Acesso em: 22 set. 2022.

_____, H. F. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Informação; Sociedade: Estudos**, [S. l.], v. 30, n. 4, p. 1–23, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57047. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57047>. Acesso em: 22 set. 2022.

_____, H. F. PROTAGONISMO SOCIAL E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO. **Logeion: Filosofia da Informação**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 10–21, 2019. DOI: 10.21728/logeion.2019v5n2.p10-21. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4644>. Acesso em: 22 set. 2022.

GOMES, H. F.; NOVO, H. F. et al. **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. 194 p. il. ISBN 978-85-232-1617-7

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. ed. 1. São Paulo: Alameda, 2018. ISBN: 978-85-7939-582-6.

LUPINACCI AMARAL, L. “Da minha sala para a sua”: Teorizando o fenômeno da transmissão ao vivo nas mídias sociais. **SciELO Preprints**, 2020. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.960. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/960>. Acesso em: 27 set. 2022.

MARTINS, Ana Amélia Lage. Em torno da mediação: contribuições para fundamentação teórico-epistemológica da categoria nos estudos da informação. **Ci. Inf. Rev.**, Maceió, v. 6, n. 1, p. 4-19, jan./abr. 2019

_____, Ana Amélia Lage. **Mediação [manuscrito]: reflexões no campo da Ciência da Informação**. 2010. Orientadora: Alcenir Soares dos Reis. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

_____, Ana Amélia Lage. Mediação e bibliotecas públicas: uma perspectiva dialética. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.19, número, p.164-185, out./dez. 2014.

_____, Ana Amélia Lage. Mediação, comunicação e informação: a centralidade do sujeito e a produção da racionalidade neoliberal. **Em Questão**, Porto Alegre, v. X, n. x, p. x-x, Online First. 2021

_____, Ana Amélia Lage. Mediação: categoria lógica, ontológica, epistemológica e metodológica. **Investigación Bibliotecológica**, vol. 33, núm. 80, julio/septiembre, 2019, México, ISSN: 2448-8321, pp. 133-154.

_____, Ana Amélia Lage. Práticas nas redes sociais da internet: ensaio sobre informação e guerra híbrida. **Práticas informacionais em diálogo com as ciências sociais e humanas**. Org.: Gabrielle Francinne de S. C. Tanus; Janicy Aparecida Pereira Rocha; Ilemar Christina Lanson Wey Berti (Org.). - Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2021.

_____, Ana Amélia Lage; Marteleto, Regina Maria. Mediações da informação: sentidos sócio-históricos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.26, número 1, p. 174-196, mar/2021

MORAES, M. B.; ALMEIDA, M. A. Mediação da informação, ciência da informação e teorias curriculares: a transdisciplinaridade na formação do profissional da informação. **Informação & Informação**, v. 18, n. 3, p. 175-198, 2013. DOI: 10.5433/1981-8920.2013v18n3p175 Acesso em: 22 set. 2022.

RODRIGUES, Carla. **O luto entre clínica e política: Judith Butler para além do gênero**. ed. 1. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. ISBN: 978-65-5928-046-9

_____, Carla. **Mulheres na Filosofia**. Disponível em: <<https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/judith-butler/>> ISSN: 2526-6187 Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia, V. 6 N. 3, 2020, p. 99-113.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Tradução e notas de Guacira Lopes Louro. 1. ed., 6. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. ISBN: 978-85-65381-38-3.

SIQUEIRA, Jéssica Câmara. **Glossário de Ciência da Informação e Comunicação**. São Paulo: AgBook, 2013. ISBN: 978-85-915724-3-4.

WOHLIN, C. (2014). Guidelines for snowballing in systematic literature studies and areplication in software engineering. In: **Proceedings of the 18th International Conference on Evaluation and Assessment in Software Engineering**. Art. 38, p. 1-10.

APÊNDICE A – Relação de *lives* selecionadas para análise

Nº	Data	Título	Visualizações	Duração	Curtidas / Gostei	Não Gostei	Comentários	Chat	Plataforma
1	25 abr. 2020	Diálogos LGBTI - Transgeneridade e Luta pela Terra	15	57:32	2	0	0	Não se aplica	Instagram
	Descrição: Com De Silva, mulher trans e Sem Terra, do coletivo LGBT do MST								
2	25 abr. 2020	Diálogos LGBTI - Arco-íris Indígena	22	58:26	3	0	X	Não se aplica	Instagram
	Descrição: Convidade: Erisvan Guajajara é da aldeia Lagoa Quieta, Terra Indígena Araribóia, no Maranhão, um dos fundadores da "Midia Índia", Jornalista, ativista do movimento indígena, colaborador de comunicação, na Rede de Juventude Indígena- REJUIND, membro do Coletivo LGBTI indígena "Tibira".								
3	25 abr. 2020	Diálogos LGBTI - Representatividade Trans	24	57:32	4	0	0	Não se aplica	Instagram
	Descrição: com Renata Carvalho - atriz, diretora, dramaturga, transpóloga e graduanda em Ciências Sociais Fundadora do Monart (Movimento Nacional de artistas trans), do manifesto representatividade trans e do Coletivo T (1 coletivo artístico formado integralmente por artistas trans)								
4	25 abr. 2020	Diálogos LGBTI e RAÇA Parte 1	14	56:34	3	0	1	Não se aplica	Instagram
	Descrição: Com Valéria Barcellos é cantora, atriz, DJ, performer, aspirante a fotógrafa e artista plástica, ativista e militada. Ela é a vontade humana de dar vez e voz as mulheres pretas e trans. Ela é negra e trans, uma mulher que quer tudo ao mesmo tempo. Uma mulher que é tudo que quiser.								
5	25 abr. 2020	Diálogos LGBTI+ e Raça parte 2	3	1:00:00	4	0	0	Não se aplica	Instagram
	Descrição:								
6	25 abr. 2020	Diálogos LGBTI+ Psicologia e o Eque da cura gay	132	59:00	12	0	0	Não se aplica	Instagram
	Descrição: Convidade: Héder Bello - Psicólogo, Psicanalista, um dos coordenadores do livro: "Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs. Pesquisador (UFRJ) sobre neoliberalismo, fundamentalismo religioso cristão e questões de gênero e sexualidade. Coordenador do eixo de Laicidade e Psicologia do CRP-RJ.								
7	Transmitido ao vivo em 17 mai. 2020	Festival 17M: Nossas Vidas, Nossas Cores	222	3:45	17	0	0	Desativado	YouTube
	Descrição: Festival 17M: Nossas Vidas, Nossas Cores: com o intuito de manter a população LGBTI+ mobilizada (em suas casas) através das redes sociais com uma agenda cultural, solidária e política, diversas organizações se reuniram para demarcar nas redes o DIA INTERNACIONAL DE COMBATE A LGBTIFOBIA. fique em Casa, mas fique em Luta!								
8	Transmitido ao vivo em 23 mai. 2020	Canal da ABGLT - Youtube	387	2:00:30	55	0	0	Ativo	StreamYard
	Descrição: ABGLT- Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos								

9	Transmitido ao vivo em 28 mai. 2020	ABGLT - WEBNARIO LGBTI e as eleições 2020	183	1:02:55	33	0	1	Ativo	StreamYard
Descrição: WEBNARIO LGBTI e as eleições 2020 Hoje debatendo Conjuntura e estratégia eleitoral: As LGBTI não vão deitar! Apresentação e abertura com análise de conjuntura: Symmy Larrat Convidades: Ana Carolina Lourenço – Me Representa – O que está em jogo para 2020? Gui Mohallem– Vote LGBT - Representatividade de corpos e pautas - Thayná Yaredy - TretAqui - violência política as pessoas LGBTI									
10	Transmitido ao vivo em 29 mai. 2020	ABGLT - WEBNARIO LGBTI+ e as Eleições 2020	113	1:17:52	16	0	0	Ativo	StreamYard
Descrição: Hoje com o tema: O arco-íris nas eleições: Como fazer COM: Francisco Cruz – InternetLab, Vívian Farias - Vice Presidenta Fundação Perseu Abramo – Perseu Abramo - Maíra Bayod - Observatório OAB-SP questões jurídicas da campanha									

**APÊNDICE B – Relação geral de *lives* das instituições selecionadas
para análise no período de 2020**

Nº	Data	Título	Visualizações	Duração	Curtidas / Gostei	Não Gostei	Comentários	Compartilhamento	Chat	Plataforma
1	23 jun. 2020	Webinário: Transgeneridades para além da Binaridade	26	01:35:43	4	0	0	Não se aplica	Desativado	StreamYard
Descrição: SEMANA DO ORGULHO E RESISTÊNCIA LGBTQI+ 📺 📱 🗣️ - O evento correu dia 23/06 às 10h30 - AO VIVO nas redes @conselhpopulargbti e de parceiros. Confira os nossos convidados especiais: PRI BERTUCCI (SSEX BBOX), LÓRIEN MONTESINO (COLETIVO ABRACE), THAIS EMÍLIA DE CAMPOS DOS SANTOS (ABRAI), LAM MATOS (INSTITUTO BRASILEIRO DE TRANSMASCULINIDADE), Acompanhe a programação da semana em nossas redes sociais https://www.facebook.com/conselhpopu... Instagram: @conselhpopulargbti #OrgulhoeResistência #LGBTQIForaBozo										
2	23 jun. 2020	Webinário: História do Orgulho LGBTI	11	1:34:57	3	0	0	Não se aplica	Desativado	StreamYard
Descrição: SEMANA DO ORGULHO E RESISTÊNCIA LGBTQI+ 🗣️ 📺 📱 - O evento correu dia 23/06 às 10h30 - AO VIVO nas redes @conselhpopulargbti e de parceiros. !! Para o debate, contamos com a presença de: Jovanna Baby - Presidente do Fonatrans - Heliana Hemetério - Rede de mulheres negras da América Latina Érika Loka- RENFA - Bruna Irineu - Presidente da ABEH - James N. Green - Diretor do Brazil Initiative da Brown University - Acompanhe a programação da semana em nossas redes sociais. https://www.facebook.com/conselhpopu... Instagram: @conselhpopulargbti #OrgulhoeResistência #LGBTQIForaBozo #Orgulho #LGBTQAI										
3	Transmitido ao vivo em 23 jun. 2020	Webinário HISTÓRIA DO ORGULHO LGBTI+	24	1:34:56	6	0	0	Não se aplica	Ativo	StreamYard
Descrição: SEMANA DO ORGULHO E RESISTÊNCIA LGBTI+ com James Green, Jovanna Baby, Heliana Hemeterio, Bruna Irineu e mediação de Erika Loka										
4	Transmitido ao vivo em 24 jun. 2020	WEBNÁRIO SAÚDE LGBTI+, SEXUALIDADE E ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL	31	2:17:08	7	0	0	Não se aplica	Ativo	StreamYard
Descrição: SEMANA DO ORGULHO E RESISTÊNCIA LGBTQI+ com Ariadne Ribeiro, Moyses Toniolo, Suzi Albuquerque, Yone Lindgren, Keila Simpson e mediação Felipe Santos.										
5	Transmitido ao vivo em 24 jun. 2020	WEBINÁRIO - "Orgulho e resistência LGBTI e o avanço do conservadorismo nas américas"	53	2:10:26	11	0	0	Não se aplica	Ativo	StreamYard
Descrição:										
6	Transmitido ao vivo em 24 jun. 2020	WEBNÁRIO DESAFIOS E A RESISTÊNCIA DA JUVENTUDE LGBTI+	25	1:38:44	0	0	0	Não se aplica	Desativado	StreamYard
Descrição: SEMANA DO ORGULHO E RESISTÊNCIA LGBTQI+ com Leandrinha Du Art, Rodrigo Furtado, Ingrid Guzeloto, Otávio Kaxixó, Adriele Andrade e mediação de Denise Soares.										
7	Transmitido ao vivo em 25 jun. 2020	WEBNÁRIO LGBTI+ E O MUNDO DO TRABALHO	37	2:30:04	0	0	0	Não se aplica	Desativado	StreamYard

	Descrição: SEMANA DO ORGULHO E RESISTÊNCIA LGBTQI+ Webnário LGBTQI+ e o mundo do Trabalho com Zezinho Prado - Diretor CNTE, Walmir Siqueira - Coordenador do Coletivo LGBTQI da CUT, Ubirajara Caputo - Dieese, Priscila Morérgola - IBDFAM Nacional, Dê Silva - Coletivo LGBTQI do MST e mediação da Mídia Ninja									
8	Transmitido ao vivo em 25 jun. 2020	WEBNÁRIO RESISTÊNCIA BISSEXUAL E LÉSBICA, E O FEMINISMO CONTRA O NEO FACISMO	89	1:53:02	0	0	0	Não se aplica	Desativado	StreamYard
	Descrição: SEMANA DO ORGULHO E RESISTÊNCIA LGBTQI+. WEBNÁRIO RESISTÊNCIA BISSEXUAL E LÉSBICA, E O FEMINISMO CONTRA O NEO FACISMO com Fernanda Coelho, Sônia Corrêa, Rivânia Rodrigues, Alyne Ewelyn e como mediadora Dalcira Ferrão									
9	Transmitido ao vivo em 26 jun. 2020	Webinário - DIREITO A CIDADE, TERRITÓRIO E A DIVERSIDADE	49	2:03:18	9	0	1	Não se aplica	Ativo	StreamYard
	Descrição: SEMANA DO ORGULHO LGBTQI+ - Hoje Webinário DIREITO A CIDADE, TERRITÓRIO E A DIVERSIDADE									
10	Transmitido ao vivo em 27 jun. 2020	WEBNÁRIO - O PAPEL DO ESTADO NA GARANTIA DE DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQI+ -	41	1:38:20	5	0	0	Não se aplica	Ativo	StreamYard
	Descrição: SEMANA DO ORGULHO E RESISTÊNCIA LGBTQI+ / WEBINÁRIO O PAPEL DO ESTADO NA GARANTIA DE DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQI+ - Com: PAULINHA CAMARGO (MÃES PELA DIVERSIDADE), FABIO DE JESUS (REDE GAY BRASIL), JEAN WYLLYS (PROFESSOR UNIVERSITÁRIO, JORNALISTA E POLITICO BRASILEIRO), AMELIA MARAUX (LBL), DEPUTADA ESTADUAL (SP) ERIKA HILTON, CHRISTOVAM MENDONÇA (CNTE)									
11	Transmitido ao vivo em 27 jun. 2020	WEBNÁRIO NEGRITUDE EM EVIDÊNCIA E RESISTÊNCIA	44	1:41:12	4	0	1 (desconexo com a temática)	Não se aplica	Ativo	StreamYard
	Descrição: WEBNÁRIO NEGRITUDE EM EVIDÊNCIA E RESISTÊNCIA, COMO PARTE DA PROGRAMAÇÃO DA SEMANA DO ORGULHO LGBTQI+. PARA O DEBATE, CONTAREMOS COM A PRESENÇA DE: CADU OLIVEIRA (ONG AMIGOS E TRIBOS), THIFFANY ODARA (FONATRANS) WASHINGTON DIAS (REDE AFRO LGBT), DAYANA GUSMÃO (ABL), BRUNO SANTANA (PESQUISADOR E TRANSATIVISTA), LUCIA CASTRO (REDE SAPATÁ)									
12	Transmitido ao vivo em 28 jun. 2020	#AOVIVO SEMANA DO ORGULHO E RESISTÊNCIA LGBTQI+	653	5:00:40	57	0	1	Não se aplica	Ativo	StreamYard
	Descrição: #AOVIVO SEMANA DO ORGULHO E RESISTÊNCIA LGBTQI+ - !!Acompanhe AGORA a programação AO VIVO do Dia do Orgulho e Resistência LGBTQI+. 15H30 - Apresentação dos números da @VoteLGBT sobre o impactos da pandemia do novo coronavírus na população LGBTQI+. 16H - Lançamento do Conselho Nacional Popular LGBTQI+. 17H - Ato Cultural da Semana do Orgulho com a participação de mais de 20 artistas LGBTQI+ de todo o país. ACOMPANHE! #Orgulho #LGBT #LGBTQIForaBozo #SemanaDoOrgulhoEResistência									
13	Transmitido ao vivo em 28 jun. 2020	#AOVIVO SEMANA DO ORGULHO E RESISTÊNCIA LGBTQI+	104	53:01	5	0	0	Não se aplica	Desativado	YouTube
	Descrição: #AOVIVO SEMANA DO ORGULHO E RESISTÊNCIA LGBTQI+ !!Acompanhe AGORA a programação AO VIVO do Dia do Orgulho e Resistência LGBTQI+. 15H30 - Apresentação dos números da @VoteLGBT sobre o impactos da pandemia do novo coronavírus na população LGBTQI+. 16H - Lançamento do Conselho									

Nacional Popular LGBTI+. 17H - Ato Cultural da Semana do Orgulho com a participação de mais de 20 artistas LGBTQI+ de todo o país. ACOMPANHE! #Orgulho #LGBT #LGBTQIForaBozo #SemanaDoOrgulhoEResistência										
14	26 ago. 2020	Café com MST Visibilidade Lésbica	14	1:24:04	2	0	0	Não se aplica	Desativado	YouTube
Descrição: O programa do MST debate o tema "Resistência e existência! Visibilidade lésbica e lutas populares", com a participação de Flavinha Tereza, do Coletivo Nacional LGBT do MST, Heliana Hemetério, historiadora, integrante da ABGLT, da Rede de Mulheres Negras e da Candace/Coletivo de Lésbicas Negras, e Marcia Castro, cantora e compositora. #FiqueEmCasaNãoEmSilêncio #QuarentenaSemTerra #CaféComMST #visibilidadelesbica #mosaicospatao										
15	26 ago. 2020	ABEH DEBATE Feminismo Lésbico e Interseccionalidade	13	59:36	1	0	0	Não se aplica	Desativado	Instagram
Descrição: A live ocorreu no dia 24 de agosto no Instagram @abeh_brasil e contou com a participação da Mestre Ana Carla Lemos, cientista social e antropóloga. A live íntegra as atividades do mês da Visibilidade Lésbica e contou com a mediação de Bruna Irineu, professora da UFMT e Presidenta da ABEH - Associação Brasileira de Estudo da Homocultura. #visibilidadelesbica #mosaicospatao										
16	Transmitido ao vivo em 29 ago. 2020	#AOVIVO ≡ MOSAICO SAPATÃO ≡	76	3:01:40	12	0	0	Não se aplica	Ativo	Zoom
Descrição: As REDES de Articulação Política da pauta Lésbica no Brasil, Rede de Ativistas e Pesquisadoras Lésbicas e Bissexuais do Brasil- Rede LésBi Brasil; Rede de Lésbicas Negras - CANDACES; Articulação Brasileira de Lésbicas- ABL; Liga Brasileira de Lésbicas - LBL; Rede Sapata e Jornada Lésbica RS com apoio da Rede Afro LGBT, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES, do Conselho Federal de Psicologia CFP, CUT, MST, Associação Brasileira de Estudos da Homocultura- ABEH e a MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES estarão em rede virtual para demarcar o 29 de Agosto de 2020, Dia da Visibilidade Lésbica no país com o ≡ MOSAICO SAPATÃO ≡, a partir das 16h, para buscarmos nossas referências e pensarmos em uma agenda de coalizão até 2022. @conselhpopulargbti										
17	12 set. 2020	Resistência Lésbica na Universidade e Blasfêmia na Era Neoliberal	17	59:58	3	0	1	Não se aplica	Desativado	Instagram
Descrição: A live ocorreu no dia 17 de agosto, às 19h no Instagram da @abeh_oficial e contou com a participação da Doutora Suely Messeder, professora da PPG em Crítica Cultural/UNEB, com doutorado multinstitucional e multidisciplinar em Difusão do Conhecimento. A live íntegra as atividades do mês da Visibilidade Lésbica e contou com a apresentação de Bruna Irineu, professora da UFMT e Presidenta da ABEH - Associação Brasileira de Estudos da Homocultura. #visibilidadelesbica #mosaicospatao										
18	13 set. 2020	Isolamento e Resistência de Lésbicas Negras para além da Pandemia	17	1:12:13	1	0	0	Não se aplica	Desativado	Facebook / Stream Yard
Descrição: Live exibida no dia 28 de Agosto no Facebook : /redeafrolgbt e /Conselho PopularLGBTI @redeafrolgbt Sobre o isolamento e resistência das Lésbicas Negras para além da pandemia. Contou com a presença da @camilaramos_oficial graduada em Letras pela Universidade Federal de Alagoas, Pesquisadora do NUDES (Núcleo de estudos, extensão, pesquisa sobre diversidade e educação no sertão alagoano) e do GELASAL (Grupo de Estudos em Linguística Aplicada de Alagoas). @negrnaborges Doutoranda em Psicologia Social pela UFMG - Estudo Mulheres Negras em Espaços de Poder na América Latina. Mestre em Psicologia Social Estudando Juventude Periférica, Hip Hop, Funk, Gênero e Raça. @flordebaoba é doutora em Educação Literária, atua na área da linguística aplicada como professora associada na UFT. #visibilidadelesbica #mosaicospatao #mosaicospatao										
19	13 set. 2020	Mulheres Lésbicas na Política	15		2	0	0	Não se aplica	Desativado	StreamYard
Descrição: Live exibida no https://fb.com/mariaquiteriapb/ no dia 24 de agosto. Nós precisamos de representatividade em todos os espaços, especialmente dentro da política, vem com a gente nesse bate papo conhecer as mulheres lésbicas que nos representam na nossa cidade e o porquê da necessidade dessa representatividade. #visibilidadelesbica. #mosaicospatao										

20	Transmitido ao vivo em 22 set. 2020	#AO VIVO RESISTÊNCIA DA JUVENTUDE BI: O Combate a Bifobia desde o Início	72	1:25:32	19	0	0	Não se aplica	Ativo	StreamYard
<p>Descrição: #AO VIVO RESISTÊNCIA DA JUVENTUDE BI: O Combate a Bifobia desde o Início. Começa às 19h. O debate da juventude dá início à programação da CONVERGÊNCIA BI - Semana da Visibilidade das Bissexualidades do Conselho Nacional Popular LGBTI+. Vamos discutir a importância de ampliar e fortalecer jovens lideranças no movimento bissexual. Nomes confirmados: Ingrid Guzeloto é Diretora LGBT da UNE e Coordenação Coletivo Paratodos; Alyne Ewlyn é Bióloga, bissexual, grafiteira, feminista negra. Fundadora do Coletivo Bisibilidade, integrante da LBL (Liga Brasileira de Lésbicas) e do Grupo Tambores de Safo; Maia Aguilera é Advogada, mestrandia em sociologia jurídica na FDUSP, indígena itonama, bissexual, membra fundadora da ABMLBTI, representante da ArtJovem LGBT no CONANDA, coordenadora do grupo de educação da Comissão de Diversidade Sexual da OAB/SP; Thamires Vitória é Assistente Social, Mestranda do PPGSS/UFBA, Pesquisadora de Questão Social e Diversidade Humana, Membra do Coletivo de Mulheres Negras Ayomide Yalodê, Membra da Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras Feministas Autônomas-Candaces BR; Adriano Silva Rodrigues é Assistente social, cursando LIBRAS. Está coordenador geral do Movbi e faz parte de outros coletivos LGBT local. #convergenciabi #bissexual #orgulhobi #visibilidadebissexual #éhoje</p>										
21	Transmitido ao vivo em 23 set. 2020	#AOVIVO CONTA COMIGO: Vivências, Reflexões e Resistências Bissexuais	57	1:27:52	6	0	0	Não se aplica	Ativo	StreamYard
<p>Descrição: #AOVIVO CONTA COMIGO: Chamada para inscrição de textos sobre Vivências, Reflexões e Resistências Bissexuais Quarta-Feira dia 23/09 às 19h acompanhe a Mesa "Lançamento da chamada Conta Comigo, para inscrição de textos sobre Vivências, Reflexões e Resistências Bissexuais", parte da programação da CONVERGÊNCIA BI - Semana da Visibilidade das Bissexualidades do Conselho Nacional Popular LGBTI+. No Dia Internacional da Visibilidade Bissexual, vamos discutir a importância de publicações literárias de e para pessoas bissexuais na construção de referências possíveis para essa população, além fazer o lançamento de inscrições da chamada "Conta Comigo": Regulamento: https://tinyurl.com/y45f58r8 Inscrições: https://tinyurl.com/y5wzmc69 Nomes confirmados: Drª Maria Leão @marieleoa (autora publicada no livro do X SENALEABI), Nanda Rossi @_nandarossi Mestra em comunicação, pesquisadora sobre bissexualidade, Talitta Cancio @talitta_, pesquisa sobre representação bissexual na mídia e fala disso lá no @binamidia, Maria Freitas @bsemcarteirinha escritora bissexual autora do livro "Cartas para Luísa", Mediação: Thaís Emília de Campos dos Santos autora do livro Jacob (y) "entre os sexos" e cardiopatias. #ChamadaContaComigo #VisibilidadeBissexual #OrgulhoBi #ConvergenciaBi</p>										
22	Transmitido ao vivo em 24 set. 2020	#AOVIVO MASCULINIDADES TÓXICAS: AS EXPRESSÕES DO MACHISMO E SEUS IMPACTOS EM BISSEXUAIS	48	2:00:40	10	0	0	Não se aplica	Ativo	StreamYard
<p>Descrição: #AOVIVO MASCULINIDADES TÓXICAS: AS DIVERSAS EXPRESSÕES DO MACHISMO E SEUS IMPACTOS NA POPULAÇÃO BISSEXUAL #Hoje às 19h temos mais uma #BiLive, desta vez é sobre Masculinidades Tóxicas: As diversas expressões do machismo e seus impactos na população Bissexual. Esta #BiLive de hoje é parte da programação que vai até o dia 27 (domingo), da CONVERGÊNCIA BI - Semana da Visibilidade das Bissexualidades, promovida do Conselho Nacional Popular LGBTI+, e busca debater sob diferentes aspectos as masculinidades possíveis diante do patriarcalismo, bem como debater como isso afeta pessoas bissexuais. Nome confirmado: Moderação: Gygy Lima (@gygylima) Coordenador Geral da ARTGAY em Alagoas; Diretor da Federação das Associações de moradores de Alagoas; Educador Popular do Nordeste; e Conselheiro Municipal e Estadual de Saúde; Belchior Torres @BelchiorTorres é Naturólogo, ciência da área da saúde embasada na pluralidade de sistemas terapêuticos complexos e vitalistas; Integrante da Comissão Intersetorial de Atenção à Saúde de Pessoas com Patologias (CIASPP) do Conselho Nacional de Saúde; Pesquisador de expressões xamânicas relacionadas às masculinidades. Bissexual e ativista LGBTI+; Gleidson Alves Pantoja @gleidsonpan é Assistente Social, formado pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará - FASS/UFPA (2010). Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará - PPGSS/UFPA (2014). Atualmente é Conselheiro Estadual de Assistência Social do Pará - (CEAS/PA) na representação dos usuários, pela Rede de Negras e Negros LGBT - RefeAfroLGBT e, servidor público da Prefeitura Municipal de Ananindeua/PA; Emmanuel Castro é Militante pela diversidade, cineasta, estudante de rádio TV e co-fundador do Vale PCD @pcdvale; Julia Piccolomini 31 anos, Mulher, PcD, Bissexual, Umbandista, Gorda e com primeira formação em Artes Cênicas. Experiência de 7 anos como Business Partner em Big4 onde entrou através da cota como Auxiliar Administrativo e consolidou sua carreira como Consultora</p>										

	Interna de RH Sênior. Hoje atua em Talent Management no Escritório de Advocacia Trench Rossi Watanabe há 1 ano e 3 meses como BP e responsável pelas frentes estratégicas de Performance e Carreira, Treinamento, Engajamento, D&I, Responsabilidade Corporativa e Desenvolvimento Organizacional. #orgulhobi #ConvergenciaBi #visibilidadebissexual									
23	Transmitido ao vivo em 25 set. 2020	#AOVIVO TRANSGENERIDADE E MONODISSIDÊNCIAS	80	1:56:45	16	0	0	Não se aplica	Ativo	StreamYard
	<p>Descrição: #AOVIVO TRANSGENERIDADE E MONODISSIDÊNCIAS Acompanhe está #BiLive que é parte da programação da CONVERGÊNCIA BI - Semana da Visibilidade das Bissexualidades do Conselho Nacional Popular LGBTI+. Com convidadas trans, travestis e não binárias vamos falar dessas diferentes possibilidades de vivências de monodissidência. Presença confirmada: Théo Silveira, Pessoa Trans Não Binária. Coordenador do Centro de Cidadania LGBTI da Baixada Litorânea- Cláudio Lemos. Coordenador de Pessoas Trans da ABGLT Membro da Rede Sapata Fundador do Grupo Arraial Free e da Parada do Orgulho LGBT de Arraial do Cabo. Ativista há 12 anos na Luta contra o Racismo, Machismo e LGBTfobia. Morador de Arraial do Cabo -RJ (Cidade conhecida como Caribe Brasileiro). Wyrá Potyra Tem 33 anos. Filhe de santo de Doné Oyassy e Tata Kejessy, iniciada Yaô Dofona de Oyá no Ilê Axé de Yansã de Araras. É da ABRAI, é Arte-educadora, brincante de artes do corpo, artista artesanal. Estudante de Pedagogia na UFPE. Lua Stabile É travesti, pansexual, não monogâmica, transfeminista. Membro do TCOLETTIVE e da ULTRA. Mestre em gênero e relações internacionais. Naomi Maratea Mulher trans, Advogada, formada pela UNIMES Embaixadora TODXS 2019 Membro da comissão de diversidade de gênero municipal de Santos Membro da comissão do IBDFAM de Santos Narradora de RPG do projeto social e canal virtual Contos Lúdicos Membro da Comissão do Instituto Brasileiro de Direito de Família e membro da Comissão de Direito Homoafetivo e de Diversidade de Gênero Municipal de Santos. Juno Nedel É Jornalista, Pesquisador e artista transmasculino. Atualmente é mestrando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Também é integrante da Cia Fundo Mundo, companhia circense formada apenas por pessoas trans, travestis e não-binárias. Hugo Carvalho Transmasculino, intersexo, pansexual, ativista. Membro do TCOLETTIVE. Diretor de Arte e Designer Gráfico. #orgulhobi #convergenciabi #visibilidadebissexual</p>									
24	Transmitido ao vivo em 26 set. 2020	#AOVIVO SOLIDÃO E SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO BISSEXUAL DURANTE A PANDEMIA	94	1:45:00	14	0	0	Não se aplica	Ativo	StreamYard
	<p>Descrição: #AOVIVO SOLIDÃO E SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO BISSEXUAL DURANTE A PANDEMIA Acompanhe está #BiLive que é parte da programação da CONVERGÊNCIA BI - Semana da Visibilidade das Bissexualidades do Conselho Nacional Popular LGBTI+. Presença confirmada: Mediação: Dalcira Ferrão Psicóloga preta, feminista, bissexual, militante LGBTI e de Direitos Humanos. Conselheira Federal de Psicologia. @dalciraferrao @dalciraferraopsicologia Samuel Araújo Doutorando em demografia no CEDEPLAR na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Estuda a saúde da população LGBT e é ativista no coletivo #VoteLGBT. Aline Queiroz / LACIGS+ Graduanda de Psicologia da Universidade da Amazônia, sou diretora de ensino e integrante da liga acadêmica LACIGS+ (Liga de cuidados integrais da diversidade sexual e de gênero), integrante do coletivo de Gênero, feminismos&Violências. @AlineStefany Mari G Bissexual, feminista, empresária e criadora de conteúdo. Formada em Relações Públicas pela USP, já trabalhou com publicidade e eventos e atualmente é produtora da drag queen Rita von Hunty. Pesquisa e desenvolve conteúdos acerca do autoconhecimento e sexualidade feminina para palestras e em suas redes sociais. #orgulhobi #convergenciabi #visibilidadebissexual</p>									
25	Transmitido ao vivo em 27 set. 2020	#AO VIVO CONVERGÊNCIA BI: RESISTÊNCIA, LUTA E TRAJETÓRIAS	82	2:56:52	14	0	0	Não se aplica	Ativo	StreamYard
	<p>Descrição: #AOVIVO CONVERGÊNCIA BI Resistência, Luta e Resistências Hoje tem #BiLive de encerrando da nossa programação da CONVERGÊNCIA BI - Semana da Visibilidade das Bissexualidades do Conselho Nacional Popular LGBTI+. Você acompanha nas nossas redes sociais: https://www.facebook.com/ConselhoPopu... ou pelo https://YouTube.com/ConselhoNacionalP.. Com a participação de: Shay Bittencourt pessoa nascida em condição de intersexo, fundador e vice-presidente da ABRAI - Associação Brasileira de Intersexos e psicólogo em formação. Leonardo Luiz Profissional de educação física, pós-graduando em atividades aquáticas. Ativista de direitos humanos. Pesquisador sobre a temática de transmasculinidades e pessoas trans no esporte. Homem trans e pansexual. Co-fundador do coletivo: tcolettive. Membro da rede distrital trans Janine Oliveira Mulher Negra e Bissexual; Graduada e Mestre em Serviço Social pela UFPB; Integrante do Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria - Paraíba e Liga Brasileira de Lésbicas (LBL); Pesquisadora e ativista dos direitos sexuais e reprodutivos, defesa do aborto legal e seguro; Secretária do Projeto</p>									

	"Equidade Sim! Racismo Não!" apoiado pelo Fundo Baobá. Denise Soares 25 anos, moradora do Distrito Federal, graduanda de administração e ciência política; Ativista LGBT na ArtJovem LGBT; ex-diretora LGBT e de mulheres da UNE; Coordenadora Distrital do Coletivo Para Todos; Membro da coordenação CAED PT; Membro dos coletivos distritais das secretarias LGBT e mulheres do PT DF; Diretora do Instituto Plurais; Secretária de finanças do PT Guará. Fernanda Coelho Advogada, militante bissexual feminista cis do coletivo BIL - Coletivo de Mulheres Bissexuais e Lésbicas Transexuais e Cisgêneras de MG, conselheira estadual de saúde de MG, representante de usuáries LGBT pelo Coletivo BIL, representante titular das mulheres bissexuais no Comitê Técnico de Saúde Integral da População LGBT de MG. Sandra Muñoz Mulher preta Bissexual - Rede Afro LGBT de Minas Gerais. Mediação Marta Almeida Ekedí da Tradição Nagô Vodun, formada em pedagogia com pós em educação especial e psicopedagogia, Articuladora da Rede Sapata de Pernambuco, educadora popular e ativista em Direitos Humanos, Mulheres e Movimento Popular Dani Bigida Feminista, nortista, bissexual, militante do movimento de Mulheres e LGBT, Presidenta do Instituto Plurais, Coordenadora Nacional do Projeto Elas por Elas LBT e filiada a ABL Ana Paula Novelo Produtora, da Rede LESBI Brasil, do ComBiSC. #orgulhobi #convergenciabi #visibilidadebissexual									
26	Transmitido ao vivo em 26 out. 2020	#AOVIVO VISIBILIDADE INTERSEXO 2020: PROTEGER E ACOLHER VIDAS INTERSEXO	395	2:04:10	34	0	0	Não se aplica	Ativo	StreamYard
	Descrição: Acompanhe esta #InterLive que é parte das nossas ações para visibilizar a diversidade do sexo, discutindo aspectos conceituais, trajetória da militância, maternidade intersexo, principais demandas intersexo, entre outros assuntos. Presença confirmada: Thaís Emília de Campos doutora e mestre em educação, psicopedagoga especialista em educação inclusiva, diversidade e sexualidade, presidente e fundadora da ABRAI, autora do livro Jacob (y)'entre os sexos" e cardiopatas, mãe de intersexo, mãe de autista, mulher, mãe bi e intersexo (leve) Dionne Freitas ativista intersexo e terapeuta ocupacional; Mayara Natale mãe intersexo, Modelo e Visagista da Beleza; Sarah (Sammie) não binário associada a ABRAI; Amiel Vieira intersexo, sociólogo, doutorando em bioética pela UFRJ e associado ABRAI; Liah Ribeiro ativista intersexo; Vidda Guzzo travesti e intersexo, associada à ABRAI, mestranda em Ciência Política. #orgulhointersexo #visibilidadeintersexo									
27	Transmitido ao vivo em 29 out. 2020	#AOVIVO LANÇAMENTO DA CARTA COMPROMISSO LGBTI+ PARA AS ELEIÇÕES 2020	87	1:02:14	12	0	0	Não se aplica	Ativo	StreamYard
	Descrição: #AOVIVO LANÇAMENTO DA CARTA COMPROMISSO LGBTI+ PARA AS ELEIÇÕES 2020 🗳️🗳️ NESSAS ELEIÇÕES VOTE LGBTI+ Na próxima quinta (29/10) às 19h no Facebook do Conselho Nacional Popular LGBTI+ será lançada a Carta Compromisso para candidaturas LGBTI+ e que defendam a pauta. Se você é candidate conheça nossa carta e vem debater com a gente. Se você é eleitor vem conhecer nosso projeto e #votelgbti. Leia a plataforma na íntegra: https://conselhpopulargbti.blogspot...									